



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (POSGRAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)
LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS (LATER)
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

VIVIANE MELO SANTOS

**TERRITORIALIDADES EM CONSTRUÇÃO NO QUILOMBO TERRA DURA E
COQUEIRAL EM CAPELA/SE**



Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos

São Cristóvão/SE

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROSGRAP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)
LABORATÓRIOS DE ESTUDOS TERRITORIAIS (LATER)
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

VIVIANE MELO SANTOS

**TERRITORIALIDADES EM CONSTRUÇÃO NO QUILOMBO TERRA DURA E
COQUEIRAL EM CAPELA/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como exigência para obtenção ao título de Mestre em Geografia, área de concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rocha dos Santos

Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos

São Cristóvão/Sergipe

2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Viviane Melo

S237t Territorialidades em construção no Quilombo Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE / Viviane Melo Santos; orientadora Ana Rocha dos Santos. - São Cristóvão, SE, 2020.

163 f.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Geografia. 2. Territorialidade humana. 3. Propriedade territorial. 4. Quilombolas – Capela (SE). I. Santos, Ana Rocha dos, orient. II. Título.

CDU 911.3(813.7)

VIVIANE MELO SANTOS

**TERRITORIALIDADES EM CONSTRUÇÃO NO QUILOMBO TERRA DURA E
COQUEIRAL EM CAPELA/SE**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Rocha dos Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Orientadora

Dr^a Maria Ester Ferreira da Silva Viegas
Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Arapiraca
Examinadora externa ao Programa

Dr^a Christiane Senhorinha Soares Campos
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Examinadora interno ao Programa

Viviane Melo Santos
Mestranda

Universidade Federal de Sergipe
Cidade Universitária Prof. José Aloisio de Campos, São Cristóvão, 2020

DEDICATÓRIA

Aos que possuem uma história de vida na terra da roça (meus pais Jalva Melo e Cosme Santos). Aos que lutam pelo reconhecimento dos seus direitos territoriais (Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE).

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata pelas orientações da minha professora **Ana Rocha dos Santos**, sua confiança, a sintonia do pensar com autonomia, humanidade, liberdade e os ensinamentos valiosos que me permitiram voar com compromisso social.

À **comunidade negra quilombola Terra Dura e Coqueiral**, que compartilhou sua história, os seus saberes e as angústias. Gratidão pelo acolhimento, especialmente a presidente da associação comunitária **Patrícia** que me deu confiança e **Dona Raimunda** por toda paciência em relatar a história do seu povo.

À minha família, papai e mamãe (**José Cosme dos Santos e Jalva Melo Santos**), irmãs (**Maria da Purificação Melo Santos, Tâmilis Melo Santos e Vitória Melo Santos**) pelos incentivos e o sentimento de valorização pela pessoa que sou, fruto da educação que recebi em família.

Ao meu noivo **Lucas Vieira Lima** pelo amor, companheirismo, sobretudo pela paciência nas crises intelectuais, as dores físicas e nos trabalhos de campo.

Ao meu professor **Oscar Sobarzo**, pessoa generosa e incentivadora em minha vida acadêmica.

Ao casal **Jaqueline e Junior** pelo acolhimento em sua casa, nas várias noites que chegava tarde, depois de duas horas de viagem, cansada das aulas na UFS, estava à minha espera um cafezinho e uma cama pronta para o descanso.

Minha amiga **Karine Sobral**, por ouvir minhas angústias com a pesquisa, seus conselhos foram essenciais.

Aos meus **alunos** pelas cartas de amor, saudade, reconhecimento nas diversas homenagens, incentivo, solidariedade e carinho.

Minha equipe de trabalho da **Escola Municipal José Meneses** pela compreensão das ausências e os incentivos no enfrentamento da pesquisa.

Ao casal **Mary e Jairo** pelo acolhimento em sua casa e os momentos de descontração com bolo e pizza. A comida une as pessoas!

Agradeço imensamente ao **Pe. Tenório Fialho** pela paciência em ouvir meus problemas, os aconselhamentos, as visitas e os jantares, sobretudo por não me deixar esquecer que existe uma

força incomensurável em minha vida, que não permite que a desistência seja uma alternativa possível. Persistirei na caminhada.

Aos **colegas do curso de mestrado** e os professores que contribuíram nesse processo de lucidez, especialmente às professoras **Christiane** e **Ester** pelas leituras e orientações na qualificação do mestrado.

Ao grupo de estudos **LATER** pelo acolhimento e o compartilhamento das ideias e trabalhos realizados.

Ao **Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia** da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS) por tornar possível a realização e divulgação desta pesquisa.

Ao **Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** pela concessão da bolsa.

Serão sempre as terras do Senhor?

**É invasão
quando gente do campo
planta o espírito de Palmares
e dá vazão ao desejo de criar
um Quilombo
e trabalhar com seus pares?**

**É invasão
se as terras do Senhor
cobrem-se de mato
enquanto olhares à espreita
esperam que uma estrela
traga-lhes justiça e
desfaça o temor?**

**É invasão
quando em Luiza Mahin
outra mulher se transforma
pra acabar com a dor
de ser tratada como
coisa-ruim?**

**É invasão
o homem
fincar os pés na terra, pois
será a própria Terra que
vai devorá-lo como
um João-ninguém?**

**Um dia, quem sabe,
depois dos 300, 400, 1000 anos de Palmares
gestaremos novos Zumbis, Acotirenes
para redesenhar
a Nação
e talvez do rubro solo
verdes frutos surgirão.**

(RIBEIRO, 1994)

RESUMO

Esta pesquisa analisa as territorialidades no Quilombo Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE como elementos em construção na configuração do território. As relações territoriais podem ser lidas através das formas de ocupação, apropriação e uso da terra, bem como da luta pela legitimação dos territórios tradicionais quilombolas diante da estrutura concentradora da terra no Brasil. De acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, os quilombolas encontram um amparo legal para terem acesso à terra historicamente negada e apropriada por uma minoria. A presente análise parte do pressuposto que a desigualdade está assentada na concentração da terra historicamente constituída, apropriada por uma elite conservadora, arcaica e patrimonialista. Diante disso, pesquisar as territorialidades abre possibilidades para um pensar geográfico que se propõe analisar as múltiplas determinações que definem esse território, tais como: o processo de dominação hegemônica configurado através da propriedade privada, consolidada pelo sistema canavieiro como demonstrado através dos resultados preliminares do Censo Agropecuário (2017) e dos referenciais teóricos a exemplo de Delgado (2017; 2012), Júnior, Barbosa e Sá (2017), Stedile (2012). É preocupação de pesquisa compreender a constituição do território quilombola, considerando a identidade étnica determinada através de relações opressivas, como o sistema escravocrata, reconhecer a escravidão como uma contradição da acumulação capitalista, bem como seus rebatimentos na organização social brasileira, discutir sobre as narrativas de inferiorização do negro na construção da nação brasileira e compreender a formação territorial histórica da Comunidade Quilombola Terra Dura/Coqueiral. A necessidade de investigação da realidade leva em conta a relação existente entre a questão agrária e os discursos de raça na formação da sociedade brasileira, mostrando que os processos discriminatórios de inferiorização de uma raça em relação à outra e negação do acesso à terra, fazem parte de uma construção engendrada nas raízes da nossa historiografia, além da constatação de que materializar a legislação no espaço torna-se um desafio, na medida em que essa realidade, em sua aparência, é por vezes explicada como resistência de luta e alcance da conquista da demarcação do território quilombola nas relações de forças, conflitos e interesses. A Comunidade Quilombola Terra Dura/Coqueiral conquistou a certificação de reconhecimento da identidade em 2011, a qual foi concedida pela Fundação Cultural Palmares, conforme regulamentação do Decreto 4.887/2003. Diante da conjuntura política e econômica atual que engendra esforços para dificultar o reconhecimento dos territórios tradicionais quilombolas no país, bem como o decreto oficial de propriedade coletiva da terra, a comunidade vem construindo uma trajetória de luta, perpassando pelas etapas de levantamento de práticas territoriais próprias que os caracterizam enquanto quilombolas, além do levantamento das características físicas da área demarcada.

Palavras-chaves: Territorialidade - Propriedade da terra - Quilombo Terra Dura e Coqueiral.

RESUMEN

Esta investigación analiza las territorialidades en el Quilombo Terra Dura y Coqueiral en el municipio de Capela (Estado de Sergipe - Brasil) como elementos en construcción en la configuración del territorio. Las relaciones territoriales pueden ser leídas a través de las formas de ocupación, apropiación y uso de la tierra, así como de la lucha por la legitimación de los territorios tradicionales de quilombos (cumbes o palenques) frente a la estructura concentradora de la tierra en Brasil. De acuerdo con el artículo 68 del Acto de las Disposiciones Constitucionales y Transitorias (ADCT) de la Constitución Federal de 1988, los quilombolas luchan por el acceso a la tierra históricamente negada y apropiada por una minoría. El presente análisis parte del postulado que la desigualdad está cimentada en la concentración de la tierra históricamente constituida, apropiada por una elite conservadora, arcaica y patrimonialista. Por eso, investigar las territorialidades abre posibilidades para una forma de pensamiento geográfico que se propone analizar las múltiples determinaciones que definen el territorio estudiado, tales como: el proceso de dominación hegemónica configurado a través de la propiedad privada, consolidada por el sistema productor de caña de azúcar, como demuestran los resultados preliminares del Censo Agropecuario de 2017 y los referenciales teóricos como Delgado (2017; 2012), Júnior Barbosa y Sá (2017) y Stedile (2012). Constituyen preocupaciones de la investigación: comprender la constitución del territorio quilombola considerando la identidad étnica determinada a través de relaciones opresivas, como el sistema esclavista; reconocer la esclavitud como una contradicción de la acumulación capitalista, así como sus consecuencias en la organización social brasileña; discutir sobre las narrativas de depreciación del negro en la construcción de la nación brasileña y comprender la formación territorial histórica de la Comunidad Quilombola Terra Dura y Coqueiral. La necesidad de investigación de la realidad lleva en cuenta la relación entre la cuestión agraria y los discursos de la raza en la formación de la sociedad brasileña, que muestra que, los procesos discriminatorios de inferiorización de una raza en relación con la otra y la negación del acceso a la tierra, son parte de una construcción engendrada en las raíces de nuestra historiografía. , además de la constatación de que materializar la legislación en el espacio se transforma en un desafío, en la medida en que esa realidad, en su apariencia, es muchas veces explicada como resistencia de lucha y alcance de la conquista de la demarcación del territorio quilombola en un conjunto de relaciones de fuerzas, conflictos e intereses. La Comunidad Quilombola Terra Dura y Coqueiral conquistó la certificación de reconocimiento de identidad en 2011, que era concedida por la Fundación Cultural Palmares, según reglamentado por el Decreto 4.887/2003. Dada la coyuntura política y económica actual que hace esfuerzos para dificultar el reconocimiento de los territorios tradicionales de quilombolas en el país, así como el decreto oficial de propiedad colectiva de la tierra, la comunidad ha estado construyendo una trayectoria de lucha, pasando por las etapas de examinar sus propias prácticas territoriales que los caracterizan como quilombolas, además del estudio de las características físicas del área demarcada.

Palabras-clave: Territorialidades - Propiedad de la tierra - Terra Dura y Coqueiral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território Quilombola Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE.....	24
Figura 2 - Tráfico Transatlântico de escravos.....	66
Figura 3 - Elesbão de Egas Francisco Sampaio de Souza Ilustrada.....	72
Figura 4 - Capa da Revista Ilustrada.....	79
Figura 5 - A redenção de Cã (1895).....	90
Figura 6 - Fenótipos raciais.....	97
Figura 7 - Capa do livro Negrinha (1920) – 1ª edição.....	103
Figura 8 - Capa do livro Histórias de Tia Nastácia - 1937.....	105
Figura 9 - Organograma do processo de regularização fundiária.....	110
Figura 10 - Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) certificadas em Sergipe, 2019.....	116
Figura 11 – Dona Raimunda apresentando a história da sua luta, 2019.....	125
Figura 12 - Dona Raimunda e a Pesquisadora, 2019.....	126
Figura 13 – Ruínas da senzala na Fazenda Coqueiral, 2013.....	130
Figura 14 – Ruínas da senzala na Fazenda Coqueiral, 2019.....	131
Figura 15 - Quilombola plantando em sua roça, 2019.....	132
Figura 16 - Plantações de Milho e Macaxeira, 2019.....	132
Figura 17 - Fazenda Coqueiral (Casarão), 2019.....	133
Figura 18 - Nascente Olhos D'Água, 2019.....	134
Figura 19 - Entrega da certidão de autodefinição da FCP.....	135
Figura 20 - Certidão de Autodefinição.....	136
Figura 21 - Estrada com calçamento de paralelepípedo no centro da comunidade.....	139
Figura 22 - Rua sem calçamento.....	139
Figura 23 - Apresentação do grupo de percussão.....	140
Figura 24 - Grupo folclórico da comunidade quilombola Patioba.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Expedição das certificações por regiões, 2019.....	109
Gráfico 2 - Territórios em processos abertos por regiões, 2019.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matrículas e classificação de escravos em 1873-1875.....	86
Quadro 2 - Comunidades certificadas em Sergipe, 2019.....	117-119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da área ocupada no Brasil, 2017.....	43
Tabela 2 - Classe de área dos estabelecimentos no Brasil.....	44
Tabela 3 - Sergipe - Número de estabelecimentos por área em 2017.....	50
Tabela 4 - Classe de área dos estabelecimentos em Capela, Sergipe.....	50-51
Tabela 5 - Capela - Distribuição dos cultivos por nº de estabelecimentos e produção da lavoura permanente em 2017.....	52-53
Tabela 6 - Produção de cana-de-açúcar em 2017.....	53
Tabela 7 - Números de escravos por classificação de proprietários no Vale do Paraíba.....	69
Tabela 8 - Propriedade escrava na Província de Sergipe (1873-1875).....	70
Tabela 9 - Propriedade escrava em Capela, Província de Sergipe (1873-1875).....	71
Tabela 10 - Preço médio do escravo – 1843/1887 no Vale do Paraíba.....	78
Tabela 11 - Brasil: área dos estabelecimentos agropecuários e dos quilombos, 2019.....	115
Tabela 12 - Sergipe: área dos estabelecimentos agropecuários e dos quilombos, 2019.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CNB - Congresso do Negro Brasileiro

CRQ's - Comunidades Remanescentes de Quilombos

CU - Cadastro Único

DEM - Democratas

DIT - Divisão Internacional do Trabalho

DOU - Diário Oficial da União

EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental /Relatório de Impacto Ambiental

FCP - Fundação Cultural Palmares

FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PFL - Partido da Frente Liberal

PROAGI - Projetos Agroindustriais Ltda

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONESE - Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEIDH - Secretaria do Estado de Inclusão Social

SEPPIR - Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial

SR - Superintendência Regional

TEM - Teatro Experimental do Negro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. A TERRA: UMA QUESTÃO DE PODER.....	28
2.1 A Economia Colonial na lógica da Conquista Territorial.....	29
2.2 A terra como mercadoria: uma relação de compra e venda.....	36
2.3 Hegemonia do latifúndio açucareiro em Sergipe.....	45
3. ESCRAVIDÃO: IMPOSIÇÃO DE UM PROCESSO DOLOROSO.....	58
3.1 Entre a metrópole livre e a colônia escravista: contradição da acumulação capitalista.....	61
3.2 O massacre étnico na diáspora africana.....	65
3.3 Ideias abolicionistas: uma justificativa para os interesses econômicos.....	75
3.4 Quilombos: territórios contra-hegemônicos e de resistências.....	83
4. O DISCURSO CIENTÍFICO DE RAÇA NEGRA INFERIOR NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA.....	90
4.1 Uso biológico do conceito de raça.....	94
4.2 Democracia racial, falsa harmonia social.....	98
4.3 Questões de raça nas obras Negrinha (1920) e Histórias de Tia Nastácia (1937) de Monteiro Lobato.....	103
5. LUTA PELO TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....	107
5.1 Legitimação do território quilombola.....	108
5.2 Território, apropriação, poder e conflito.....	119
5.3 Terra Dura e Coqueiral: o reconhecimento legal do quilombo.....	124
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO E USO DE IMAGEM DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS.....	157
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DA PESQUISA - QUILOMBOLAS.....	158
9	
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA.....	160
ANEXO A - ATA DE APROVAÇÃO DO RTID DA COMUNIDADE TERRA DURA E COQUEIRAL.....	163

1 - INTRODUÇÃO

*A explosão não vai acontecer hoje.
Ainda é muito cedo... ou tarde demais.
Não venho armado de verdades decisivas.
Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais.
Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas coisas sejam ditas.
Essas coisas, vou dizê-las, não gritá-las.
Pois há muito tempo que o grito não faz mais parte de minha vida.
Faz tanto tempo...
[...]*

(Frantz, 2008, p. 25.)

Consideramos emergente a discussão de problemáticas que permeiam as questões sociais de grupos, historicamente marginalizados na sociedade. ‘Gritos verdadeiros’ são irradiados cotidianamente nas mais variadas mídias sociais, apresentados com rigidez e postos como sendo únicas verdades absolutas para enxergar o mundo. Direi verdades que soam inconvenientes, não porque me solicitaram. Entendo que se fazem necessárias no atual contexto em que vivemos, de silenciamento das nossas vozes e da opressão dos nossos direitos.

O processo de acumulação capitalista engendrou a marginalidade quando expropriou o trabalhador dos instrumentos de trabalho, da terra e espoliou sua condição de ser humano, aumentando o número de desempregados e miseráveis. No processo histórico social, a Modernidade gestou a colonização como condição natural e necessária para humanidade ‘incivilizada’ e regras fundamentais que somente a concepção iluminista do progresso podia sanar para existir sob as entranhas do capital.

Adorno e Horkheimer (1947) nos mostra que os esclarecidos da razão, de luz – a universalização do conhecimento pelos iluministas - têm sede em desencantar o mundo das trevas, da natureza dogmatizada em referência ao contexto da Idade Média. A razão kantiana tratada pelos autores libertava o homem da natureza, separando o sujeito do objeto, sobremodo tornando este indivíduo dominador sobre ela.

As questões da Modernidade impõem mudanças estratégicas na sociedade, mas, sobretudo, determinam valores e padrões universais que podem ser traduzidos na racionalização, descrença do mundo, exaltação das ciências naturais e das técnicas da matemática no conhecimento, o saber orientado para utilização como instrumento de poder e dominação de uns sobre outros, sociedade sobre sociedades, universalização da alienação e exploração do outro face ao processo de expansão e disseminação dos valores trazidos pela sociedade da mercadoria. O esclarecimento enquanto um conjunto orquestrado ideologicamente para uma forma de racionalizar, agir e pensar deve ser apreendido como processo para se alcançar a libertação das fúrias da natureza. O saber comprovado, testado representa por excelência o poder científico e impõe a verdade racionalizada, esclarecida diante das técnicas modernas apoiadas pelos interesses burgueses. “O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 5).

Lefebvre (1991) nos ajuda a compreender essa reflexão que permeia a construção em movimento do pensar sobre o conhecimento, esclarecendo que a produção é contraditória, conflituosa na relação homem natureza mediada através do trabalho. Apresenta o conhecimento sob a lógica formal como fato indiscutível, pois na relação sujeito/objeto não existe a unidade dialética. Em seu entendimento não pode haver a separação na leitura da realidade concreta. O conhecimento como fato é abordado pelo autor porque o ser humano estabelece contato com a realidade objetiva, social e histórica porque as relações que se dão entre as pessoas e as coisas corroboram para o acúmulo de ideias e pensares desenvolvidos pelos seres humanos ao longo do tempo histórico. Percebe-se com isso, a necessidade de olhar para a realidade, neste caso, a Comunidade Quilombola Terra Dura e Coqueiral superando a lógica formal que não nos permite conceber os fenômenos através da contradição dialética e questionar os elementos sob perspectiva crítica que problematize o aparente. O conhecimento produzido pela lógica formal reproduz na sociedade os interesses dos dominadores que são contrários às necessidades coletivas de quem pensa a possibilidade de transformação da sociedade.

Pesquisar sobre Comunidades Quilombolas, consequentemente, sobre a constituição dos territórios tradicionais, pautado no direito territorial, na identidade, bem como da autodeclaração dos povos, nos leva historicamente à construção de um imaginário marcado pela exclusão e marginalização do outro. Legitimou-se nas relações sociais a negação do ser diferente, considerado inferior pela civilização do progresso e negado de toda e qualquer identidade cultural. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o

colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34).

A negação do outro não pode ser dissociada do processo de reprodução da acumulação de capital, construído em bases sólidas no contexto da colonização. O sistema colonial nas Américas esteve apoiado em discursos e teorias sobre a superioridade das raças, intrinsecamente atrelado à expansão, apropriação e produção de territórios, a exploração dos povos locais e das riquezas naturais, sobretudo, ancorado na catequização cristã dos povos, bem como o holocausto de povos de outras nações a exemplo do sistema escravista, em nome da mercantilização do processo de expansão e acumulação da produção capitalista. Essa discussão de negação do negro no processo de produção histórico e social da sociedade capitalista se constitui numa pauta forte e defendida pelo movimento negro, assim como por outros grupos marginalizados como as populações indígenas e movimentos sociais de diversas lutas.

Uma consideração a ser feita sobre essas discussões elencadas por acadêmicos e movimentos sociais de resistência consiste em entender que não se pode negar o conhecimento construído socialmente e historicamente pelos seres humanos e as metanarrativas são produtos da construção social humana e independem de um único pensar os fenômenos do real. Wood (1996) questiona a agenda Pós-Moderna a qual apresenta temas centrais como: o fim da história e das metanarrativas ao atacar os valores do Iluminismo, sobretudo o pessimismo com a política atrelada ao economicismo diante do descontentamento da realidade produzida pelos interesses do capital.

Os Pós-Modernos na análise de Wood (1996) são à esquerda pós-moderna - o "pós-marxismo" e o "pós-estruturalismo" - enfatizam a linguagem, a cultura e o discurso sobre o que há no mundo e que não temos acesso, diante das leituras econômicas da esquerda. Desta forma, recusam o conhecimento da totalidade e dos valores universais em benefício do diferente, das “identidades particulares diversas como gênero, raça, etnicidade, sexualidade e em várias opressões e lutas particulares e separadas; insistência na natureza fluida e fragmentada do eu humano (o "sujeito descentrado"), que toma nossas identidades de tal modo variáveis, incertas e frágeis, que é difícil ver como podemos desenvolver o tipo de consciência capaz de formar a base para a solidariedade e a ação coletivas fundadas numa "identidade" social comum (como a classe), numa experiência e em interesses comuns - uma exaltação do "marginal" -; e repúdio das "grandes narrativas", tais como as ideias ocidentais de progresso, incluindo as teorias marxistas da história”.

Esse pensar está orientado para negação da classe e do marxismo. É concordando com o pensamento de Mészáros (2002) que não pretendemos particularizar a análise do fenômeno, tampouco conceber a comunidade quilombola Terra Dura e Coqueiral como movimento negro de questão única, inserido na fragmentação circunscrita à identidade tradicional e das relações estabelecidas de luta pela terra dissociadas do processo de reprodução da acumulação capitalista.

A temática que permeia os estudos sobre Comunidades Tradicionais Quilombolas tem sido estudada sob uma vertente questionadora de análise social, econômica, cultural e política. A Antropologia e a História vêm trabalhando a partir de uma vasta literatura consolidada sobre a importância de demarcação dos territórios tradicionais quilombolas no Brasil, em articulação com os movimentos sociais de luta pela terra, destacando o elemento da identidade cultural ancestral, as narrativas étnicas, sobretudo o autorreconhecimento de um povo como influente e significativo para legitimação da titulação de posse da terra.

O interesse de investigação sobre as comunidades quilombolas no Brasil foi iniciado na primeira metade do século XX, em 1930, segundo Gomes (2006) apontando Nina Rodrigues, Edison Carneiro e Roger Bastide que buscavam mostrar em seus estudos as diversas tentativas de resistência ao modo de vida que viviam em seu país que se apresentava contrário ao sistema hegemônico vigente, tendo como análise de estudo o quilombo de Palmares. Ainda na segunda metade do século XX, os estudos encabeçados por Gilberto Freyre estiveram voltados para a relação entre o escravo e o senhor nas fazendas, destacando a classe opressora que se constituíam os senhores de engenhos e os escravos enquanto classe oprimida.

A contribuição da ciência geográfica nessa temática étnica caminha para dar visibilidade às lutas pelos direitos territoriais de acesso à terra que, historicamente foi negada, a fim de construir uma geografia histórica de sujeitos que tiveram suas falas silenciadas, pois segundo Beker (2003) possui a intenção de promover diálogos significativos em conexão. Discorrendo sobre a Geografia Histórica, ele enfatiza que a Geografia e a História têm seu próprio olhar sobre o mundo e que os geógrafos históricos nos contam sobre a história dos lugares produzida pelas pessoas. “Além de se preocupar em recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal” (ERTHAL, 2003, p. 30).

Têm-se uma valorização do passado e do pensar historicamente sobre um lugar, reforçando as identidades dos povos. Na análise de Beker (2003) trata-se de um híbrido acadêmico entre geografia e história sobre o ambiente, a paisagem, as regionalidades e a

localização espacial. Isto é, não podemos impor limites nessas estruturas, pois se preocupa com as dimensões da história da geografia e a geografia da história com análises complementares para compreensão do mundo, do estudo sobre o passado.

A questão quilombola pode ser concebida através do reconhecimento da história, de um passado socialmente negado pela historiografia dominante. Não se pode compreender o território quilombola se se ignorasse as relações de ancestralidade dos povos, que antecederam e construíram territorialidades singulares, sendo percebidas e concebidas nas dimensões simbólicas e afetivas pela comunidade nas suas práticas cotidianas.

Trabalho histórico e antropológico como de Arruti (2006) dialoga entre a ciência antropológica e a ciência histórica, sobremaneira abre possibilidades de questionamentos sobre a problemática dos direitos e do reconhecimento das comunidades tradicionais, que no contexto colonial sofreram com os processos de exclusão e negação diante da construção do projeto de nação capitalista no Brasil, aos moldes europeus. A alteridade tratada pelo autor é da comunidade remanescente de quilombo, entendida pelo autor como categorial social, pois a identidade é um produto social e histórico a ser problematizado diante da sua força social de luta pelo reconhecimento de seus territórios ancestrais, não exclusivamente, no campo brasileiro, ocupado em contexto de escravidão.

As ações afirmativas são tomadas pelas políticas do governo brasileiro através de programas específicos e voltados para saúde, educação, cultura e ações de créditos financeiros. O autor argumenta sobre as Terras de Pretos em que foram reapropriadas, baseando-se no artigo 68 do ADTC da Constituição Federal 1988 como terras de uso comum, ou seja, compartilhadas pelos quilombolas.

O debate de ressemantização trazido por Arruti (2006) define a comunidade quilombola como resistência de manutenção e reprodução do modo de vida, um lugar específico, vivido com referência histórica aos valores comum. Além disso, considera a regularização fundiária dos territórios como uma reparação histórica levando também em consideração na análise a Lei de Terras 1850 que privou os escravos e libertos do acesso à terra. Nesse sentido, podemos associar os quilombolas com a questão agrária brasileira, na medida em que, existe articulação direta com a apropriação da propriedade privada da terra gestada desde o processo de colonização.

Citando Almeida 1996, Arruti (2006) afirma que falar em quilombo primeiramente citado no contexto do Brasil Colonial e Imperial formado por mais de três escravos fugidos instigava o imaginário político por se caracterizar como inimigo daquela sociedade, assim como

os índios, no sentido de contrapor aos padrões da cultura branca europeia, como ato de rebeldia. Não podemos reduzir a resistência dos quilombos à mera continuidade da África no Brasil – os africanismos – porque os negros sofreram um processo particular de negação do ser, construído historicamente e socialmente para o funcionamento da lógica do desenvolvimento capitalista.

Rosário do Catete, Laranjeiras, Capela e Divina Pastora foram os municípios com maior registro de resistência negra em Sergipe, com a formação dos quilombos. Esses municípios estão na Zona da Mata Canavieira, uma região de importância econômica e política. A atividade canavieira demandava o número grande de escravos, por isso a maior concentração de comunidades quilombolas constituindo-se numa ameaça à propriedade dos senhores.

Existe uma diferença significativa entre posse e propriedade. Conforme Art. 68. (ADCT) “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. O sentido do termo ocupando expressa a posse histórica dos ancestrais que viveram nos quilombos e que estão sob o domínio dos seus afrodescendentes.

Uma vez reconhecida, demarcada e delimitada pela Fundação Cultural Palmares, o relatório técnico será encaminhado para apreciação do Ministério da Cultura que, por sua vez, elaborará um ato demarcatório autorizando o encaminhamento dos processos nos territórios. Nesse sentido, a homologação da terra só ocorre através de publicação de decreto pelo Presidente da República, dando legitimidade ao reconhecimento de propriedade definitiva. Essa é uma das principais problemáticas atuais enfrentadas: luta pela garantia do título de propriedade definitiva face os interesses dos latifundiários do agronegócio e das empresas de extração de minérios.

A abordagem histórica e geográfica orientada pelo Materialismo Histórico e Dialético em conceber as relações processuais norteará a pesquisa. As relações sociais vão além da aparência de um dado fenômeno ao tratar de dados e informações de modo qualitativo nas análises críticas e reflexivas, conceber a contradição da essência dos fenômenos nos pares dialéticos (riqueza-pobreza, tempo-espço) no capitalismo, pois problematizando a realidade “tem-se um conhecimento que, ao ser negado, gera outro, que, por meio da sua negação, gera outro mais profundo em conteúdo, e assim sucessivamente” (SALVADOR, 2012, p. 102).

Se o todo significa movimento, dinamismo e mutabilidade histórica em interação universal, logo a essência do concreto, material pode ser concebida no reconhecimento das ações humanas, assim “[...] não há possibilidade lógica de conceber uma dialética da natureza

ou do espaço, pois a manifestação dialética demanda a consciência e a vontade de um sujeito” (MORAES, 2014, p. 13).

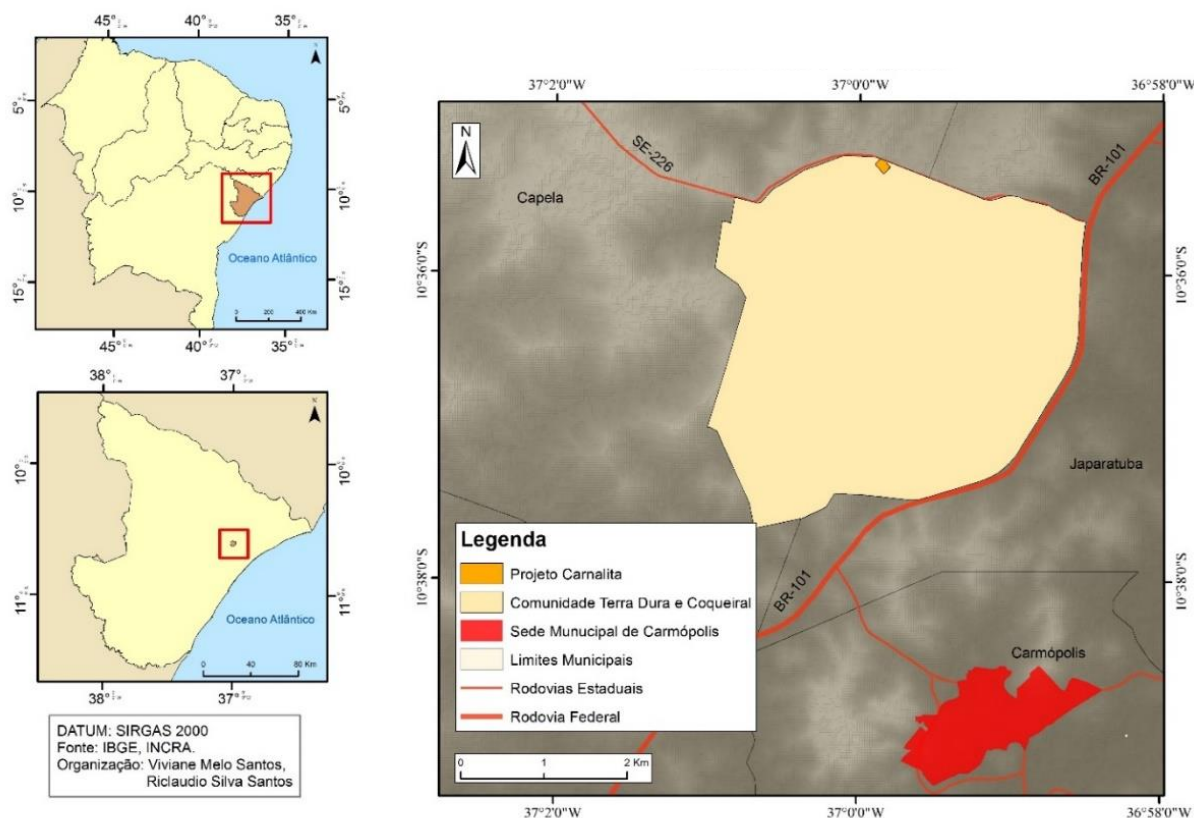
As intenções humanas são expressas nas desigualdades econômicas e sociais, nas disputas e apropriações dos espaços, mas, sobretudo, na possibilidade de um projeto de sociedade que ouça e valorize o saber do sujeito repleto de conhecimentos e técnicas na construção de um futuro mais justo que trará para construção do conhecimento geográfico a possibilidade de enxergar a comunidade numa visão de totalidade. Assim, torna-se fundamental uma investigação da realidade que, em sua aparência é por vezes explicada como resistência de luta e alcance da conquista da demarcação do território quilombola nas relações de força e conflitos e interesses.

Diante da problemática que cerca o processo para alcançar o reconhecimento da posse definitiva da terra, a presente dissertação questiona:

1. Como o Estado tem atuado para manter a concentração da propriedade da terra em posse de uma minoria, acentuando a desigualdade do acesso aos quilombolas, historicamente marginalizados?
2. Considerando que, o acesso à terra pelos povos tradicionais significa a garantia da reprodução de um modo de vida, em que medida o mesmo Estado que negou o acesso à terra, possibilita através do ADCT da Constituição Federal 1988, o reconhecimento da demarcação dos territórios quilombolas, face à fragilidade da aplicabilidade da legislação?
3. No que diz respeito à formação da nação brasileira, como os discursos científicos de raça legitimaram a exploração e inferiorização de uma raça em relação à outra, ancorados na espoliação do sistema escravocrata?

Apresentadas essas questões de pesquisa, este trabalho resulta do interesse em analisar a relação existente entre a questão agrária e as questões de raça, expressadas na luta pelo território quilombola, abordando a constituição do direito territorial da comunidade Terra Dura e Coqueiral, localizada no município sergipano de Capela, conforme figura 01.

Figura 01: Território Quilombola Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE



Situado ao norte do estado de Sergipe, o acesso ao território quilombola Terra Dura e Coqueiral¹ é feito pela BR 101 e pela rodovia Estadual SE-226. O território possui uma área 890,6598 hectares. Na figura 01 podemos observar uma área demarcada dentro do território quilombola na cor amarela. Nessa área delimitada no território são realizados estudos nas amostras colhidas do minério carnalita.

O projeto Carnalita é de propriedade da The Mosaic Company², empresa estudianense, cuja finalidade consiste na exploração do mineral para produção de fertilizantes. A comunidade

¹ Confronta-se ao Norte: Assentamento José Emídio e Fazenda Vermelho de Gustavo Barreto da Cruz. Leste: Assentamento 13 de Maio e Fazenda Genipapo de Therezinha de Jesus Vasconcelos e outros. Sul: Fazenda Santa Clara, Fazenda Ladeira e rodovia Estadual SE-226. Oeste: Espólio de Olímpio Nunes, João Santos, Antônio Ferreira, Anunciada da Silva Santos, Maria de Lourdes da Silva, Luis Fernandes dos Santos, Gilvanete dos Santos, Wagner Santos, Assentamento José Emídio e rodovia Estadual SE-226.

² A empresa surgiu com a união de capitais das empresas Cargill e IMC Global. Empresa responsável pela produção, importação, comercialização e distribuição dos fertilizantes: fosfato e potássio combinados no mercado mundial. Esses fertilizantes são utilizados em grande quantidade na produção agrícola brasileira e para nutrição animal. Seu discurso é garantir uma produção de alimentos para população com uso responsável do solo. Com sede em Minnesota (EUA), a Mosaic possui operações na Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Índia e Paraguai, além de joint ventures no Peru e Arábia Saudita. No Brasil são seis minas de potássio e uma de fosfato.

foi identificada como povoado no EIA/RIMA, o que fragiliza a luta pelo reconhecimento do território tradicional, é diretamente impactada pelas atividades e estudos realizados pela empresa como demonstrado do Relatório Técnico de Estudos e Impactos Ambientais (EIA/RIMA).

Como forma de compensação, a empresa firmou parcerias para desenvolver e apoiar atividades que valorizem as manifestações culturais no território quilombola, além disso, distribuir cestas básicas em parceria com o município. Quando questionados sobre a chegada e implementação do projeto Carnalita no território, os quilombolas relataram que foram pouco assistidos pelas ações realizadas na comunidade, tendo em vista que, um dos principais anseios da comunidade é a geração de emprego e realização de cursos para os jovens quilombolas. O discurso de desenvolvimento para o município e a geração de emprego foram amplamente disseminados pela empresa, a fim de construir um consenso de que a instalação da empresa no território representa um interesse coletivo, com isso inclui os jovens, os quais sofrem com o desemprego.

Tal problemática permeia em nosso universo de estudo, a regularização dos territórios tradicionais quilombolas no Brasil, legitimados pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, bem como os rebatimentos da efetivação da política pública territorial no território ancestral. Propomos, diante disso, analisar o processo de dominação hegemônica da propriedade privada da terra no Brasil, considerando uma abordagem escalar, reconhecer a escravidão como uma contradição da acumulação capitalista, bem como seus rebatimentos na organização social brasileira, discutir sobre as narrativas de inferiorização do negro na construção da nação brasileira e compreender a formação territorial histórica da Comunidade Quilombola Terra Dura/Coqueiral, tendo em vista a luta e a resistência pela legitimação do quilombo.

Na construção dos procedimentos metodológicos deste trabalho, tem-se como preocupação a produção sistemática do que é produzido no processo que envolve a captação da realidade na qualidade metodológica de reflexão sobre o conhecimento científico em produção (DEMO, 2003), pois entendemos que o método é o instrumento de saber pensar a realidade, é caminho (in) seguro que guia a visão de mundo para várias direções. Os procedimentos, técnicas e teorias de pesquisa evidenciam a visão de mundo internalizada no pesquisador dando-lhe recursos sistemáticos para explicar o espaço que é produto social, “interessando ao geógrafo as diferentes e desiguais produções do espaço que são colocadas em baila pelos variados agentes sociais” (SALVADOR, 2012, p 103).

No percurso metodológico foi realizada pesquisa bibliográfica que deu aporte contextualizado e epistemológico, pesquisa de campo na comunidade quilombola Terra Dura e Coqueiral, pois conforme Neto (1994), o trabalho de campo expressa uma possibilidade de conseguirmos além de uma aproximação com algo que desejamos conhecer e estudar, mas também criar um conhecimento que, partindo da realidade presente no campo, propiciou a observação do território quilombola com a finalidade de investigar como as territorialidades são produzidas frente às relações de força e poder no território na legitimação da propriedade de uso compartilhado.

Foi utilizada a pesquisa qualitativa conforme trabalhada por Pêssoa (2012) diante do envolvimento do pesquisador com o objeto estudado, sobretudo da opção pela abordagem teórico-metodológica para problematizar o fenômeno. O levantamento e a coleta de dados foram possibilitados mediante a realização de duas entrevistas semi-estruturadas, direcionadas à presidente da associação comunitária e a quilombola fundadora da associação, a fim de analisar o percurso de luta pelo reconhecimento da comunidade quilombola. Além disso, foram levantados dados secundários - registros fotográficos, testemunhos e relatos dos sujeitos e a aplicação de vinte questionários com respostas abertas, direcionados aos quilombolas com o objetivo de apreender a realidade social vivenciada cotidianamente.

Foram analisados de forma contextualizada e integrada, compreensiva, argumentativa e interpretativa dos fenômenos humanos, sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, pois a variedade de técnicas de coleta de dados que permite a participação dos sujeitos. A força de Dona Raimunda e da presidente Patrícia (filha de Dona Raimunda), juntamente com os quilombolas em lutarem pelo reconhecimento do território foi testemunhada nas conversas que tivemos em suas residências sobre a história levantada por toda a comunidade e os desafios que estão sendo enfrentados na legitimação do território.

Esta dissertação está estruturada em seis itens de discussão sistemática do conteúdo, com esta *Introdução*. No capítulo intitulado *A terra: uma questão de poder* tem-se a discussão de como a concentração da terra conformada no espaço através dos latifúndios foi determinante para estruturar as desigualdades sociais. No cerne da questão está a expropriação do acesso à terra pelos povos tradicionais quilombolas, atrelada ao processo histórico e social de organização e produção do território brasileiro, mediante instauração da mercantilização da terra com a Lei de Terras de 1850.

No capítulo *Escravidão: imposição de um processo doloroso* é apresentado o regime escravocrata como uma contradição necessária da acumulação capitalista em que preservou as

condições desumanas de exploração da mão-de-obra africana na periferia e no centro, cujas relações estavam pautadas no trabalho assalariado. Para configuração de tal regime, arquitetou-se desde o tráfico forçado de escravos até os ideais elitistas abolicionistas que caminharam com passos lentos para o fim da escravidão com a Lei Áurea de 1888. Nesse contexto social de opressão e barbárie que conformou a escravidão brasileira, temos a efetivação no espaço dos territórios contra hegemônicos e de resistências, os quilombos, a implementação da falsa liberdade e do trabalho livre na proposta de construção da jovem nação republicana.

O debate elencado no capítulo denominado *O discurso científico de raça negra inferior na construção da nação brasileira* revela como o uso biológico do conceito de raça legitimado pela ciência, através da teoria do darwinismo social, foi substancial para formação da história da nação. Um consenso foi sendo construído de democracia racial através de instituições criadas como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Museu Nacional em que supostamente as raças branca, indígena e negra estariam em harmonia social. Essa realidade de negação foi forjada para o mundo como uma imagem de nação pacífica, natural, tropical e acolhedora. O mito da democracia racial contribuiu para negar e silenciar os processos de exclusão e violências dos grupos marginalizados na sociedade. No capítulo intitulado de *Luta pelo território quilombola* procura-se evidenciar a importância da luta dos quilombolas da comunidade Terra Dura e Coqueiral pelo reconhecimento do direito territorial baseado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, da Constituição Federal de 1988. Há uma preocupação em valorizar a narrativa, ouvindo as histórias desses sujeitos que percorreram uma trajetória social, política e histórica de construção da sua identidade étnica. E, as *Considerações finais* que visam concluir as principais ideias abordadas nesta pesquisa.

Portanto, coloca-se em baila a discussão sobre o reconhecimento dos direitos constitucionais sobre a terra historicamente concentrada nas mãos da minoria que detém seu poder e controle. Essa temática dos direitos territoriais contribui para compreensão de situação de conflito social resultante do não reconhecimento pelo Estado da identidade quilombola, da apropriação das terras tradicionais pelos interesses do agronegócio e quando não ocorre a desapropriação das terras privadas nas quais os quilombos estão inseridos.

2 - A TERRA: UMA QUESTÃO DE PODER

POEMA 1

*Reforma Agrária
É palavra
Que dói na alma
Que grita na calma
De quem
Não se levanta*

*Reforma Agrária
É bandeira
Que clama
Revolta
E apenas reclama
“na lei ou na marra”
Com uma palavra:
Terra!*

POEMA 2

*As cercas
Crescem com o dia
Demarcam
A imensidão
Do latifúndio
E calam
O murmúrio
Das sementes*

*Nas madrugadas
O camponês
Arma o coração
Da derrubada
O arame farpado
Não deterá jamais
O grito
Da aurora
Ocupada!*

2.1 - A Economia Colonial na lógica da conquista territorial

Existem hoje várias razões para questionar o ato de civilidade que nos fora incutido ao longo dos séculos. Um exemplo desse ato considerado justo foi a negação do acesso à terra para determinado grupo estando fundado nas relações sociais determinadas, segundo as necessidades do que impera como fixas estruturas totalizadoras da economia e produzidas historicamente, pelos meios de dominação e as vias materiais de existência.

Os poemas trazem para reflexão palavras insistentemente negadas em nossa sociedade: concentração, distribuição e acesso à terra. Negadas do ponto de vista da ideologia latifundiária que concentra a terra e insiste em calar a luta de quem defende uma proposta de transformação social, pensada através da reforma agrária na luta pela terra. Ao passo que nega, apresenta uma ideologia considerada ‘nova’, mas em sua essência, conserva relações arcaicas.

Bottomore (1988) argumenta que a mercadoria resultada da apropriação do trabalho possui características que lhe são atribuídas pela força dominante. “A ilusão do fetichismo brota da fusão da característica social com as suas configurações materiais: o valor parece inerente às mercadorias, natural a elas como coisas” (BOTTOMORE, 1988, p. 246). As relações sociais que permeiam na construção dos objetos materiais da sociedade capitalista são apresentadas como se fossem naturais. Essas características são postas como naturais na sociedade, quando em sua essência, são produto social, pois exercem uma força aparente em nossa vida. “São as “formas de aparência” objetivas das relações econômicas que definem o capitalismo. Se essas formas são tomadas como naturais, isso se deve a que seu conteúdo ou essência social não é visível imediatamente e só pode ser revelado pela análise teórica” (BOTTOMORE, 1988, p. 246). O discurso irradiado pelas necessidades do agronegócio suaviza as tensões e contradições sociais e conduz os seres humanos aos padrões preconcebidos a exemplo da naturalização das desigualdades. Está relacionada ainda, com a construção do conhecimento distorcido e orientado pela força de um falso consenso criado pelos donos dos meios de produção e da propriedade privada e que detêm o controle do aparelho do Estado.

Parafraseando Berman (1986) como tudo que é sólido desmancha no ar, a sociedade movimenta-se na história e no próprio movimento do pensar histórico e dialeticamente em determinação das relações de produção e da força de trabalho. O ser social nesse movimento vai se constituindo em um dever ser a partir do trabalho, no qual as condições de existência humana estão conduzidas pela esfera da produção. Isto porque, o homem é natureza em relação de reciprocidade constante e define suas necessidades, ganâncias porque “o trabalhador produz

capital; o capital produz o trabalhador” (MARX, 2010, p. 91) em relação social e unidade dialética, contraditória.

Saramago (2002) relata que numa aldeia de Florença há mais de quatrocentos anos existia um sino situado no alto da torre da igreja, acostumado a tocar em ocasião de falecimento de alguém. Um dia, o sino tocou inesperadamente. Para a surpresa dos camponeses não havia notícia alguma de morte. Ora, as badaladas do sino anunciavam uma morte: a morte da justiça. Isto porque, um senhor de posses daquela aldeia vinha apropriando para si longas faixas de terras pertencentes aos camponeses. Acionada a justiça pelos camponeses nada foi feito para conter a usurpação. Ao contrário, a justiça legitimou a apropriação ilegal do senhor rico.

Esta passagem introdutória do texto busca refletir sobre as injustiças produzidas na sociedade contemporânea. A justiça morre cotidianamente, na medida em que favorece a espoliação de terras tradicionais indígenas e quilombolas, além das terras de nascentes e solos férteis dos biomas em benefício da expansão das fronteiras de monocultura especializada e voltada para o mercado externo, representando a ganância do capital.

Para Moraes (2002) a história orienta uma compreensão sobre os objetos e os processos sociais que ocorrem no espaço geográfico. A apropriação dos espaços e sua produção são definidas conforme os valores materiais e simbólicos. Os valores materiais são expressados pelas estratégias de conquistas e efetivação do poder na conquista territorial de um espaço. Já os valores simbólicos podem ser identificados através do imaginário social, voltado para busca das riquezas, dos metais preciosos, bem como sendo orientados por uma imaginação permeada pelos mitos e lendas que engendraram a ocupação de territórios. “A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade - um contínuo em movimento” (MORAES, 2002, p. 45).

O território, por esta análise, traduz a apropriação por um grupo social, indivíduo e/ou Estado que ocupa e explora o espaço. Essa visão não abre possibilidade de conceber a realidade através de concepções naturalistas. Isto é, aponta para uma visão de mundo social do objeto geográfico, o qual passa a ser apresentado na relação sociedade-espaço, destacando a unidade dialética no entendimento da forma e processo.

Analisar a formação histórica de um país pelo viés da constituição territorial para Moraes (2002) é um caminho que permite revelar os interesses econômicos e os projetos hegemônicos, espacializados na sociedade pelos dominadores. Convida-nos para construção de uma geografia interpretativa, social e histórica que capta as articulações dos processos sociais e reflete o espaço do exercício do poder, da conquista, da apropriação e dominação política e

econômica, além da manutenção de domínios externos, as colônias, sendo partes submetidas aos interesses dos países colonizadores. “A colônia deve ser um anexo territorial do território metropolitano, uma adição de espaço à economia do país colonizador” (MORAES, 2002, p. 64). Para o autor, a expansão de um grupo interessado em incorporar novos espaços e a colônia torna-se expressão da internalização do que vem de fora e se fixa determinando uma organização, ocupação e produção do espaço. Essa produção está articulada com os interesses da acumulação e reprodução capitalista. É uma funcionalidade submetida de acordo com uma estrutura dominadora.

A ganância imediata pelo lucro foi postulada pelos interesses dos países europeus em acumular riquezas ao longo da história como apresentada por Moraes (2001) sobre o processo de efetivação da colonização, sendo compreendida como conquista territorial de novos espaços atrasados frente aos ideais do progresso científico. Essa ideia de conquista ultrapassa a dominação territorial, sobretudo do outro para efetivar a dominação dos “fundos territoriais” constituídos por áreas ainda não devastadas, de conhecimento duvidoso assinalado pela cartografia da época. Esses fundos territoriais referem-se aos “sertões” sob o domínio da natureza e que se constituíam em riquezas de apropriação futura.

No dizer de Tzvetan Todorov (1982), é a expansão de conquista do Outro exterior ao Eu - desprovido de identidade cultural, social, econômica e política - em comunhão com a ideologia religiosa da universalidade do cristianismo. Com a descoberta das minas de ouro e prata de Potosí é alimentada a esperança de encontrar no Brasil as riquezas minerais.

A situação colonial já é uma relação entre sociedade e espaço, interessando à própria conquista do espaço. A colônia pode ser entendida como a efetivação da conquista territorial. De imediato, isso traz uma indicação metodológica, do ponto de vista histórico, muito importante, que é a inadequação total para se tentar trabalhar a questão colonial em termos de uma oposição interno-externo. A colônia é a internalização do agente externo. E a colônia implica a consolidação desse domínio territorial, a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes no território colonial. A expressão que sintetiza tudo isso é a noção de conquista, que traz inclusive o traço de violência comum em todo processo colonial (MORAES, 2001, p. 105).

Isto, na prática, representa aquele que vem de fora, por excelência. Através da força e da violência submete os povos locais segundo seus interesses, explora as riquezas para alimentar a usura comercial e expropria as terras daqueles que por direito ancestral foram os donos. “A colonização envolve conquista, e está objetivada na submissão das populações

encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados” (MORAES, 2002, p. 65).

Esteves (2018) argumenta que a apropriação do território não contrariou os objetivos complementares de acumulação das riquezas originadas e extraídas nas colônias. A organização de possessões e as normas de propriedade de terras portuguesas significaram a possibilidade dos colonos se estabelecerem nas terras consideradas desocupadas e representou a ampliação do comércio de mercadorias excedentes e novos produtos desejados para exploração.

Em relação aos povos que já habitavam esses espaços colonizados e constituídos de culturas diversas, a incorporação de novos territórios pela coroa portuguesa representou a adoção de um sistema normativo centrado na propriedade e de dominação, ao não reconhecer a existência de práticas sociais preexistentes (ESTEVES, 2018, p. 6).

As práticas coletivas existentes antes da chegada dos portugueses no Brasil entram em conflito com a instauração da propriedade fundiária estabelecida pela coroa portuguesa através dos sistemas de produção, como a implementação do plantio da monocultura da cana-de-açúcar e a doação via sesmarias. Nesse contexto, os proprietários de terras no Brasil resultaram essencialmente do processo de apropriação das terras, legitimado pelo direito de propriedade que:

financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa. No processo da invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura (STEDILE, 2012, p.19).

Toda a riqueza possível de ser encontrada, segundo a lógica capitalista de acumulação e exploração, deve se tornar mercadoria (lucrativo escambo entre índios, comerciantes e corsários franceses do pau-brasil, monocultura da cana-de-açúcar, ouro) para então ser comercializada no mercado europeu. Como nem tudo que reluz significa riqueza, a colônia deve ter uma função no processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, explorar as terras abundantes, gigante pela própria natureza e apropriada pela própria natureza do capital em expansão, já que o ouro não foi de imediato encontrado, a exploração das riquezas naturais foi a condição imposta para alimentar o acúmulo de riqueza na Europa. A riqueza produzida na colônia é para atender as necessidades do centro do sistema. A garantia dessa riqueza está

ancorada no aparelho da estrutura militar acompanhada pela violência como forma de submeter as populações locais ao novo poder, aos poucos vai se instalando.

As estruturas produtivas existentes e em funcionamento são incorporadas e transformadas em mercadorias ou são destruídas quando não adquirem relevância. O exemplo bem mais sucedido foi a territorialização do sistema *plantation* do empreendimento econômico da cana-de-açúcar. A quantidade de capital investido na atividade produtiva determinou as bases dos movimentos econômicos dos lucros.

A colônia brasileira experimentou dessa territorialização, gerando lucro como forma de retorno ao mercado externo dos investimentos empregados no sistema produtivo. As expedições configuraram propósitos, determinações seletivas e ação exploratória. A expedição de Martin Afonso de Sousa em 1530-1532 trouxe para as novas terras a normatização de distribuição das glebas de terras ‘improdutivas’ para produção da agricultura, sob a proteção dos investidores colonos portugueses, as sesmarias. É ela quem inaugura as relações de poder, apropriação e controle sobre as enormes faixas de terras férteis, assim como sobre os escravos; sendo determinante para configuração atual da grande propriedade, o latifúndio, na qual perpetua todas as formas de explorações desumanas perpassando pelas diversas atividades econômicas internas e de exportação praticadas no Brasil.

Depois da conquista, a construção do ‘Brasil’ é voltada ideologicamente para receber a cana-de-açúcar como principal cultivo da exploração comercial nas glebas de terras. Assim como “do gado bovino, do café, da pimenta-do-reino. E aproveitaram algumas plantas nativas, como o tabaco e o cacau, e as transformaram, com produção em escala, em mercadorias destinadas ao mercado europeu” (STEDILE, 2012, p.20). A exploração comercial da monocultura da cana-de-açúcar estava ancorada no modelo Agroexportador de utilização da força de trabalho escrava (indígena e negra) e em grandes faixas de terras monopolizadas, *plantation* aos que detinham a propriedade.

Uma estrutura que se firmou em bases contestáveis e desumanas, a princípio com o extrativismo vegetal, devastando florestas inteiras, retirando a possibilidade de sustento das populações autóctones, os verdadeiros donos da terra, estes foram expropriados, escravizados e dizimados. Posteriormente, com o latifúndio escravista traficando e vendendo seres humanos como uma simples mercadoria do capital. Assim, é definido o alicerce do brasileiro, em um sistema monocultor agroexportador (MARQUES NETO, 2014, p. 15).

Segundo Moraes (2001) as capitanias hereditárias representaram a transferência dos custos de investimento do português na colônia para quem tinha “posses”. Foram os donatários

quem construíram os engenhos, mantiveram e importaram a mão-de-obra escrava, mas com a certeza que seus filhos herdariam. Muitos engenhos da colônia foram financiados por capitais da Europa, sendo explorada a força de trabalho dos índios num primeiro momento.

A ocupação efetiva do Brasil pelos portugueses se processou através da montagem de uma economia agrícola, baseada no plantio da cana e produção do açúcar. Como agricultura de exportação era organizada de maneira a dar muitos lucros, a agromanufatura do açúcar devia produzir em larga escala e com baixos custos. Daí o trabalho compulsório nela predominante, sob a forma de escravidão (DINIZ, 1991, p. 205).

A monocultura, o trabalho escravo e a grande propriedade foram o modelo importado para a prática da agricultura de exportação. A construção de fortes e as relações estreitas com os indígenas e a instalação do Governo Geral ajudavam na defesa da propriedade privada da terra representada pelos interesses dos donatários em tempos de fragilidade dos limites territoriais.

A colonização pode, finalmente, ser equacionada como um processo de valorização do espaço, realizando todas as modalidades já descritas de tal relação: apropriação de meios naturais, transformação de tais meios numa segunda natureza, apropriação destes meios naturais transformados, produção de formas espaciais, e apropriação do espaço produzido. A colônia, notadamente nos casos de uma instalação pioneira, expressa talvez melhor do que qualquer outro exemplo estes momentos de ação da sociedade sobre o espaço (MORAES, 2002, p. 70).

O rei de Portugal concedeu favores aos donatários para tornarem as terras da colônia produtivas como isenção dos tributos como forma de acumular capital, títulos e honrarias de nobreza e garantia em não penhorar os instrumentos de produção. Furtado (2005) aponta que a escassez da mão-de-obra para trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar foi um problema inicialmente encontrado na colônia.

A exploração da força de trabalho indígena na lavoura não dava conta da escala em que se pretendia produzir conforme a demanda do mercado externo, atendendo com isso à subsistência dos núcleos de população. “A existência de mão-de-obra local disponível aparecia como um *handicap* significativo para o empreendimento colonial, pois o desonerava da necessidade de realizar um povoamento laborial para tocar a produção, diminuindo seu custo de instalação e manutenção” (MORAES, 2002, p. 66).

Para Furtado (2005), a escravidão foi a condição de sobrevivência do colono europeu na nova terra. A importação da mão-de-obra africana foi substancial para expansão da empresa

açucareira já instalada. A renda estava concentrada nas mãos dos proprietários de engenhos, havendo uma relação de assalariamento nos engenhos com os homens de ofício e os supervisores dos escravos. A empresa açucareira foi a base da ocupação do território e a formação de capital na economia escravista. Para Furtado (2005) representou a relação entre importação de equipamentos e mão-de-obra escrava que também executava obras de instalação.

Diante disso, o custo da reposição e manutenção da mão-de-obra escrava, bem como o valor do trabalho se constituíam em lucro para o empresário e a renda real só crescia. Devido às características de exploração do trabalho, o escravo possuía uma perspectiva de vida reduzida. A mão de obra escrava foi comparada com as instalações de uma fábrica em que a inversão se constitui efetivamente na compra do escravo, assim como sua manutenção é por excelência custos fixos. Nessa ideia, o custo do escravo é comparado a um equipamento e sua força de trabalho era utilizada nos serviços pessoais, como um bem durável de consumo de propriedade do senhor.

O fluxo de renda na empresa açucareira, segundo Furtado (2005), estava baseado na unidade produtiva como todo e sua relação com o mercado exterior. Daí a esperteza do empresário em reduzir os custos de produção a fim de aumentar a renda real. O fluxo de renda na empresa açucareira tem sido tratado por muitos teóricos como uma economia semifeudal.

Além disso, a rentabilidade dos engenhos era tão elevada que permitia o autofinanciamento em expansão, gerando um aumento na capacidade produtiva sem a necessidade de modificação estrutural do sistema econômico. O crescimento era traduzido pela expansão de novas terras, concentração de população e o aumento das importações. Já a decadência dos engenhos ocorria pela perda da capacidade de importar gastos e reposição da força de trabalho escrava.

A redução no ritmo da atividade produtiva implicava na queda de lucro do empresário. A procura do mercado externo ditava as regras da dinâmica da economia escravista. Isto se refletia na baixa procura e decadência da empresa açucareira em tempos de crise. Porém, a renda monetária extraída pelo empresário era tão elevada que garantia as condições de permanência da atividade, mesmo nesses períodos. “A economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa” (FURTADO, 2005, p. 56).

Essa inalteração na estrutura produtiva da empresa açucareira legitimou o latifúndio que na história da questão agrária no Brasil, especificamente no período colonial, não se pode

ocultar que a concentração da terra foi a expressão daquele que possuía poder e influência política. Isso reflete a forma como as relações sociais foram delineadas, margeando e efetivando as desigualdades: o que tem “posse” e o que não tem.

2.2 - A terra como mercadoria: uma relação de compra e venda

A territorialidade brasileira está ligada aos povos que historicamente mantiveram relações particulares de uso comum da terra e da natureza. Ao longo do tempo, foram conformadas identidades coletivas como as expressadas pelas comunidades quilombolas no uso comum da terra.

Esse elemento característico de coletividade se contrapõe à estrutura fundiária brasileira concentradora, de apropriação com caráter individual. Se considerarmos que distribuir terra no Brasil nunca foi uma pauta prioritária, os quilombos estiveram marginalizados do direito à terra, ocupando as extensões devolutas nas piores condições de relevo, sobretudo face a instauração da Lei de Terras de 1850³. Para Leite (2000), a ocupação das terras se deu através da lógica da expulsão dos indígenas e dos negros, da exploração da mão de obra escrava e seus descendentes. A territorialidade negra, portanto, foi desde o início, permeada pelas situações de tensão e conflito.

A escravidão foi historicamente construída como condição natural de reprodução social e indicava a aceitação pela sociedade do escravo como mercadoria. Não existe uma separação do trabalho socialmente necessário - do valor mediante a compra da força de trabalho - e o trabalho excedente, visto que o escravo pertence em sua totalidade ao seu senhor. O trabalhador livre vende sua força de trabalho porque não detém os meios de produção. A dominação do escravo é elemento fundante da escravização.

As transformações no sistema capitalista, especificamente de uma economia comercial para industrial reverberaram nas relações sociais e impuseram novas estratégias de obtenção do lucro. O controle em torno do acesso à terra foi uma dessas estratégias para manutenção do poder das oligarquias por meio da estrutura legislativa.

³ A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 dispõe sobre as terras devolutas no império, e são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, por simples título de posse mansa e pacífica, determinando que as que foram medidas e demarcadas, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias, autorizado o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

O fim do tráfico [Lei Eusébio de Queiroz] permitiu a existência de investimentos em outras atividades econômicas (bancos, ferrovias, etc.), contribuindo para a adaptação da sociedade brasileira às exigências [do] capitalismo. Portanto era necessário que o escravo deixasse de ser uma mercadoria rentável e que a terra assumisse esse papel o mais breve possível (CAVALCANTE, 2005, p. 4).

O controle da posse da terra pela Coroa expressa que a terra não era mercantilizada, ou seja, foi realizada a concessão de uso. Com o passar do tempo e dos investimentos, o direito à herança, porém, quem recebia a concessão não podia realizar a compra e venda. Com o fim das doações de posse das terras concedidas à elite portuguesa através do sistema de sesmarias⁴, já que a mesma não possuía valor e por isso, foram distribuídas para quem podia produzir, a Lei de Terras atribuiu o direito à terra a quem podia comprar e legitimou:

a liberdade individual sobre a exclusão dos outros, que é o principal significado social da instituição da propriedade, é também o vínculo que esta mantém com a própria forma da sociedade capitalista. A propriedade exclui o comum, não somente em termos do gozo dos bens, mas igualmente no âmbito da produção, já que ela supõe a divisão entre proprietários e não proprietários (DARDOT; LAVAL, 2015, p 263).

Para além do status de poder das oligarquias canavieiras, a terra transformou-se numa mercadoria valiosa e “havia uma necessidade de ordenação jurídica, pois era necessário revalidar as concessões de sesmaria e legitimar a posse, prática que crescia desordenada no final período colonial. Junto dessas preocupações havia uma outra, consequente da escassez do braço escravo” (CAVALCANTE, 2005, p. 1-2). Na Lei de Terras, a terra poderia ser vendida aos imigrantes (força de trabalho livre), caso tivessem condições de comprar já que o preço das terras possuía custo alto, permitiu a abertura de estradas, regularizou terras indígenas para fins de colonização e constituição de povoamento.

Para Cavalcante (2005), a Lei de Terra de 1850⁵ tentou reparar os erros cometidos pelo Brasil através do sistema de sesmarias e o aumento do número de posseiros, a fim de promover a imigração substituindo o trabalho escravo, tornando-se mercadoria com potencialidade de gerar lucros. Por meio da institucionalização, renunciou-se o direito de avançar livremente

⁴ De 1822 até 1850, suspenso o sistema de sesmarias pelo príncipe regente D. Pedro, cresceu o número de posseiros.

⁵ Segundo Cavalcante (2005) a regulamentação e execução da lei foi feita através do decreto 1318, de 30 de janeiro de 1854 que determinou um prazo para os posseiros registrarem nas paróquias suas terras. Para organização da posse das terras públicas, o governo imperial criou a Repartição Geral das Terras Públicas, subordinada ao Ministério da Agricultura do Império – órgão responsável por dirigir a medição das terras devolutas e prover sua conservação.

sobre as vastas extensões. Atribuiu à terra o valor de troca, segundo os interesses da lógica mercantil representada pelos grandes proprietários de terra. Conforme Martins (1980) a terra de negócio é determinada pela exploração da força de trabalho do outro, através do empreendimento tipicamente capitalista, em pura e simples objetivação do lucro. Ou seja, terra do/para o capital. A partir dessa lei, a mercantilização de terras no Brasil foi normatizada e pensada para atender o sentido capitalista da acumulação.

Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominada “libertos”. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório (LEITE, 2000, p. 933).

A compra e venda da terra excluiu a classe sem propriedade: os escravos, mestiços e índios, não permitindo o acesso, já que a terra passou a ser propriedade privada de quem podia pagar. “A Lei de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STEDILE, 2012, p.23).

Diante desse contexto, a relação de conflitualidade entre senhor e o escravo ultrapassava os limites das senzalas, ao passo que, os escravos aclamavam sua libertação da opressão. Martins (2010) ressalta que a escravidão foi a modalidade de exploração da força de trabalho sustentada na sujeição do trabalho ao capital comercial, resultando em trabalhador-mercadoria. No processo de expansão capitalista, a mercadoria é o objetivo central, sendo o escravo a renda capitalizada e necessária do próprio sistema e determinantes nas relações não-capitalistas de produção a partir de antigas e novas formas de exploração.

As relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a **sujeição do trabalho ao capital** não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, **mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada** [...]. A escravidão definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do **trabalhador-mercadoria, ao capital comercial** (MARTINS, 2010, p.15. Grifo nosso).

O lucro estava determinado no processo de exploração capitalizada no corpo do escravo, despossuído de toda e qualquer propriedade. Para Ianni (1988), a mercadoria na análise do autor é para o trabalhador livre uma produção independente e fetichizada porque o concreto para ele seria o salário e não a alienação. Já para o escravo é fruto total do trabalho alienado, expropriado. Por ser transparente, a condição de alienação escrava não pode ser coletivizada entre eles em uma organização e no trabalho. Por esse fator ocorreram revoltas, diante do silenciamento. A alienação escrava, portanto, tornava-se um empecilho para o desenvolvimento econômico. Para Silva (2010) a regularização fundiária beneficiou os proprietários da terra historicamente comprovado com a Lei de Terras 1850. Sendo a propriedade uma conquista importante porque permite incorporar mais terras com custos baixos, os incentivos de créditos e os subsídios estatais são benefícios para elite agrária especular o mercado de terras e valorizar o espaço agrário brasileiro segundo seus interesses.

A Lei de Terras de 1850 e o sistema escravista foram a liga que trouxe a união dos senhores em interesse uno: manter a escravidão diante da publicidade internacional britânica contra o tráfico de escravos. Não era mais lucrativo para a acumulação de capital capitalizar a renda no escravo. Na produção sob o comando do capital, o trabalhador é mercadoria vendida através da sua força de trabalho. A liberdade como negação do trabalho para o escravo é antagônica para o imigrante, pois o seu trabalho era a condição de liberdade.

Por isso, o fim da escravidão e o advento do trabalho livre, que ganhou substância na imigração, **não foi processo igual para o escravo e para quem não fora escravo, para o imigrante europeu.** Com ele, o primeiro ganhou a propriedade da sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra ou dela desprovido, liberado da propriedade, tornou-se livre, isto é, despojado de toda propriedade que não fosse a da sua força de trabalho. Para um, a força de trabalho era o que ganhara com a libertação; para outro, era o que lhe restara (MARTINS, 2010, p. 16, grifo nosso).

A relação de assalariamento é expressão capitalista que promoveu um ocultamento da exploração intensiva da força de trabalho. Para Marx (2010), o salário representa a glória do capitalista porque culmina na separação do trabalhador dos meios de produção, do capital, da propriedade e do próprio trabalho. É condição de o trabalhador ser e vir a ser mercadoria desejada, ociosa e constante luta de sobrevivência na sociedade do progresso, consumo e da banalidade. Excede seu tempo de trabalho, perde o que lhe resta de liberdade e diminui seu tempo de vida aspirando a parte mínima, em função da sua reprodução, não como ser humano, mas como classe de escravo a disposição e usufruto do capital. Por diversos motivos que

perpassam pela violência, abuso e o massacre de povos tradicionais, face à concentração da propriedade em domínio da classe dominante. Desde as capitanias hereditárias até a lógica do Agro: a indústria-riqueza do Brasil⁶, a estrutura fundiária preserva os interesses latifundiários em concentrar a terra, sobremaneira se utilizando dos mecanismos jurídicos e legais para legitimar as relações arcaicas do cativo opressor, da escravidão e da barbárie no campo brasileiro.

A historiografia brasileira nos apresenta que, os indígenas foram os primeiros a lutarem pela terra, no contexto de chegada dos colonizadores europeus. A formação dos quilombos também foi uma resistência negra de luta pela terra que, desde o quilombo dos Palmares, sobrevive na luta e nos enfrentamentos violentos com os latifundiários pela terra e o Estado no reconhecimento legal de seus territórios ancestrais.

O espaço agrário brasileiro é marcado por uma história de violência e conflitos. As diversas injustiças praticadas no campo não acabaram com o fim da escravidão em 1888. As vidas dos povos nativos, africanos e quem se opusesse à hegemonia do latifúndio foram exterminadas. As primeiras ligas camponesas foram formadas com nível de organização nacional em massa, no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960, com o objetivo de luta pela Reforma Agrária, influenciados pelo Partido Comunista. Com o Golpe Militar de 1964, as ligas foram desfeitas e o projeto militar de modernização da economia pautada no agronegócio prevaleceu, agravando a expropriação de camponeses. Nesse contexto, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), cuja preocupação é com a questão agrária e a situação dos pobres.

Diante desse cenário de luta pela terra, observa-se uma demora na regulamentação dos direitos trabalhistas no campo brasileiro, o Estatuto do Trabalhador Rural⁷ foi regulamentado num contexto de conflitos de luta pela terra pelas Ligas Camponesas. Para Ferrante (1976), o Estatuto do Trabalhador Rural não atendeu ao problema das relações de precariedade do

⁶ Trata-se de uma campanha nacional promovida pela Rede Globo, gestada no GAF Talks, série internacional de encontros que discute as principais tendências do agronegócio, sobretudo o tema da publicidade intensa para mobilizar a população sobre a face tecnológica da agricultura do futuro (empregar drones, rastreamento.), moderna do Agronegócio. Objetiva com isso aproximar a realidade do produtor rural que configura um distanciamento daquilo que está em nosso cotidiano, a exemplo dos alimentos consumidos. Essa face criativa e produtiva que constrói empatia e confiança de quem está em casa e consome a cultura midiática oculta as relações do cativo da terra que legitima a escravidão e exploração ao nível de esgotamento fatal do trabalhador, oculta o desemprego do trabalhador substituído pela tecnologia, os níveis mais elevados de toxidade humana causada pela ingestão de alimentos contaminados pelos agrotóxicos e aspiração do ar decorrente de pulverizações em excesso e ilegais nas áreas de povoação. Essa campanha disseminada pela cultura midiática é uma forma de aceitação forçada da construção de uma ideologia dominante do pensar o campo brasileiro conforme ordenado e orquestrado pelas corporações financeiras centralizadoras do processo produtivo das *commodities*.

⁷ Trata-se de um projeto de lei nº. 4.214, de 02 de março de 1963, promulgado por João Goulart, que dispõe sobre as relações e direitos trabalhistas dos trabalhadores do campo brasileiro.

trabalhador no campo porque se configurou em um mecanismo ideológico do Estado diante das pressões populares das Ligas Camponesas.

Desta forma, o Estatuto expressa uma proteção legal de extensão dos direitos trabalhistas da cidade para o campo, observadas as suas particularidades. O documento legal também forneceu as bases para a organização sindical do campo brasileiro. Em 1941, o governo do presidente Getúlio Vargas promulgou o Estatuto da Lavoura Canavieira, a fim de garantir moradia e assistência médica aos trabalhadores das grandes usinas e dar o apoio legal aos pequenos produtores de cana-de-açúcar. Com a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural, tornou obrigatória a concessão de carteira profissional a todo trabalhador rural maior de 14 anos independente do sexo, estipulou a jornada de trabalho em oito horas e instituiu o direito ao aviso prévio e à estabilidade. O trabalhador era remunerado com um salário mínimo regional, assegurando o direito ao repouso semanal e às férias remuneradas.

No processo de modernização do campo brasileiro, os pacotes tecnológicos e créditos bancários rurais financiados para promover o desenvolvimento da lógica de produção - envolve nessa discussão a intensificação do consumo de fertilizantes NPK no ramo sucro-alcooleiro como potente no desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, sementes geneticamente modificadas e adaptadas às características naturais dos tipos de climas diversos, além da lista dos agrotóxicos. Essas condições estão inseridas em um modo de plantar determinado pela demanda mundial de produção em larga escala, na busca de altos índices de produtividade comercial e competitividade do mercado. Essa lógica também esteve ancorada na cultura dos favores patrimonialistas - isenções fiscais como os impostos territoriais em beneficiamento dos interesses particulares.

Segundo os valores idealizados pela lógica da ‘Revolução Verde’⁸ no Brasil a partir de 1960 devemos considerar o período de aquecimento do mercado brasileiro, voltado para substituição das importações focado para o desenvolvimento endógeno com a industrialização. Desencadeou e legitimou a grande propriedade fundiária através de concessão de créditos - estreitou os laços entre as técnicas da indústria com a agricultura - corroborando para “transformação de base técnica da produção rural e a constituição dos denominados complexos

⁸ Esse processo envolveu um conjunto de inovações tecnológicas na produção agrícola, voltada para aumentar os índices de produtividade através do investimento em pesquisas para melhorar a produção de sementes geneticamente modificadas às diversas condições climáticas, uso de fertilizantes e agrotóxicos, mecanização do campo etc. Esse modelo de agricultura foi pensado na conferência em Washington na década de 1960, com o discurso falacioso de acabar com a fome no mundo, quando na prática prometia aumentar os índices de lucratividade dos empresários no campo.

agroindustriais são processos históricos interligados, porém distintos no tempo e espaço rural brasileiro” (DELGADO, 2012, p. 15).

Delgado (2017) situa a estrutura fundiária, posse e o uso da terra como temas da questão agrária de modo que reconhece o controle dos mercados da terra-mercadoria tratada no dizer do autor como “mercadoria como outra qualquer”. A completa mercadorização das terras no Brasil.

Duas mudanças significativas, mas contraditórias foram operadas sobre a estrutura agrária brasileira, herdada do regime militar: I – a mudança conceitual formal do direito de propriedade fundiária rural, configurada desde a Constituição de 1988 pelos critérios expressos de sua função social e ambiental legitimadora (Art. 5, XXIII, combinado com o Art. 186); acrescida das salvaguardas aos direitos territoriais dos povos indígenas (Art. 231) e ainda das comunidades quilombolas (ADCT – Art. 68); II – um novo ciclo de economia política, claramente configurado nos anos 2000, mediante reestruturação de uma economia política do agronegócio, com expressa estratégia de captura da renda e de riqueza fundiária, segundo critérios estritos da completa “mercadorização” dos espaços territoriais (DELGADO, 2017, p. 17).

Essas mudanças comentadas pelo autor visam demonstrar a necessidade de normatização constitucional e das ações públicas e privadas na valorização fundiária no sentido de impedir a demarcação e o reconhecimento de territórios tradicionais e étnicos em jogo na política agrária. Essas são demandas atendidas com celeridade para realização da lógica do agronegócio e da reestruturação da economia para atender os interesses neoliberais de valorização dos sistemas financeiros de crédito e do mercado de commodities.

A mercadorização absoluta da propriedade privada contém contradição insanável com a função social da terra, não apenas pela exclusão dos campesinatos, mas também pela exclusão das condições de vida civilizada nos espaços urbanos, e ainda pela emergência dos novos riscos ambientais que o domínio privado absoluto do espaço da natureza impõe a sociedade nacional e planetária em pleno século XXI. Impor limites à liberdade de ação do capital sobre o espaço territorial, no seu estágio monopolístico, internacional e financeiro, é condição de possibilidade à própria democracia (DELGADO, 2017, p. 19).

Oliveira (2001) observa que o desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo brasileiro acontece de forma desigual e contraditória, ao mesmo tempo que, complexa, heterogênea e plural. A união do capitalista com o proprietário da terra, originado no contexto da escravidão, e sendo intensificado na segunda metade do século XX, com o Golpe Militar,

revela o caráter rentista do capital, tornando com a modernização da agricultura, o capitalista industrial e urbano em latifundiário, possuidor de grandes propriedades.

Historicamente, o plantio da cana-de-açúcar no Nordeste é definidor da ocupação e penetração no território. Configura-se em um espaço subordinado e desigualmente combinado com a lógica de acumulação e expansão capitalista. Smith (1984) argumenta que o desenvolvimento desigual assume caráter geográfico, pois resulta da contradição entre a diferenciação e igualização na produção do espaço. Essa produção leva a configuração de estruturas desiguais do espaço e na produção, dominação e apropriação da natureza. Desta forma, o espaço é produzido a partir da unidade entre natureza e sociedade, é produto social, histórico. O desenvolvimento do capitalismo é condição para a acumulação e apropriação desigual da riqueza. A dominação da cana nos Tabuleiros Costeiros e Zonas da Mata denuncia a dominância secular sobre a produção desigual do espaço segundo a lógica da acumulação capitalista.

Portanto, a expansão do sistema capitalista define especializações produtivas nas regiões que são do interesse e servem ao capital enquanto produzem capacidade de lucro e possuem singularidades atrativas aos investimentos capitalistas, valorizando os locais com investimentos em infraestruturas e nos sistemas de transportes e comunicações. Em outras palavras, promovem o desenvolvimento regional desigual, combinado e contraditório, no qual Sergipe está em íntima relação na divisão territorial e social do trabalho. Júnior, Barbosa e Sá (2017) analisam a base de dados da agropecuária, o Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É notória a perpetuação da concentração fundiária conforme a tabela 01 da distribuição da área ocupada brasileira.

Tabela 01: Distribuição da área ocupada no Brasil, 2017

Área total territorial	851,4 ha
Estabelecimentos Agropecuários	329,9 ha
Terras Indígenas	125,5 ha
Unidades de Conservação	71 ha
Corpos d'água	11,5 ha
Área Urbanizada	2,1 ha

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.
Fonte: Júnior; Barbosa; Sá (2017).

A tabela 01 revela que dos 851,4 hectares do total territorial da área, sendo 329,9 milhões de hectares de estabelecimentos agropecuários. A área dos estabelecimentos agropecuários é maior quando comparada às terras e unidades de conservação. Do total distribuído entre terras indígenas 125,5 milhões de hectares, unidades de conservação 71 milhões, corpos d'água 11,5 milhões e área urbanizada 2,1 milhões, 36% da área foram contabilizados como terras não ocupadas, ou seja, devolutas demonstrando a falta de controle do Estado.

Tabela 02: Classe de área dos estabelecimentos no Brasil, 2017

Estabelecimentos	Número Total	Área (ha)
Pequeno (0 a 200 ha)	4.668.183	99.911.625
Grande (acima de 1000 ha)	47.578	150.143.095
Total	4.715.761	250.054.720

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: Júnior; Barbosa; Sá, 2017.

Como demonstrado na tabela 02, a classe de área (ha) dos pequenos estabelecimentos (0 a 200 ha) é de 4.668.183 que corresponde a 99.911.625 ha. A classe de área do grande estabelecimento (1000 ha acima) é de 47.578 que corresponde a 150.143.095 da área ha. Isto significa que a estrutura fundiária brasileira está concentrada nos 45% em domínio dos grandes estabelecimentos agropecuários. A concentração fundiária no Brasil, conforme Júnior, Barbosa e Sá (2017), perpetua a especialização produtiva nos latifúndios se constitui numa marca histórica, em que não há um compromisso em alimentar e colocar comida na mesa do povo, cabendo às pequenas propriedades essa tarefa. Percebemos diante disso, a atuação do Estado na produção do território brasileiro em favorecimento dos grandes proprietários da terra. Essa atuação possibilita a territorialização do capital no campo. “O território brasileiro é marcado por uma extrema concentração fundiária nas mãos de pouca gente, ou melhor, como mostraram os dados de produção agropecuária, a propriedade privada da terra está nas mãos de quem não produz comida” (JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p.52). A concentração da terra significa um grave problema no campo brasileiro.

Quando se propõe defender a propriedade coletiva da terra, mesmo nessa conjuntura

política desfavorável à legitimação do reconhecimento dos territórios quilombolas, compromete-se lutar para tornar o acesso à terra mais democrático. Conforme Bomfim (2017), as Comunidades Quilombolas representam uma “luta pela terra” numa relação de forças e conflitualidade diante da proposta de desenvolvimento nacional adotada pelo Estado, segundo a lógica do agronegócio que conserva a manutenção da estrutura fundiária concentradora.

Com essa nova configuração legal, mecanismos são acionados, ações tomadas que seguem na direção da expansão dessa estrutura; enfim, diferentes forças atuam em campos diversos, como o político e o judiciário para a garantia desse sistema. Atualmente os incentivos ao agronegócio e outros modos de produção capitalista na área rural, tem se deparado com pontos de descontinuidades. Áreas indígenas, reforma agrária e agora territórios quilombolas, representam certo incômodo aos objetivos do poder no campo (BOMFIM, 2017, p. 18).

A exploração, especulação e a apropriação da renda da terra pelos grandes proprietários dos meios de produção estão postas na relação dos interesses que cercam a concentração da terra. Isto repercute na marginalização de um número considerável de pessoas sem acesso. A distribuição através da posse coletiva se constitui numa proposta de tornar a terra acessível às pessoas e possibilitar melhor qualidade de vida produzindo os alimentos necessários à reprodução familiar.

2.3 - Hegemonia do latifúndio açucareiro em Sergipe

A história comprova as marcas sofridas pelos silenciamentos, as expropriações, bem como a negação do acesso à terra, a criminalização e a discriminação dos povos. As relações de dominação, conquista e poder sobre o território de Sergipe no final do século XVI assemelham-se com a história da nação. Os povos nativos que margeavam o Rio Real e São Francisco foram expropriados pela ganância. Suas terras foram fatiadas através do sistema de sesmarias para dar lugar à agricultura do colonizador.

Diniz (1991) chama atenção para a diversidade dos índios⁹ existentes em Sergipe nos séculos XVI e XX como elemento de afirmação dos modos de vida particulares de cada povo. Os povos nativos se constituíam em força de trabalho escrava atrativa aos olhos dos colonos, sobretudo os Tupinambás da margem esquerda do rio Real. Preocupada em relatar

⁹ Na porção norte: Xocó e Aramuru, na porção leste: Karapotó, Natu, Boimé e Tupinambás na faixa litorânea, na porção sul: Kiriri.

especificamente a historiografia indígena, a autora revela a relação dos índios com os colonizadores, as missões catequizadoras como elemento chave para a espoliação da terra, da cultura, da condição de ser humano reduzida a subjugação dos interesses do outro.

Nunes (1986) assinala que a colonização do território sergipano favoreceu os latifundiários¹⁰ que as margens do rio Real criavam o gado, o qual foi adentrando o território através das doações de terras. “A pecuária tornou-se, inicialmente, a mais importante atividade dos colonos, que, através da doação das sesmarias, foram ocupando a terra no sentido sul-norte, a partir das margens dos rios Real e Piauí” (NUNES, 1986, p. 35).

Em tempos de início da hegemonia açucareira em expansão da economia no Vale do Contiguiba¹¹, em Sergipe Del Rei, como era conhecida a Província da Bahia no século XVII, logo foi desafiada com a invasão dos holandeses em São Cristóvão, incendiando as plantações e engenhos. “Sergipe sobrevive, reorganiza suas atividades, retoma o plantio da cana, a produção de açúcar logo florescente” (FIGUEIREDO, 1986, p. 73).

A Província de Sergipe del’ Rei recebeu a atividade econômica da cana-de-açúcar e os rios foram as principais vias de escoamento da produção. Shimada (2010) destaca a importância que os rios tiveram para atividade açucareira que possibilitou o aumento no número de engenhos. A riqueza também foi resultado desse período próspero, concentrada nas mãos de poucos, ou seja, os donos da terra e dos escravos no século XIX. Sergipe foi comandado pelos senhores de engenhos e pela oligarquia conservadora. Até o século XVIII, Sergipe estava ancorado no plantio da cana-de-açúcar¹² e da mandioca, posteriormente o algodão na região do sertão e outras culturas de subsistência.

Relação estreita com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América que rompeu a exportação para Inglaterra, tendo que recorrer ao mercado brasileiro. Segundo Figueiredo (1986) o algodão assumiu tamanha importância quanto à cana-de-açúcar, impulsionando a criação em 1871 do Comício Agrícola Sergipense, uma sociedade voltada para as questões agrícolas lideradas por Felismino Muniz Barreto. Porém, a questão dos sistemas de transporte era problema.

Os rios (Cotinguiba, Vaza-Barris, Real e São Francisco) foram as vias principais e vitais para o escoamento das mercadorias ao mercado europeu. As leis e contratos de companhias de

¹⁰ Destaca-se Garcia D’Avila ao fundar povoamentos com finalidade de expandir a pecuária.

¹¹ Referência às características fisiográficas: abundância das chuvas, solos férteis e adequados ao plantio da cultura da cana, os vales delineados pelos rios Sergipe, Cotinguiba e Japarutuba indispensáveis ao desenvolvimento econômico orientado conforme o exemplo regional e nacional.

¹² Desde os engenhos banguês, os centrais e, atualmente as usinas, o processo produtivo da cultura do açúcar se ajustou aos períodos de crises em ascensão e declínio, inserido na conjuntura estrutural do capital.

navegação nas bacias fluviais criadas concediam direitos estendidos até para mais de duas décadas aos latifundiários gozarem de privilégios. Visando o escoamento da produção “os rios são, assim, os pulmões da economia, o coração da Capitania, eles recolhem e transportam a riqueza que, especialmente sob a forma de açúcar e algodão, a terra, com a ajuda do homem, multiplica” (FIGUEIREDO, 1986, p. 82), tendo o trabalho escravo¹³ o principal motor nas relações de organização da produção e do trabalho. Como afirma Almeida (1993), a estrutura fundiária caracterizada por média e pequena propriedade sofreu fragmentação entre 1840 e 1860 através do direito de herança, doação e venda decorrente da pouca capacidade de transformação da cana em açúcar nos engenhos banguês. Essa tendência de fragmentação cresceu e chegou em 1880 com criação de usinas e em 1881 com 724 engenhos.

Em todo o Nordeste, a produção do açúcar fora feita de forma praticamente igual desde o início da colonização até o século XIX, o que era então chamado de “método primitivo”. Os engenhos eram movidos à água ou força animal, bois ou cavalos. Em Sergipe a força hidráulica foi raramente utilizada, pois não bastava ter rios passando pelos engenhos, eram necessárias força nas correntezas e coincidência entre a época da moagem e as cheias dos rios. O que não ocorria. O processo de produção era intensivo e consistia em lavar a terra com o uso da enxada e da foice; plantar a cana; “fazer a limpa” das ervas daninhas quando a cana começasse a nascer, e esperar o tempo de maturação (de quinze a dezoito meses), após o que era feita a colheita. Em Sergipe, como em todo Nordeste açucareiro, a existência de duas estações bem marcadas, a das chuvas e a da seca, permitiam que a moagem começasse entre o final de julho e o mês de agosto e durasse até meados de maio, quando a chegada do período de chuva obrigava os engenhos a parar de moer. (AMARAL, 2012, p. 55).

Amaral (2012) destaca que em 1834, o Mapa Estatístico da População em Sergipe mostra que:

elaborado no auge da produção açucareira sergipana, nele consta a informação de que a província possuía uma população de 222.990 habitantes, **dos quais 56.564 (ou 25%) eram escravos**. Desses, **22.214 residiam na Cotinguiba**, equivalendo a 35% dos moradores dessa região. Ou seja, devido às necessidades da produção do açúcar, havia uma significativa **concentração de escravos** na região da Cotinguiba (AMARAL, 2012, p 44, grifo nosso).

Para justificar a existência dos quilombos em Sergipe, a autora cita Clovis Moura (1988) para elucidar que foram formados a partir de agrupamentos pequenos, Maria Thetis Nunes (2000) com a formação dos mocambos, Lourival Santana Santos (1991) com a repressão

¹³ Para Figueiredo (1986), existiam no século XIX 800 engenhos evidenciando o poder e hegemonia na produção açucareira. No ano da promulgação da Lei de Terras a população escrava alcançava 51.529 homens e 24.395 mulheres.

policial e da mídia dominante que criminalizava as práticas como roubo realizadas pelos escravos como ato de resistência e Maria Nely Santos (1997) evidenciando as ações dos escravos diante das repressões do poder do Estado.

A formação dos quilombos em Sergipe é analisada por Amaral (2012) a partir do elemento da fuga e de análise de autores que se debruçaram em realizar os primeiros estudos nessa área. A fuga ganha elemento de destaque na abordagem da autora. Ela pesquisou na fonte de anúncios de fugas dos jornais sergipanos de 109 anúncios sobre 115 escravos nos anos de 1869-1868. A característica dos anúncios destaca retratos falados dos senhores.

Os capitães-do-mato e o aparato policial eram encarregados de buscar os escravos fujões. Nessa amostra, Amaral observou que dos anúncios pesquisados apenas um senhor anunciou a fuga do escravo no dia seguinte. Isso demonstra que os senhores esperavam que os escravos voltassem, considerando que estavam nas redondezas ou usavam de outras estratégias de captura. Estes estudos estão inclinados para as respostas do aparelho repressor do Estado, este representado pela polícia e pelos senhores que através da mídia, já que eles detinham o poder, realizavam as propagandas com a finalidade de construção na sociedade da criminalização dos escravos como criminosos, assassinos, bandidos e ladrões. Considera-se ainda que os quilombos existem desde o século XVII.

Nunes (2000) relata a existência dos Mocambos e como Sergipe é caracterizado pelas pequenas propriedades tendo em vista o poder financeiro dos senhores que receberam as glebas de sesmarias para plantar culturas de subsistências. Sergipe passou de propriedade de subsistência para cultivo monocultura de exportação do açúcar, justificando posteriormente as dificuldades em alimentar a população em cenário de crise.

O Vale do Cotinguiba é estudado por Amaral (2012) no entendimento da liberdade e resistência negra. Com a invasão holandesa vários engenhos foram destruídos o que possibilitou a formação de quilombos com a fuga de uma quantidade significativa de escravos. As fugas e a formação dos quilombos são consideradas pela autora como situações de contestação ao sistema escravista.

Amaral (2012) cita o auto popular *Lambe-sujo & Caboclinhos*¹⁴ enquanto memória da escravidão sergipana e representação de fuga dos escravos para formarem os quilombos de

¹⁴ Trata-se de uma manifestação da cultural local dos municípios sergipanos de Laranjeiras e Itaporanga D'Ajuda, datada de 1860, anterior à abolição da escravidão. O folguedo representa a batalha de dois grupos: *Lambe Sujos* constituído pelos escravos e os *Caboclinhos* constituídos pelos indígenas. Os *Lambe Sujos* se pintam com mel cabaú e carvão e se vestem com bermuda vermelha, já os *Caboclinhos* se pintam com tinta marrom e vestem cocares. A manifestação acontece no mês de outubro e encerra com a vitória do grupo *Caboclinhos*.

pequenos agrupamentos com uso de táticas de guerrilhas, em que os índios são responsáveis pela captura dos escravos os quais são amarrados em praça pública para serem vendidos. Esse auto popular evidencia a quantidade significativa de quilombos na região, a importância dos atos de resistências para sociedade no século XIX.

Em trabalho denominado Atividades Produtivas¹⁵, Almeida (1991) citando a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) como fundamental para o desenvolvimento econômico via industrialização¹⁶ de Sergipe, observa que a desigualdade entre as nações está fundada na própria dinâmica do sistema capitalista porque à medida que ele avança não exclui a relação de dependência.

Integrado ao processo histórico regional, Sergipe enfrenta problemas comuns e quase sempre encontra soluções semelhantes. Tais soluções, se não vêm eliminando distorções econômicas e sociais, partem da certeza de que o potencial humano e os recursos naturais do estado podem assegurar a prosperidade e o bem-estar de sua população (ALMEIDA, 1991, p. 63).

Certamente que essa prosperidade não pode ser entendida como a solução dos problemas sociais porque está voltada para as classes que detêm os meios de produção. Ela aponta também os entraves da economia sergipana numa análise setorial. Ela subdivide em primário destacando a concentração de terra, falta de capitais na modernização dos pequenos agricultores, força de trabalho pouco qualificada. Demonstra as fases da economia em quatro:

- 1- Do século XVII ao XVIII através do povoamento das terras com a criação de gado, cultivo tropicais de cana, fumo e algodão, mantimentos e farinha.
- 2- Do século XVIII até a primeira metade do século XX com predomínio do açúcar e em 1860, o algodão.
- 3- De 1920 a 1960 perda da posição nacional frente ao crescimento industrial do Sul, transformando o Nordeste em fornecedor de mão-de-obra barata.
- 4- De 1960 a 1980 com programas fiscais e financeiros para o Nordeste na posição de economia complementar.

¹⁵ Contido na obra Textos para História de Sergipe sob a organização de Diana M. Diniz.

¹⁶ Esse debate é realizado por Chico de Oliveira em Crítica à razão dualista: o ornitorrinco (2008) esclarece que existem elementos de um processo mediador para pensar o desenvolvimento enquanto ideologia social. Nesse sentido, ele questiona a dualidade entre moderno (classe burguesa, industrial) e atrasado (aristocracia, latifundiários) coexistindo na sociedade. O desenvolvimento enquanto estágio a ser alcançado pelas economias subdesenvolvidas consiste na ideologia orientada pela CEPAL que por sua vez, segue as instruções da Organização das Nações Unidas.

Ela conclui argumentando que “as modificações ocorridas nesses quatro séculos se relacionam diretamente com a força de dominação dos interesses externos e com as possibilidades físicas da região, sob controle de lideranças políticas e sociais internas interessadas em manter os próprios privilégios” (ALMEIDA, 1991, p. 74). Segundo os resultados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE (2017) a estrutura fundiária do Estado de Sergipe contempla 92.709 estabelecimentos agropecuários, distribuídos numa área total de 1.456.814 hectares.

Tabela 03: Sergipe - Número de estabelecimentos por área em 2017

	Estabelecimentos	Área Total (ha)
Menos de 1 ha	27.164	13.424
De 1 a menos de 50 ha	60.459	550.252
De 50 a menos de 100 ha	2.612	184.106
De 100 a menos de 500 ha	2.200	441.494
De 500 a menos de 10.000 ha	274	267.538
Total	92.709	1.456.814

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2018.

Fonte: Resultados Preliminares do Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

A tabela 03 evidencia a concentração da estrutura fundiária em Sergipe nas mãos da pequena minoria representada pelo número total de 274 estabelecimentos em uma área de 267.538 hectares. Do total de estabelecimentos agropecuários de Sergipe, o município de Capela responde por 1.511 estabelecimentos numa área de 33.282, 283 hectares, sendo 324 estabelecimentos em condomínio, consórcio ou união de pessoas (1.487,417 ha), 1.184 produtores individuais (27.234,886 ha) e 3 sociedades anônimas ou cotas de responsabilidade limitada (4.559,980 ha).

Tabela 04: Classe de área dos estabelecimentos em Capela, Sergipe 2019

Estabelecimentos	Número Total	Área (ha)
Pequeno (0 a 200 ha)	1.804	32.321,45
Médio (200 a 500 ha)	43	13.537,8

Grande (acima de 500 ha)	8	11.325,6
Total	1.855	57.184,85

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: INCRA, 2019.

O módulo fiscal¹⁷ definido para o município de Capela é 30 hectares. Constatam na base de dados do INCRA 1.855 imóveis cadastrados, os quais detêm uma área total de 5.718.485,09 hectares. Desses imóveis, 363 estão acima de 30 módulos fiscais e detêm uma área total cadastrada de 46.891,66 hectares, sendo que 1.492 imóveis estão abaixo do módulo fiscal. A tabela 04 demonstra a concentração da terra em posse de oito proprietários, sendo os demais, numa área desconcentrada.

Da área 11.325,6 ha dos estabelecimentos grandes acima de 500 hectares, 3.130,84 hectares estão distribuídos aos camponeses do Assentamento José Emídio dos Santos, a Fazenda Calumbi com 2.713,00 hectares de Fernando Ribeiro Franco¹⁸, a Fazenda Taquari com 1.747,59 hectares de Henrique Brandão Menezes¹⁹, a Fazenda Ladeira com 1.042,51 hectares da Agropecuária São José Ltda, a Fazenda Pedras com 929,4 hectares de Josefa Maria Meneses Souza, a Fazenda Tabocal/Murici com 725,7 hectares de Carlos Almeida Mendonça, a Fazenda Quity com 525 hectares de Fernando Cabral Vieira Filho²⁰ e a Fazenda Cotia com 511,5641 hectares de Paulo Cardoso Souza²¹. Dos estabelecimentos médios entre 200 e 500 hectares destacam-se a família Prado²² proprietária da Fazenda Coqueiro e Aracas²³, a Usina Vassouras²⁴

¹⁷ O conceito de módulo fiscal foi introduzido pela Lei nº 6.746/1979, que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), que regula os direitos e obrigações relativos aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. O número de módulos fiscais de um imóvel é utilizado na aplicação da alíquota no cálculo do ITR (Imposto Territorial Rural) (Lei nº 6.746/1979; Decreto nº 84.685/1980). Essa classificação dos imóveis rurais é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o **módulo fiscal** que vai além da metragem, variando de acordo com cada município. Na definição de pequena propriedade (imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais) e média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais), ficando entendido que o minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, e a grande propriedade aquela de área superior a 15 módulos fiscais.

¹⁸ Foi desembarcador, jurista, político, pecuarista e industrial na Usina Pinheiro. A família Franco possui uma trajetória histórica como influenciadores da política no estado sergipano. Foi através da indústria da cana-de-açúcar que acumulou suas riquezas, ampliando os negócios.

¹⁹ Proprietário da Usina Taquari, localizada no povoado Miranda em Capela/SE. É empresário em outros ramos, como veículos do grupo Samam. Historicamente, a família é detentora da produção de cana-de-açúcar no município e influenciadora na política local.

²⁰ A família foi influenciadora na política local e produtora de cana-de-açúcar.

²¹ Historicamente, a família foi influenciadora na política local e produtores de cana-de-açúcar.

²² Luciano Barreto Prado, Marieta Barreto Prado, Divaneth Pereira Alves do Prado, Jose Barreto do Prado.

²³ Augusto Prado Leite, Eduardo Prado de Oliveira Junior, Bruno Loeser Prado de Oliveira e Diogo Loeser Prado de Oliveira.

²⁴ Proprietário Hélio Dantas.

e a Fazenda Riacho Seco²⁵.

Podemos afirmar que os proprietários das terras em Capela/SE continuam com a prática secular do plantio de cana-de-açúcar, desde o processo de configuração do território por meio de doação do sistema de sesmarias, em 1735, pela Coroa Portuguesa das terras no Vale do Cotinguiba, ao casal Luís de Andrade Pacheco e Perpétua de Matos França, em meados do século XVIII, desenvolveu-se a formação territorial do atual município sergipano, conhecido como Capela. A formação territorial do município vai se configurando, na medida em que extermina os povos originários, atrelada às missões católicas dos Carmelitas²⁶, catequizando e impondo ao outro a cultura europeia. Além das terras, os donatários recebiam títulos referenciais e dinheiro para iniciarem o plantio na colônia. O local foi denominado de Sítio Tabuleiro da Cruz onde edificaram uma pequena capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Purificação. Capela pertencia a Vila de Santo Amaro das Brotas, desmembrada em 1835, tornou-se uma vila decorrente do crescimento econômico canavieiro. O crescimento da povoação ocorreu nas proximidades do rio Japaratuba, responsável pelo abastecimento de água da população.

Desta forma, estando situada na região do Vale do Cotinguiba, historicamente dominada pela cultura da cana-de-açúcar. Os proprietários estão inseridos na lógica do agronegócio, além de exercerem influência no comércio, na política local e estadual, na medida em que, os membros das suas famílias já ocuparam e ocupam cargos - prefeitos, vereadores e deputados - na política e no âmbito da justiça – advogados, juízes e desembarcadores.

Tabela 05: Capela - Distribuição dos cultivos por nº de estabelecimentos, quantidade e área colhida, produzida na lavoura temporária em 2017

CULTIVOS	ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE (t*)	ÁREA COLHIDA (ha*)
Abacaxi	32	701,500 (x1000 frutos)	25,115

²⁵ Proprietário Antônio Arimatea Rosa e comerciante.

²⁶ Foi uma ordem religiosa voltada para fins de catequização religiosa do catolicismo da população da região. Chegaram ao Brasil na segunda metade do século XVI, formando três províncias religiosas com a finalidade de expansão da devoção mariana através das Confrarias do Escapulário do Carmo e de construção de conventos, como o Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo, em São Cristóvão/SE, construído em 1699. O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN, o número do Processo: 301-T-1941 e os registros que constam no Livro do Tombo Histórico: Inscr. nº 211, de 02/04/1943.

Amendoim	6	2,870	1,663
Cana-de-açúcar	264	160.839,300	4.072,227
Cana-de-açúcar forrageira	13	728,200	14,823
Abóbora, Moranga e jerimum	19	8,490	7,835
Cebola	1	-	-
Fava	34	4,835	8,621
Feijão	96	14,94	28,699
Mandioca	563	1.524,104	225,238
Milho	223	191,820	148,447
Milho Forrageiro	70	574,193	78,907
Palma Forrageira	16	68,500	6,600
Total	1.336	-	4.618,175

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: Resultados Preliminares do Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

*Toneladas, *Hectares.

Na tabela 05 da lavoura temporária nota-se o destaque da produção de mandioca em 563 estabelecimentos, seguido da cana-de-açúcar em 264 e do milho em 223. Quando se trata da quantidade produzida destaca-se a cana-de-açúcar (160.839,300), mandioca (1.524,104) e a cana-de-açúcar forrageira (728,200). Em relação à área colhida evidencia-se a extensão de produção da cana-de-açúcar (4.072,227), mandioca (225,238 ha) e do milho (148,447 ha). No contexto do estado 895 estabelecimentos agropecuários cultivam a cana-de-açúcar.

Tabela 06: Produção de cana-de-açúcar em 2017

Municípios	Produção em toneladas (t)
Laranjeiras	454.965,759
Japaratuba	196.125,975
Maruim	182.051,020
Capela	160.839,300

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2018.

Fonte: Resultados Preliminares do Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

A produção estadual de cana-de-açúcar corresponde a 1,8 milhão de toneladas em 2017. O número de estabelecimentos por município que cultivava a cana-de-açúcar, segundo o Censo Agropecuário (2017) aponta como demonstrado na tabela 06 para os quatro maiores, são eles Capela 264, Japaratuba 65, Indiaroba 47 e Japoatã e Siriri ambos com 46. Esses resultados revelam a permanência da economia açucareira no município de Capela e a concentração da propriedade privada como demonstrada através da área utilizada para o plantio da cana-de-açúcar.

Conforme Santos (2011), a agricultura do algodão e da cana-de-açúcar, sobretudo esta última marcaram o século XIX, com quase 340 engenhos em 1850, 130 engenhos em 1859, quando chega em 1980 totalizam quase 110. O número de engenhos demandava um número maior de força de trabalho escrava. Santos (2011) revela que dos 6.761 habitantes, 2060 se constituíam escravos. A relação entre a posse da terra, a imposição religiosa católica e o poder exercido pelos senhores de engenho configuraram a formação territorial de Capela, devido ao fato dos donatários estarem encobertos pela lógica de expansão e exploração colonial guiada pelos interesses comerciais do capitalismo.

Capela foi uma das economias mais importantes do estado sergipano, nos séculos XVIII e XIX, quando a cultura da cana-de-açúcar teve seu apogeu. Conforme Diniz (2000) na segunda metade do século XX, várias usinas, alambiques e destilarias foram levados à falência, frente ao avanço mecanizado e tecnológico advindos da Revolução Verde.

Algumas usinas transformam-se também em produtoras de álcool, nascem várias destilarias algumas anexadas às usinas, ocorrendo o auge da produção na década de 1970, com o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), criado pelo governo brasileiro em 1975. Com a diminuição dos subsídios advindos do governo, aliado ao aumento do preço do açúcar internacionalmente o setor entra em crise (MARQUES NETO, 2014, p. 62).

Nesse cenário, os engenhos em Capela foram modernizados, transformando-se em usinas e destilarias sucroalcooleiras na produção de energia e etanol, a fim de perpetuar mesmo na crise a permanência do latifúndio. O espaço foi produzido pela cana-de-açúcar colonial e (re) produzido pela face perversa do agronegócio, o arcaico no moderno.

Para Nascimento (2017) o processo de modernização necessitou de capital para instalação das usinas. O engenho Horta Velha do município de Divina Pastora tornou-se usina e passou a pertencer ao território de Capela. O Engenho Taquari transformou seus equipamentos para usina. Já o Junco Novo, cujo proprietário Antônio Muniz, adquiriu a propriedade através da herança e se constitui numa das usinas mais antigas com produção de álcool, aguardente e

vinagre. A instalação de uma usina implica em uma mudança na organização do espaço. Atribui-se a ela uma dinâmica que reflete na localidade como geradora de empregos, melhoria da infraestrutura para facilitar a logística do capital, o aquecimento do mercado local e valorização da terra. Conhecida como a “rainha dos tabuleiros” costeiros de Sergipe, em referência à hegemonia açucareira em relevo plano, o município segue perpetuando a lógica da agroindústria canavieira altamente modernizada.

Durante a década de 70, foram criados dois programas de incentivos à produção agroindustrial, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, ambos criados em 1971. Logo depois, chamado de Apoio a Agroindústria Açucareira de 1973 e o programa Nacional Proálcool, em 1975. Com os incentivos do governo há uma demanda maior para a produção da cana-de-açúcar, principalmente dos grandes proprietários de terra (NASCIMENTO, 2017, p. 20).

O programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar valorizava a produção do açúcar era voltado para o financiamento da produção açucareira em expansão de novas áreas no Brasil, sobretudo para região Sudeste que representava 50% da produção total brasileira. O financiamento efetivado pela ação do Estado revela a intervenção no setor para manutenção e proteção da produção e do mercado. A produção açucareira estava em queda em Sergipe e buscou no financiamento com o Proálcool que visava a fabricação do açúcar e produção de álcool com finalidade de substituição da gasolina. Existia um consenso mundial orquestrado pelas grandes empresas de capitais que o álcool era a matéria-prima solução. Estando atrelada à modernização da agricultura brasileira, consistia em usar a tecnologia para aumentar os índices de produtividade dos fatores. Mas, esse processo não foi homogêneo no país, beneficiou, sobretudo, os grandes proprietários da terra e das usinas e possibilitou a monopolização absoluta do campo.

Nascimento (2017) analisa na leitura sobre a produção canavieira, os impactos socioeconômicos resultantes da expansão do agronegócio da cana em Capela/SE. Apoia-se no geógrafo Manoel Correia de Andrade para compreender os principais agentes do processo produtivo açucareiro: usineiros, fornecedores, trabalhadores e a ação do Estado. Questiona como esses agentes atuam na escala local, especificamente os fornecedores e trabalhadores em Capela-SE. Além disso, utiliza o conceito de desenvolvimento econômico de base estruturalista em Celso Furtado, fazendo um resgate histórico da produção canavieira no município sergipano

capelense, discute sobre a instalação dos engenhos, posteriormente as usinas no território brasileiro e sergipano.

O aumento da área plantada, conforme Nascimento (2017), de cana-de-açúcar em 1990 foi 4500 hectares passando em 2015 para 8700 hectares. Esse aumento da área plantada revela que a partir de 2000 quando ocorreu a preparação via ação do Estado incentivando com isenções fiscais, reduzindo imposto e o governo federal financiando a instalação das usinas Taquari em Capela-SE e Campo Lindo em Nossa Senhora das Dores-SE. A produção de cana-de-açúcar passou de 245.250 toneladas em 1990 para 388.300 toneladas em 2015. Esse aumento da produção reflete diretamente no aumento do número de trabalhadores que alcançou 3.612 em 2014, ano de maior absorção da força de trabalho.

A cultura da cana-de-açúcar, na visão da autora, representa a sazonalidade diretamente relacionada com o período de produção. Isso significa dizer que a colheita ocorre de setembro a março podendo ser prolongada ou antecipada dependendo do período de chuvas, da mesma forma as queimadas nos canaviais. Sendo sua produção sazonal, a cada seis meses, quando a usina se encontra em pleno funcionamento, enquanto que, nos outros seis meses ocorrem os trabalhos de reparos de maquinários, cuidados com o novo plantio e trabalhos internos acontecem. A sazonalidade de parada da usina é consequência da queda da maior parte da força de trabalho, demitida.

A produção da Usina Taquari, segundo Nascimento (2017), abastece com a mercadoria do açúcar “Nota Dez ou Taquari” o mercado local. A safra de 2017/2018 foi de 818 mil sacos de açúcar, 8 milhões de litros de álcool e 450 mil toneladas de cana. O ganho dos trabalhadores é por produção, tirando por dia 4 toneladas e meia, sendo sua remuneração de R\$36,67 reais por dia, implicando ao final do mês em média um salário mínimo. A usina empregou 600 trabalhadores na safra de 2017/2018 da mesma localidade, bem como de outro estado, Alagoas. O horário de trabalho inicia às 7h da manhã, porém para o trabalhador começa às 3h da madrugada quando tem que organizar a boia, ou seja, sua alimentação.

O plantio ocorre em 50% de terras próprias e 50% em terras arrendadas, sendo este último mais lucrativo. Ao término da safra são mandados embora os trabalhadores, passando a condição de desempregados, forçados a encarar a informalidade do trabalho como pedreiros, pintores etc. Os trabalhadores dependem quando estão nessa condição de desempregados, do Bolsa Família e do Programa Mão Amiga²⁷, este último atua na distribuição de renda, dividida

²⁷ Consiste num programa de transferência de renda, criado em 2009 pelo governo do Estado de Sergipe, no período da entressafra em que estão desempregados.

em 4 parcelas de R\$190,00 reais. Outros trabalhadores acabam viajando para outros estados em busca de trabalho, geralmente para região Sudeste e Sul.

O programa Mão Amiga, conforme Nascimento (2017) é numa ação do governo sergipano que visa atender os cortadores de cana no período da entressafra, atuando em parceria com a Secretaria do Estado de Inclusão Social (SEIDH). Aprovado em lei 7.517 pela Assembleia Legislativa como ação continuada de medida ao desemprego sazonal do cultivo da cana-de-açúcar, assim como da laranja. A condição de desempregado deve ser comprovada através da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Necessita para receber o benefício, o trabalhador que estiver inscrito no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

São 36 municípios contemplados, sendo 14 maiores produtores de laranja e os 22 produtores de cana-de-açúcar. O benefício entra como complemento de renda. Os meses da entressafra considerados são: maio, junho, julho e agosto. Somente recebe o benefício uma pessoa independentemente de ter mais de um desempregado. Para os não alfabetizados são acrescidas 3 parcelas de R\$100,00 reais e material escolar. O pagamento é efetuado via banco do Banese com cartão magnético, geralmente o da conta que recebia o salário. Os municípios conhecidos como canavieiros são: Areia Branca, Capela, Divina Pastora, Itabaianinha, Japarutuba, Japoatã, Laranjeiras, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Pacatuba, Riachuelo, Rosário do Catete, Santa Luzia, Santa Rosa de Lima, Santana do São Francisco, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Francisco e Siriri. Capela ocupa de acordo com Nascimento (2017) o primeiro lugar em número de beneficiários do programa Mão Amiga, passando de 783 em 2010 para 981 trabalhadores em 2017. Com relação ao pagamento do benefício do programa Mão Amiga, em Capela de 2010 a 2017 foram 5.989 beneficiários, um investimento que representou um total gasto de 3.992.470,00.

O programa Mão Amiga é uma estratégia do Estado para controlar a força de trabalho que impera nos canaviais. Impõe-lhe a condição de desempregado e de vulnerabilidade social para conceder o direito ao benefício. Dividido em quatro parcelas, o pagamento é uma contribuição social até o período que o trabalhador do corte da cana-de-açúcar volte ao trabalho, caso a demanda da lógica capitalista necessite. Deixam os trabalhadores sujeitados e dependentes da dinâmica perversa do capital como força de trabalho ociosa. A força de trabalho explorada está caracterizada por homens negros e mulheres negras marginalizados da produção social da riqueza e do acesso à terra.

3 - ESCRAVIDÃO: IMPOSIÇÃO DE UM PROCESSO DOLOROSO

Hino da Proclamação da República (1890)

*Letra: Medeiros e Albuquerque
Música: Leopoldo Augusto Miguez*

*Seja um pátio de luz desdobrado,
Sob a larga amplidão destes céus.
Este canto rebel, que o passado
Vem remir dos mais torpes labéus!*

*Seja um hino de glória que fale
De esperanças de um novo porvir!
Com visões de triunfos embale
Quem por ele lutando surgir!*

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós,
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz*

*Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.*

*Somos todos iguais! Ao futuro
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, ovante, da Pátria no altar!*

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós,
Das lutas na tempestade*

*Dá que ouçamos tua voz
Se é mister que de peitos valentes
Haja sangue em nosso pendão,
Sangue vivo do herói Tiradentes
Batizou neste audaz pavilhão!*

*Mensageiro de paz, paz queremos,
É de amor nossa força e poder,
Mas da guerra, nos transes supremos
Heis de ver-nos lutar e vencer!*

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós,
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz*

*Do Ipiranga é preciso que o brado
Seja um grito soberbo de fé!
O Brasil já surgiu libertado,
Sobre as púrpuras régias de pé.*

*Eia, pois, brasileiros avante!
Verdes louros colhamos louçãos!
Seja o nosso País triunfante,
Livre terra de livres irmãos!*

*Liberdade! Liberdade!
Abre as asas sobre nós!
Das lutas na tempestade
Dá que ouçamos tua voz!*

Uma compreensão satisfatória dos fatos sociais que contempla uma análise processual, materialista e dialética, e que problematiza os fenômenos da vida em sociedade, especialmente sobre o acontecimento histórico do processo da escravidão, não nos permite dissociar dos interesses vigorados sob o comando da dinâmica econômica capitalista.

Para Marx (2010) na medida em que uma ideia toma posse da consciência das massas, necessariamente, ela se torna uma força material. Isto porque, constrói-se um consenso e homogeneidade sobre um pensar, irradiado como hegemônico para sociedade. Nesse sentido, a bandeira dos princípios liberais, cuja narrativa da liberdade política, já havia sido lançada com a Proclamação da Independência, em 1822, num contexto de uma sociedade escravista e margeada por nações republicanas.

Mesmo com a conquista da independência, o Brasil estava sob o comando do herdeiro português defensor dos interesses de Lisboa. O constitucionalismo da elite dominante agrária era seu triunfo para consolidar um Estado com liberdade política e econômica, gerido por eles, com a partida de Pedro I, em 1831. A ‘liberdade’ estava aprisionada aos ditames do liberalismo econômico europeu.

O hino da Proclamação da República, decretado em diário oficial de 21 de janeiro de 1890, expõe o anseio por liberdade de uma população que então aspirava por uma forma de governo que garantisse mais ‘liberdade’, ‘democracia’, ‘progresso’, a fim de construir avanços nos temas pertinentes às questões políticas, econômicas e sociais. As narrativas disseminadas pela elite formavam uma consciência social progressiva e moderna que, não estava disposta, a permanecer convivendo com os entraves estabelecidos pela escravidão.

Com o aumento do preço do escravo no mercado, mesmo com a determinação do fim do tráfico negreiro em 1850, interferindo no acúmulo de riqueza dos senhores, a abolição da escravidão foi acontecendo tornando o trabalho escravo menos lucrativo para a reprodução de capital. No dia 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, então capital do país, o marechal Deodoro da Fonseca liderou um golpe militar que derrubou a monarquia constitucional parlamentarista do Império, e instaurou a República Federativa e Presidencialista no Brasil. A jovem República comandada pela oligarquia paulista, mineira e sulista, prometia a igualdade entre todos, e que tão recente saía de uma sociedade escravocrata secular, proclamava neste trecho do seu hino “nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país...” a negação e exclusão do povo negro na formação da nação.

3.1 - Entre a metrópole livre e a colônia escravista: contradição da acumulação capitalista

Revelar a substancial contradição existente entre a implementação do trabalho livre na Europa, especificamente na Inglaterra e, ao mesmo tempo o trabalho compulsório e escravo no Novo Mundo ancorado nos engenhos e plantations de cana-de-açúcar é uma análise realizada por Ianni (1988). Essa contradição nada mais é, do que a realização de um processo contemporâneo de reprodução do capital comercial, no contexto das grandes ‘descobertas marítimas’ que envolve colonizar e usurpar novas terras, saquear riquezas para justificar o desenvolvimento e expansão do capitalismo.

O surgimento do trabalho livre na Europa resultou na separação do trabalhador dos meios de produção, o qual era ‘livre’ diante das condições impostas para vender sua força de trabalho, porém sujeito aos ditames do capital comercial europeu, assim como a exploração do escravo e do seu trabalho compulsório, sendo este comprado por um preço barato em seu local de origem e vendido mais caro nas colônias. O trabalho livre aparece como forma de trabalho racionalizada, que rompe com as antigas formas desumanas de trabalho escravo.

A produção capitalista somente pode ser realizada quando o trabalhador é separado dos meios de produção. A terra deixa de ser uma condição dada para produção e torna-se mercantilizada, com acesso privado a quem pode comprar. Por isso, a terra deixou de ser um bem social para se constituir em propriedade privada de poucos.

Os instrumentos de trabalho tornam-se capital porque deixaram de pertencer ao trabalhador para atender as necessidades dos capitalistas. Dissolvidas as relações de privação da terra e dos meios de produção, o escravo tornou-se o próprio instrumento de trabalho, a mercadoria pronta para ser usada. Isto representou a realização da mercadoria lucrativa.

Como processo de âmbito estrutural, a acumulação primitiva envolveu principalmente a força de trabalho e o capital, nos seguintes termos. **Quanto à força de trabalho, o que ocorreu foi o divórcio generalizado e radical entre o trabalhador e a propriedade dos meios de produção.** Historicamente, esse fenômeno ocorreu tanto na agricultura como nos grêmios e corporações de ofícios. Ele se deu em concomitância com a criação de valores culturais e padrões de comportamento que compreendiam os princípios da cidadania, principalmente a faculdade de oferecer-se livremente no mercado, sem as limitações ou amarras das instituições gremiais, patriarcais, comunitárias ou outras. **Quanto ao capital, o processo de acumulação primitiva envolveu intensa acumulação e concentração do capital, inclusive dos meios de produção. Apoiado na ampliação e intensificação do comércio internacional, nos quadros do mercantilismo, o**

capital comercial reproduziu-se em elevada escala (IANNI, 1988, p. 17. Grifo nosso).

Essa relação de compra e venda a um custo baixo do escravo, negociado enquanto uma mercadoria necessária do sistema escravista, esteve restritamente nos limites do monopólio comercial na relação entre metrópole-colônia, cujo objetivo era aumentar o lucro em larga escala da acumulação capitalista e produzir mais mercadorias sob diversas formas de exploração do trabalho escravo para alimentar o processo do progresso industrial europeu. Ianni (1988) aponta dois fatores que contribuíram para o sucesso da escravidão:

I - A pouca disponibilidade de mão-de-obra para atuar na atividade laboral considerada de muito desgaste físico, como, por exemplo, nas plantações de cana-de-açúcar, na exploração do ouro e nos cafezais para o caso brasileiro;

II - Disponibilidade de terras ‘ociosas’ a ser apropriada para atender às necessidades da expansão do capital.

Por isso, a escravidão se constituiu num negócio lucrativo, tanto para os países europeus que comandavam o processo de exploração, quanto para as elites locais que consolidaram grandes fortunas, porque o fluxo de capitais envolvendo a Europa, África e o Novo Mundo, assentado nas necessidades do capital comercial permitiram a manutenção e expansão da escravidão. Ainda para o autor, no processo de expansão capitalista do século XVI ao século XVII ocorreu a subordinação do capital comercial ao industrial, ao mesmo tempo em que valorizava os investimentos do capitalista no processo produtivo. Na Inglaterra cresceu o capital financeiro paulatinamente separando e intensificando nas relações de produção, o trabalhador dos meios de produção, forçando-o a vender sua força de trabalho.

Isso abre margem para crescimento e diversificação da manufatura no mercado europeu e colonial. Nessa análise, entende-se que o processo de acumulação capitalista está subordinado ao capital industrial, entrando em crise as relações coloniais. Vale salientar, que os processos de independência se constituíram em uma reestruturação ao sistema econômico, demandando o fim do sistema escravocrata.

As formações sociais baseadas no trabalho escravo produziram as mercadorias que permitiram a ampliação e a aceleração da acumulação de capital, processo que esteve na base da criação e generalização do capitalismo. Desde então, o próprio trabalhador é mercadoria. No outro momento, o capitalismo constituído e em expansão revoluciona as relações de produção nas formações

sociais escravistas, transformando o escravo em trabalhador livre. Então, o trabalhador é livre de vender sua força de trabalho como mercadoria. Antes, no âmbito da acumulação primitiva, o escravo havia ajudado a criarem-se as condições de formação do operário. Depois, no século XIX, o operário ajudava a criarem-se as condições de transformação do escravo em operário (IANNI, 1988, p. 70).

Para Ianni (1988) as colônias tinham poder de articulação política e econômica apenas com o centro (os países europeus) numa relação de exclusividade comercial. Essa relação de exclusividade permitiu, segundo Marquese (2018) a construção dos espaços produtivos no Brasil que formava um mosaico diverso e ancorado no sistema escravista para atender as necessidades da economia capitalista. Muito embora, as relações de contrabando de mercadorias inglesas existissem anteriores à abertura dos portos em 1808, os ingleses não tinham dificuldades em vender suas manufaturas no Brasil, nessa lógica econômica liberal, influenciada desde os ideais da Revolução Francesa de liberdade econômica e comercial entre as nações. Diferentemente da Inglaterra, o liberalismo comercial brasileiro, praticado pela elite letrada, provinha dos intelectuais europeus que em tese, defendiam o trabalho assalariado. Todavia, não eliminava as relações escravistas nas colônias. Para Gorender (2002), o liberalismo econômico nasceu nesta contradição de incorporação do escravismo ao sistema colonial, sendo o trabalho livre na Europa e a escravidão nas colônias.

No mundo moderno, a produção de mercadorias alicerçada na mão-de-obra escrava só se tornou possível por tratar-se de produção voltada essencialmente para a exportação, a qual, por seu turno, destinava-se, sobretudo aos mercados da Europa, onde se revelava dominante o modo de produção capitalista. Três outros pontos devem, ainda, ser fixados: I- A escravidão localizada não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas com o desenvolvimento do mesmo e, portanto, irremediavelmente fadada ao desaparecimento; II - estamos em face de um escravismo produtor de mercadorias (escravidão puramente industrial) e dependente dos mercados mundiais aos quais deve sua existência (3); III - os escravistas são capitalistas, vale dizer, acrescentamos nós, personificam o capital escravista-mercantil (PIRES; COSTA, 2000, p. 90).

O cultivo da cana-de-açúcar foi testado na costa africana das ilhas de Madeira, São Tomé e Canárias, através dos investimentos de capital genovês na produção da mercadoria mais valiosa, o açúcar nas grandes faixas de terras, com a utilização do trabalho escravo. A utilização em larga escala do trabalho escravo nas lavouras ocorreu, sobretudo com a instalação dos engenhos na costa pernambucana e baiana, configurando o monopólio da produção no mercado

internacional. Na transição do século XVII para o XVIII marcou a entrada de novos competidores como a Jamaica britânica, São Domingos francesa e Antilhas. Diante da crise açucareira que passava o Brasil, o modelo minerador implantado por Portugal foi uma busca desesperada em garantir a exploração de um produto com alto valor agregado e expandir a apropriação das terras no território articulada com a pecuária.

O escravo foi comprado por um preço baixo, inclusive via tráfico interno para trabalhar na mineração. A organização e produção do espaço geográfico brasileiro estavam ocorrendo para atender o mercado externo. Com a abertura dos Portos no pós-independência brasileira os fazendeiros produtores passaram a comercializar diretamente no mercado externo.

Prado Jr. (1994) destaca o menor número de negras importadas, diante da necessidade de mão de obra do escravo negro nas atividades comerciais. O sentido da colonização para ele estava orientado para o abastecimento do comércio externo com gêneros tropicais e minerais como a cana-de-açúcar, algodão e o ouro.

A relação entre o senhor e o escravo estava bem definida porque o escravo se constituía uma propriedade do seu senhor, o dono da unidade produtiva, e estava numa relação de subordinação total. “Todo escravo aparecia, na consciência do seu senhor, como sua propriedade e seu inimigo. Afinal de contas, a condição escrava tornava o escravo e o senhor, ao mesmo tempo e reciprocamente, inimigos” (IANNI, 1988, p. 56).

Meneses (2009) destaca que a luta dos escravos pela reconquista da liberdade, considerando a vida que possuíam em seu país de origem, iniciava ainda no cativeiro através das fugas individualmente e coletivamente realizadas. Uma vez capturados, colocavam-lhes ferros em seus rostos, separavam pelas tribos de origem de modo a evitar a resistência conjunta. Por isso, reduziam à imobilidade, ao silêncio, além disso, ameaçavam a integridade física com castigos planejados que tinham como finalidade controlar a reação ao aprisionamento e à fuga do negro. Os 350 anos de escravidão confirmam o prolongamento em tempos modernos.

Ao longo dos séculos de escravidão, as relações de dominação política e apropriação econômica permitiram à casta dos senhores destruir e recriar, ou reestruturar, os elementos culturais da casta dos escravos. Note-se que a escravatura foi a forma assumida pela aculturação dos africanos; e que essa aculturação foi forçada, subalterna e organizada segundo os interesses e o predomínio da casta dos brancos (IANNI, 1988, p. 92-93).

A total alienação física e mental do escravo foi uma característica inerente ao tipo de formação social escravocrata. Além disso, a formação social escravista como bem definiu Ianni

(1988) foi estabelecida no Brasil através do desenvolvimento capitalista com o capital aplicado para constituição da infraestrutura das cidades.

A formação social escravista e a monarquia entraram em declínio decorrente da expansão do sistema capitalista com a ascensão do sistema republicano em 1885 e o movimento abolicionista (1888). A condição de escravo é abordada pelo autor como uma ‘casta’ e significa uma estratificação social imutável, de caráter hereditário. Por se constituir numa propriedade exclusiva de seu senhor, torna-o impossibilitado de organizar uma mobilização coletiva.

3.2 - O massacre étnico na diáspora africana

Como expressou em seu poema *Navio Negreiro*, Trindade (2011) evidencia a realidade cruel e desumana da condição do africano, trazido nos navios negreiros que se configuravam como resistências, em alto mar, mediante uso da violência contra eles no trajeto da viagem: “lá vem o navio negreiro, por água brasileira, lá vem o navio negreiro, trazendo carga humana” (TRINDADE, 2011, p. 152). A diáspora negra representou uma violência incalculável para os povos africanos. A base para formação do povo brasileiro revela o massacre social e étnico que sustentou por séculos a escravidão.

Para Ferreira (2018) os fluxos migratórios já faziam parte no continente africano, no entanto, o custo humano e a disseminação da violência foram tão altos no tráfico de escravos no Atlântico que vitimaram aproximadamente 12 milhões de africanos entre os séculos XVI e XIX. As fugas e revoltas foram as resistências dos escravos ainda em terras africanas e na travessia no Atlântico contra o comércio do tráfico.

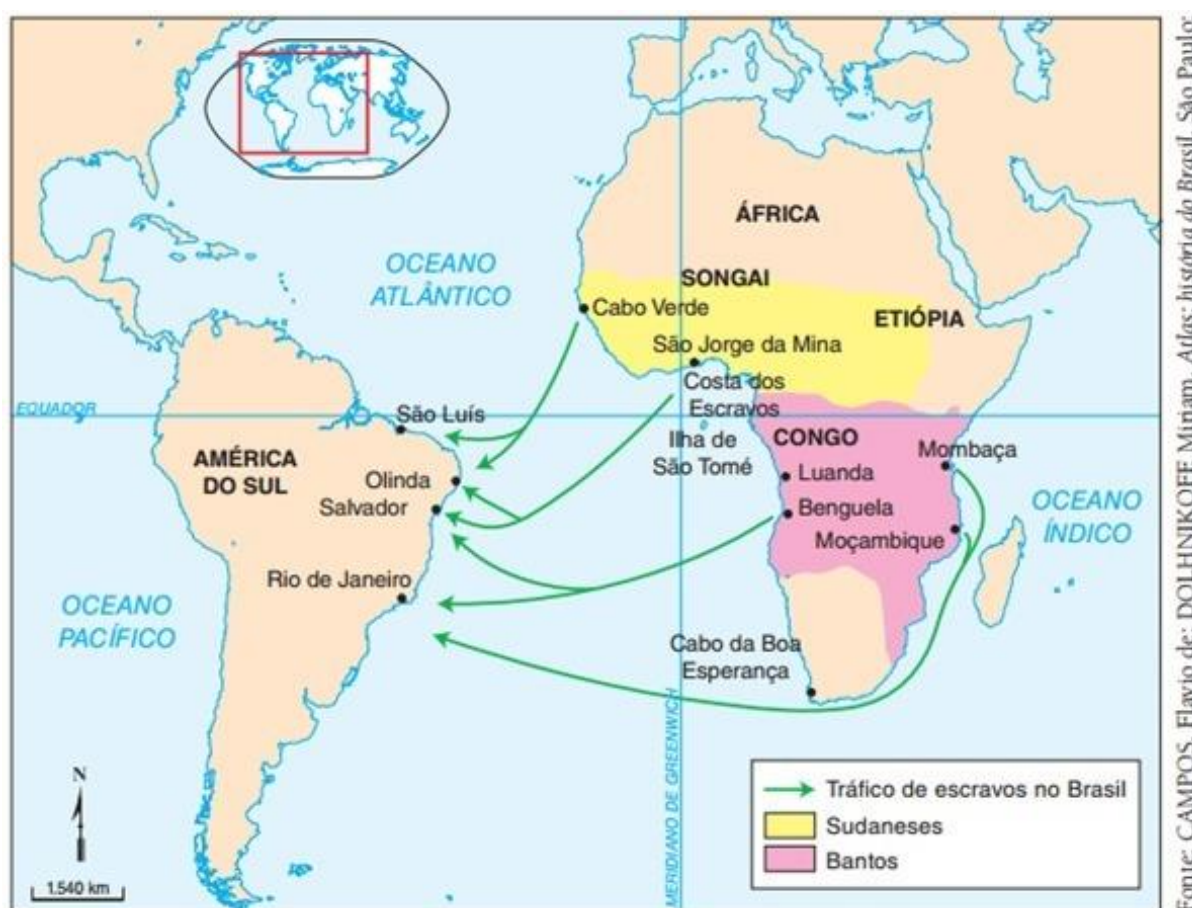
O tráfico de escravos estimulou as guerras entre os grupos africanos. Entre as nações africanas, as guerras eram uma prática comum de combate, em que os povos das nações derrotadas, passavam a pertencer as nações vencidas. Os vencedores vendiam os prisioneiros aos comerciantes europeus.

Com a queda da exploração aurífera e a necessidade de escravos no Caribe em finais do século XVII, o comércio tornou-se a principal atividade na África Ocidental, em que as explorações realizadas pelos comerciantes europeus se limitaram à costa. Na África Central os comerciantes europeus conseguiram se fixar e formar os entrepostos comerciais. Essas foram as áreas mais atingidas pelo comércio de escravos, correspondendo a 80 % dos vitimados. Existe uma relação intrínseca entre o tráfico de escravos do Atlântico com a necessidade de sustentação do colonialismo europeu, a expansão das potências para garantir a expansão

capitalista e da exploração forçada da mão-de-obra escrava diante do massacre dos indígenas e da pouca habilidade para o tipo de trabalho pesado.

A ampliação e o impacto do tráfico de escravos nos portos africanos somente foram possíveis em virtude da utilização via bacias hidrográficas dos rios Senegal, Gâmbia, Níger, Volta, Congo, Zambeze, Limpopo e Cuanza. Alencastro (2018) identificou a existência de quatro eixos principais de comércio de escravos e outros interesses comerciais que ligam o Brasil e a África de acordo com a figura 02:

Figura 02: Tráfico Transatlântico de escravos



Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/8225966>. Acesso em: 15/11/2019.

I - Circuito da Amazônia à Guiné-Bissau na Senegâmbia direcionado pela Companhia Geral de Comércio Grão-Pará e Maranhão que controlava o monopólio de escravos. Os barcos saíam de Portugal para embarcar os escravos na Guiné-Bissau, vinham para o porto de Belém ou São Luís desembarcá-los e retornavam para Lisboa com os produtos da Amazônia;

II - Circuito que ligava Pernambuco e Angola e o Golfo da Guiné;

III - Circuito que ligava Bahia com a Baía de Benim no Golfo da Guiné. Os tabacos provenientes do solo fértil do Recôncavo e Pernambuco eram comercializados na Guiné. Nessa relação a cultura baiana teve grande influência dos elementos e tradições africanas;

IV - Circuito que ligava o Rio de Janeiro com Angola, Moçambique e outros da África Ocidental. O Rio de Janeiro se tornou o maior porto de escravos das Américas decorrente da sua hegemonia política e econômica com a chegada da família real.

Segundo Nascimento, (2016) na Bahia já existiam por volta de 1587 cerca de 47 engenhos de cana-de-açúcar. Espalhados pelo território nacional, os africanos estavam concentrados na região Nordeste, com as descobertas do ouro e diamante em Minas Gerais, muitos escravos foram deslocados para a região, posteriormente com o auge dos cafezais na região Sudeste, houve outro deslocamento maciço de escravos. A imprecisão do quantitativo de escravos que o Brasil recebeu decorreu da queima dos documentos ordenada por Rui Barbosa, ministro das finanças, através de uma Circular n. 29 de 1891. Estima-se que 4 milhões de escravos foram importados, sendo a espinha dorsal da história econômica.

Existe uma particularidade revelada por Gomes e Schwarcz (2018) inerente à escravidão que a singulariza o Brasil de outros países: a espacialização dos escravos nas extensões territoriais, mesmo nas áreas em que não demandavam de atividade plantation voltada para o mercado externo. A Amazônia se constitui num exemplo pouco estudado diante da hegemonia dos estudos sobre as plantações de cana-de-açúcar no Nordeste e da extração do ouro nas Minas Gerais. Os autores citam Salles para afirmar que apenas com a fundação da cidade de Belém em 1616, a Amazônia foi integrada aos interesses portugueses.

A partir de 1662 afirmam os autores que foram introduzidos na região negros provenientes da Costa da Guiné e da África Ocidental, especificamente da Bissau e Cacheu. Podemos destacar a criação das Companhias como a de Comércio do Estado do Maranhão²⁸ em 1682, Estanco do Maranhão, Comércio do Maranhão e Pará, Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão e por fim, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde criadas para intensificar a importação. Os escravos foram trazidos para serem explorados nos cultivos de arroz, algodão, cacau, tabaco e cana-de-açúcar em menor escala, além na construção de fortes e na criação de gado na Ilha de Marajó. Da Bahia e Pernambuco saíram escravos vendidos para a Amazônia.

²⁸ A Companhia de Comércio do Maranhão, também referida como Companhia do Estanco do Maranhão ou Companhia de Comércio do Estado do Maranhão e Grão-Pará, foi uma empresa idealizada no reinado de dom Pedro II em 1667-1706, em Portugal, de caráter monopolista,

Até o ano de 1792 foram introduzidos cerca de 7.606 africanos. A cidade de Santa Maria e Belém do Grão-Pará formaram-se como centros urbanos com expressividade populacional de 52% escravos. Para Mamigonian (2018) a concentração dos africanos ocidentais no Brasil se deu 75,6% na Bahia, sendo o principal importador de escravos, 11,4% em Pernambuco, 8,2% no Maranhão e 4,2 no Sudeste. A escravidão no campo era uma realidade que se destacava mais do que em relação à escravidão urbana como abordada por Carvalho (2018).

A urbanização brasileira resultou do trabalho compulsório escravista. Na leitura do autor foi no porto de Olinda, em Recife, e Salvador que desembarcaram os primeiros africanos ainda no século XVI, e posteriormente, o Rio de Janeiro sendo a cidade das Américas com maior número de escravos da Angola e do Congo, decorrente da extração do ouro em Minas Gerais, a vinda da corte e da expansão do café.

A contagem dos escravos nos censos foi ocultada, somente era revelada segundo as necessidades dos senhores. Na década de 1820 a cidade do Rio de Janeiro contava com uma população escrava de cinquenta e cinco mil, dos cento e doze mil habitantes, já em Salvador a população escrava representava em 63% e Recife 51%. Conforme Carvalho (2018) os portos se constituíam em grandes mercados de escravos em que estes trabalhavam descarregando as mercadorias inclusive nas ruas. Nos espaços urbanos, os escravos gozavam de uma relativa 'liberdade', embora estivessem restringidos aos passeios noturnos, medicalização por ser uma ameaça de disseminação das doenças.

Os escravos também trabalhavam no comércio, as crianças serviam de brinquedos para os filhos das senhoras. Além disso, eram alugados pelos senhores, vendiam nas ruas e em poucos casos ganhavam pelos serviços prestados. Isso não significa que esses 'negros de ganho' e os 'moleques de recado' não eram explorados e estavam livres de castigos da classe senhorial urbana.

Na demografia negra rural é marcante a presença masculina decorrente do tipo de atividade agrícola. Já no urbano, a demanda por escrava foi mais alta para trabalhar no comércio de retalhos, amas de leite e doceiras e nas residências para acompanharem suas senhoras nos passeios. Desta forma, a escravidão urbana caracterizou-se por um grande movimento de deslocamento forçado. A economia escravista cafeeira discutida por Salles (2018) na primeira metade do século XIX atingiu 43,8% nas exportações, ultrapassando o açúcar. Já na segunda metade, em 1880, o Vale do Paraíba fluminense e paulista alcançou 61,7%. Fatores externos como a dinamização do processo de industrialização na Europa e nos Estados Unidos do mercado internacional demandavam o crescimento da agricultura cafeeira, além de fatores

internos como a chegada da Família Real no Rio de Janeiro, intensificando o povoamento e os investimentos.

Martins (1981) observa que para sustentar a produção cafeeira, a renda capitalizada foi a forma de capital ancorada tanto no trabalho escravo, como sob o regime de trabalho livre, determinando na fazenda as relações não capitalistas de produção. O escravo tanto era fonte de trabalho como era fonte de capital para o fazendeiro conseguir os empréstimos e expandir seus cafezais. O escoamento da produção foi facilitado através dos investimentos na infraestrutura adequada, permitindo o barateamento dos custos com a abertura de estradas de ferro que ligavam sobremaneira a Minas Gerais, sendo que o transporte era feito através das tropas de mulas até o porto do Rio de Janeiro.

O custo na produção era alto porque demandava investimentos a começar pelo desmatamento da área, cuidados no plantio com solo e manutenção, o processo de separação e seleção dos grãos e o período de cinco anos esperado para colheita. Ainda para Salles a exploração da mão-de-obra escrava foi a base para expansão do café no Vale do Paraíba. O Rio de Janeiro já havia se tornado um grande importador de escravos à época da extração do ouro em Minas Gerais. Na primeira metade do século XIX o Vale do Paraíba já contava com 911.911 escravos concentrados nos municípios destaques na produção como em Campos dos Goytacazes. A tabela 07 destaca o número de escravos por proprietário no Vale do Paraíba.

Tabela 07: Números de escravos por classificação de proprietários no Vale do Paraíba

PROPRIETÁRIOS	NÚMERO DE ESCRAVOS
MÉDIOS	Até 50
GRANDES	Até 100
MEGAPROPRIETÁRIOS	Mais de 100 até 1000

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: SALLES²⁹ (2018).

Para os médios proprietários os escravos representavam 20% do total, os grandes proprietários eram os donos de extensas léguas de terras. Os megaproprietários geralmente donos de mais de um latifúndio eram responsáveis por 10% da classe, ou seja, possuíam quase

²⁹ SALLES, Ricardo. Café e escravidão. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

metade da quantidade de escravos com uma jornada de trabalho de aproximadamente quinze horas por dia.

No final do século XIX, Capela não possuía um número elevado de pequenos proprietários, destacando-se entre os médios e grandes proprietários concentrando um maior número de escravos. Isso revela a figura do senhor dono de longas faixas de terras e concentrador de um maior número de escravos e a desigualdade do acesso à terra. Na tabela 08 podemos evidenciar que o número de proprietários conforme a classificação, o município de Capela apresenta o maior número de grandes proprietários com 10,3%, concentrando 51,8% dos escravos.

Tabela 08: Propriedade escrava na Província de Sergipe (1873-1875)

Região	Município	Proprietários			Percentual de escravos possuídos pelos proprietários		
		Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
Cotinguiba	Laranjeiras	80,2%	10,9%	8,9%	29,8%	17,2%	52,9%
Cotinguiba	Capela	67,7%	22,0%	10,3%	22,0%	26,1%	51,8%
Mata Sul	Itabaianinha	72,7%	20,8%	6,5%	32,9%	34,9%	32,2%
Agreste-Sertão do S. Francisco	Vila Nova	74,3%	15,5%	10,1%	25,0%	20,1%	54,8%
Agreste-Sertão Sul	Simão Dias	65,7%	26,9%	7,5%	28,2%	41,6%	30,1%

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: PASSOS-SUBRINHO³⁰.

Já o município de Laranjeiras por apresentar o maior número de pequenos proprietários com 80,2% e com 8,9% dos grandes proprietários, os senhores concentravam 52,9% dos escravos, ficando apenas atrás Vila Nova (atual Neópolis) com 54,8% dos escravos possuídos por 10,1% dos grandes proprietários.

³⁰ PASSOS-SUBRINHO, Josué M. dos. **Propriedade escrava e declínio do escravismo na Província de Sergipe**. Documento sem ano de publicação, disponível em <http://www.abphe.org.br>. Acesso em 12 de julho de 2019, às 20:32.

A tabela 09 revela a relação entre o número de proprietários e a quantidade de escravos possuídos por eles. Podemos observar que apenas oito proprietários concentravam um número acima de quarenta e um escravos no município de Capela, na Província de Sergipe.

O maior número de senhores sendo 447 possuíam apenas cinco escravos e 231 possuíam apenas um escravo. Observa-se que não existe um número total exato de escravos, sendo de proprietários um total de 563.

Tabela 09: Propriedade escrava em Capela³¹, Província de Sergipe (1873-1875)

NÚMERO DE ESCRAVOS	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS
1	231
2	91
3	59
4	41
5	25
ATÉ 5	447
6 A 10	65
11 A 15	15
16 A 20	14
21 A 40	14
ACIMA DE 41	8
TOTAL	563

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, (2019).

Fonte: PASSOS-SUBRINHO³².

Para lidar no dia a dia com esse número de africanos aqui no Brasil foi necessário desenvolver algumas estratégias de controle e submissão. Grinberg (2018) relata que os instrumentos físicos de torturas como as máscaras de ferro, chicotes, colares de ferro e troncos se constituíam em formas de controles, irradiação do temor, sujeição e da obediência contra as ações dos escravos, geralmente diante das fugas e rebeldias como na figura 03.

³¹ Conforme as listas de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação.

³² PASSOS-SUBRINHO, Josué M. dos. **Propriedade escrava e declínio do escravismo na Província de Sergipe**. Documento sem ano de publicação, disponível em <http://www.abphe.org.br>. Acesso em 12 de julho de 2019, às 20:55.

Figura 03: Elesbão³³ de Egas Francisco Sampaio de Souza



Fonte: <https://egasfrancisco.blogspot.com>. Acesso em agosto de 2019, às 22:34 mim.

De acordo com Filho (2017), um ofício datado de 29 de dezembro de 1879, relata o suicídio de escravos decorrente da crueldade praticada contra seus senhores. O escravo Elesbão foi acusado de matar o seu senhor, o capitão Luis José de Oliveira, dono do engenho Romão. Por tal ato criminoso contra uma pessoa importante, o seu proprietário, foi condenado à forca no dia 9 de dezembro de 1835.

Sua morte, assistida em público pela nobre população branca, ocorreu no Largo Santa Cruz, que ficou conhecido como Largo da Forca. O quadro de Egas Francisco retrata em tons vibrantes o esquarteramento e enforcamento de Elesbão, cuja cabeça foi degolada e as mãos decepadas para serem expostas em praça pública como forma de punição e exemplo para os outros escravos. Esse foi um período de naturalização das práticas de torturas sangrentas contra todo e qualquer tipo de rebeldia dos escravos contra os direitos de propriedade dos seus senhores.

A máscara é trabalhada por Kilomba (2010) como um instrumento de tortura do projeto colonial. “Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito

³³ Sem ano de publicação.

Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa” (KILOMBA, 2010, p. 172). O sentido inicial de utilização da máscara consistia em impedir que os escravos se deliciassem com a cana-de-açúcar e os grãos de cacau nas plantações. Posteriormente, sua função foi implementar a mudez e o medo. Isto porque, silenciar este órgão de enunciação significava exercer o poder, repressão, domínio, violência e a opressão contra o escravo.

Entende-se que o ato do escravo de querer comer o que pertence ao outro, seu senhor, indicava um roubo contra propriedade. Selar a boca do sujeito negro para que o sujeito branco não possa ouvir e entrar em confrontação com suas verdades indica o medo de ouvir as verdades ditas pelo sujeito negro.

Para Kilomba (2010) o Outro negro inferior é antagônico ao Eu branco superior. O outro negro apresenta-se como a alteridade do sujeito branco, sua representação mental do que ele não quer se parecer, sendo a negritude uma condição de negação construída que serve de base para existência da branquitude. O sujeito negro é a representação da fantasia construída pelo imaginário branco. As experiências e relatos de pessoas que sofrem cotidianamente com o racismo denota a ferida cravada em seus corpos, negação da sua identidade.

Segundo Pimenta (2018) as doenças como a tuberculose, disenteria, pneumonia, varíola e sarampo foram as que mais atingiram os escravos aqui no Brasil agravadas pelas carências nutricionais, exploração do trabalho e os castigos. Eles não podiam ser levados para os hospitais, pois estavam reservados aos brancos. Os crimes, penas e castigos físicos ‘justos’ e ‘necessários’ faziam parte do cotidiano da escravidão e foram cometidos segundo os costumes e valores da classe proprietária de escravos, sobretudo legitimado pela legislação, especificamente o livro V das Ordenações Filipinas³⁴ de 1603 em que determinava que o poder dos senhores era limitado, diante do poder real. Quando um escravo era capturado pelas autoridades policiais, recebiam castigos públicos que corroboravam para consolidar o poder dos senhores. O Livro das Ordenações foi revogado em 1830, passando a vigorar na nação ‘civilizada’ o Código Penal e Processo Criminal.

O direito escravista brasileiro conforme Mattos (2018) esteve reservado aos senhores, garantiu a legalização da escravidão ao mesmo tempo concedeu alforrias aos escravos. As leis das Ordenações Filipinas regularam no Brasil as relações entre senhores (dominadores) e

³⁴ Resultou de uma reforma feita por Felipe II da Espanha, ao Código Manuelino, durante o período da União Ibérica. Continuou vigorando em Portugal ao final da União, por confirmação de D. João IV. Até a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro, em 1916, estiveram também vigentes no Brasil. Blake informa que esta é a primeira edição brasileira deste código.

escravos (dominados), vigorando até a Independência. Os escravos eram tratados pela lei tanto como coisa e como pessoa, privados de direito, impossibilitados de terem propriedade e deveriam responder pelos seus atos. A escravidão era considerada uma prática comercial que carecia de controle, por isso deveria ser legalizada e garantir o direito de propriedade. Segundo Grinberg (2018) existiam três tipos de crimes: atos contra o bem público, particular ou propriedade e policiais. Além disso, determinou punições exclusivas para os escravos como cinquenta açoites ao dia, ferros e sentenças de trezentas chibatadas que intencionalmente levariam a morte. Essa sentença de morte era declarada por crimes contra as insurreições e os assassinatos dos senhores, familiares e feitores. Esses atos do Código representavam a modernização do direito na construção da nação, pois não cabia a esta intervir no direito de propriedade do senhor, embora os conflitos fossem mediados pelo Estado. Esta lei vigorou até o fim da abolição e a proclamação da República.

As alforrias para Paiva (2018) também são elementos inerentes ao cotidiano da escravidão. Essa palavra tem origem árabe e significa libertação que no contexto romano estava relacionado à libertação recorrente de escravos cristãos dos mulçumanos no Norte da África. Até a segunda metade do século XVII a expressão era utilizada pelos portugueses para libertar os povos originários da condição de barbárie e incivilidade era ‘resgate de índios’ ou ‘índios forros’, conduzindo-os para o processo de evangelização pelos jesuítas. Observa-se o crescimento das alforrias nas liberdades compradas como pelos escravos de ganho que vendiam nas ruas, sob os testamentos, promessas decorrentes da participação das guerras como a do Paraguai, coartação em que o escravo parcelava o valor da sua liberdade, conquista através da exploração do ouro e diamante ilegal. Entre mulheres africanas e crioulas esse número foi mais expressivo.

Para Paiva (2018) as alforrias eram negociadas entre os senhores e os escravos nas relações cotidianas. Os escravos alforriados passaram a andar pelos espaços de sociabilidade coletiva nas cidades em que passou a ocorrer uma diversificação fisionômica, cultural, organizações familiares e adaptação linguística como em Sergipe del Rei, uma verdadeira dinamização social. Essa dinamização social foi mais intensificada na capitania de Minas Gerais, no século XVII, na qual o comércio de escravos e o tráfico interno foram potencializados. Essa realidade foi comprovada quando no desenvolvimento das vilas e arraiais a população escrava era numerosa, contando com 174 mil escravos dos 394 mil habitantes em 1780. Houve um crescimento das alforrias nos centros urbanos como Salvador, em 1850 quando

decretado o fim do tráfico de escravos. As alforrias coletivas foram direcionadas pelo movimento abolicionista, a Lei do Ventre Livre (1871) e Lei do Sexagenário (1885).

3.3 - Ideias abolicionistas: uma justificativa para os interesses econômicos

Sobre o abolicionismo, Fernandes (2007) argumenta que suas ideias humanitárias provenientes dos brancos não foram suficientes para garantir uma política de amparo ao negro e ao mulato, sendo definidos reparos e indenizações aos senhores para liberarem o escravo reduzido à condição de marginalidade que se perpetua. A abolição foi uma revolução social de luta branca e para o branco. Os abolicionistas tentaram mostrar o comportamento dos senhores em relação ao escravo com opções espoliativas, degradantes, competição por baixo pagamento diante da imigração, ocupação nas áreas de favelas diante da incapacidade da sociedade de expandir a economia.

As ideias abolicionistas ganharam expressão, sobretudo no Brasil, com os ideais da Revolução Francesa em 1789 disseminados pelo mundo, teve em 1794 o fim da escravidão nas colônias francesas, sendo o Haiti o primeiro país nas Américas. Além dos ideais franceses, a Independência dos Estados Unidos da América em 1776, também foi um elemento que contribuiu para o fim da escravidão. Nos Estados Unidos, “a burguesia ascendente é obrigada a reconhecer a existência de fato da escravatura, lado a lado com o trabalho livre. Ao mesmo tempo que a constituição estabelece o princípio da cidadania, para o branco, confirma o princípio da escravatura, para o negro” (IANNI, 1988, p. 34).

O ato, que emancipa e coloca sob o regime de aprendizado 491.000 escravos de Guadalupe e São Domingos (uma vez que, naquele momento Martinica e Caiena estavam fora do domínio francês), é por sua vez anulado por Napoleão, em 1802. A revogação provoca a grande reação dos escravos na ilha de São Domingos, que levaram à independência total da ilha e à emancipação de todos os escravos, com a criação da República do Haiti. A partir daí o Haiti passa a ser exemplo a ser imitado por abolicionistas e participa das lutas de independência ao lado das futuras nações latino-americanas, condicionando o seu apoio à Abolição da escravidão. Haiti passou a ser também “exemplo a ser evitado”, eterno fantasma assustando e servindo de justificativa para a ferocidade utilizada durante todo o século XIX na repressão aos movimentos de liberação dos escravos (MENESES, 2009, p. 86).

No caso brasileiro, a abolição aconteceu sessenta e seis anos depois do processo de independência e foi nesse período de luta pela conquista da autonomia política com forte dependência econômica, que cresceu o mercado de escravos. As leis abolicionistas não estavam

sendo defendidas levando em consideração a condição e situação do negro na sociedade brasileira. “Não é causal que a forma de extinção do cativo tenha sido proposta e efetivada pelos próprios fazendeiros e pelos bacharéis que os acompanhavam, e não pelo negro cativo” (MARTINS, 2014, p. 163-164). Não podemos negar que esse argumento foi muito bem utilizado pelos intelectuais letrados para justificar o cenário vergonhoso do país diante das mudanças de conjunturas externas.

A tentativa de construção da imagem do Brasil para o exterior enquanto país preocupado com a escravidão não escondeu os interesses econômicos e evidenciou o quanto esse processo foi doloroso e gradual até efetivamente ocorrer a ‘libertação’. Para Araújo (2018) ciente dos interesses dos ingleses quanto à abolição da escravidão, a Coroa Portuguesa atendeu de forma lenta e gradual esse interesse, diante da dependência que possuía do trabalho escravo e do tráfico. Com a Independência, em 1822, o comércio de escravos continuou sem obstáculos pela elite fazendeira com a justificativa que garantia o bom funcionamento da economia.

O comércio de escravos no Brasil apontado por Alencastro (2018) durou de 1550 a 1850, e alimentou a agricultura açucareira plantation predominantemente, a extração do ouro e as lavouras de café. Os primeiros desembarques aconteceram em Pernambuco, em 1560. Entre 1500 e 1850 4,8 milhões de escravos foram trazidos para o Brasil conforme Alencastro (2018). A escravatura passa a ser ruim para a sociedade industrial quando a acumulação de capital é comandada pelo processo produtivo e o senhor é obrigado a se tornar empresário capitalista. Isso provoca uma concentração e centralização do capital em que os maiores investidores absorvem os pequenos, além da expansão e diversificação das empresas.

A extinção da escravidão na Inglaterra é resultado da expansão do capital e o monopólio comercial torna-se um entrave dessa expansão industrial em pleno desenvolvimento e ampliação do seu mercado consumidor. Esse processo de industrialização demandava mudanças nas relações do mercado como a ampliação do mercado consumidor e das mercadorias produzidas, tendo em vista o aumento da produtividade e da obtenção de lucro expressada na articulação entre o capital constante (máquinas e as matérias primas) e o capital variável (força de trabalho).

As mudanças ocorridas na Europa tinham contribuído para alterar as relações de dependência existentes entre os países coloniais e as metrópoles sem, contudo, transformar as relações de produção desses países, estruturas estas bastante conhecidas, apoiadas na grande propriedade ou "plantation", na monocultura de exportação e no braço escravo (GADELHA, 1989, p. 156).

Suas colônias também produziam açúcar e concorriam com o Brasil. O interesse estritamente econômico em lutar pelo fim do trabalho escravo demonstra o interesse em transformar a força de trabalho escrava em assalariada, pois os trabalhadores passariam a ganhar pelo seu trabalho e, conseqüentemente seriam os consumidores em potenciais das mercadorias produzidas. A Inglaterra teve atuação expressiva no tráfico de escravos entre as colônias e tomou frente com a campanha abolicionista no início do século XIX, pressionando os países e colônias, inicialmente com fim do tráfico de escravos e, posteriormente, com a abolição da escravidão. A Lei Feijó de 1831 foi um compromisso do governo brasileiro em acabar com o tráfico de escravos no Atlântico, todavia somente com a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, essa realidade tornou-se possível. Por isso que a celeridade do desenvolvimento das forças produtivas, bem como das relações de trabalho não foram compatíveis com a permanência do sistema escravocrata. Absorvidos com os ideais de liberdade, os grupos abolicionistas brasileiros realizaram pressões internas que contribuíram para o fim do sistema escravocrata. O interesse econômico do mercado foi o principal elemento que determinou a escolha e a implementação da força de trabalho escrava nas grandes lavouras de cana-de-açúcar no Brasil, pela Coroa Portuguesa, assim como sua abolição dos campos e cidades. Os africanos foram traficados e forçados a realizar o trabalho escravo braçal, somente poderia ser uma atividade a ser desenvolvida quase exclusivamente, por uma raça de igual modo, considerada pela civilização do progresso como inferior. Do trabalho realizado nas plantations até os serviços domésticos, os escravos se constituíam propriedade absoluta de seus senhores.

Não se constituía uma regra, o intelectual de elite defender os interesses dos escravos, quando tratada sobre sua libertação. A escravidão brasileira foi lenta, gradual e dolorosa, e se manteve até um ano antes da Proclamação da República, legitimada pelo Estado e ideologicamente sustentada pela religião. Em 1826, Portugal assinou com a Inglaterra um tratado para eliminar o tráfico de escravos. “Em 1831, como decorrência dos acordos assinados em 1826 com a Inglaterra para o reconhecimento da Independência, é aprovada a Lei Evaristo de Moraes, que declara livres todos os negros que sejam ingressados no território nacional” (MENESES, 2009, p. 87). Segundo Mamigonian (2018) o Tratado Anglo-Brasileiro de 1826 proibiu o comércio de escravos para o Brasil. Em sete de setembro de 1831 a lei determinou que os africanos que chegassem nos navios negreiros fossem apreendidos e mandados de volta para África. Até essa ação acontecer, em 1834 o ministro da justiça Aureliano Coutinho determinou que os africanos livres trabalhassem para pessoas e instituições importantes como forma de conquistarem sua libertação definitiva. Trabalhavam para comer, sob condições

degradantes e maus-tratos. Como em 1850 a Lei Eusébio de Queiroz não conseguiu mandar de volta os africanos, eles foram mandados para trabalharem nas obras públicas, sob a responsabilidade dos órgãos públicos, e não mais de pessoas particulares. Mesmo com a proibição em 1831 do tráfico de escravos, num país independente, só aumentou a procura e os preços aumentaram em busca da mão de obra escrava. O tráfico interno ocorreu quando muitos escravos foram vendidos da Bahia para serem explorados nas lavouras de café do Vale do Paraíba e São Paulo. Conforme a tabela 10 quando houve a proibição do tráfico de escravos, o preço do escravo aumentou, passando em 1843-1847 de 550\$000 mil-réis para 2:076\$862 mil-réis em 1878-1877. A abolição da escravatura implicava num aumento do custo da renda capitalizada (escravo) para o senhor diante da elevação do preço dos tributos pago ao traficante.

Tabela 10: Preço médio do escravo – 1843/1887 no Vale do Paraíba

PERÍODO	PREÇO EM MIL-RÉIS
1843-1847	550\$000
1848-1852	649\$500
1858-1862	1:177\$500
1863-1867	1:840\$000
1868-1872	1:817\$000
1873-1877	1:792\$500
1878-1877	2:076\$862
1878-1882	1:882\$912
1883-1887	926\$795

Elaboração: MELO, Viviane Melo, 2019.

Fonte: MARTINS, 1981.

Como forma de compensar esse gasto na lavoura de café, o senhor intensificou a jornada de trabalho e aumentou o número de pés de café. A Lei do Ventre Livre em 20 de novembro de 1871 libertava os filhos das escravas nascidos a partir daquela data e visou não interferir brutalmente nos rendimentos lucrativos dos senhores. Rejeitada pelos senhores diante das condições impostas de indenização de 600 mil réis às negras e cuidar dos seus filhos até oito anos de idade, os filhos continuaram trabalhando nas fazendas. A Lei do Sexagenários visou libertar os escravos acima de 60 anos de idade. Na prática era muito difícil os escravos atingirem essa idade diante das condições desumanas de exploração física de seus corpos, sobretudo nessa

idade já não davam tanta produtividade. Nesse período foram fundadas as primeiras reuniões dos grupos e associações emancipadoras abolicionistas em São Paulo e Rio de Janeiro, revistas como a de Ângelo Agostini, a Revista Ilustrada que se propunha a elaborar ações contra escravidão. Podemos observar na capa da revista a crescente nuvem intitulada de emancipação. Essa nuvem não parava de crescer, influenciada também pelo apoio internacional da Inglaterra, nesse contexto do final da segunda metade do século XIX, em que o movimento abolicionista ganhou força política e apoio da imprensa e da opinião pública, através dos jornais, atos e a criação de associações. Nesse período intensificavam-se as revoltas e fugas dos escravos que se constituíam ameaças contra a ordem social vigente. Ao longo da década de 1880 os fazendeiros do Vale do Café eram contra o crescimento dessa nuvem da emancipação, argumentando na tentativa de proteger com o guarda-chuva sua mercadoria que os escravos se constituíam sua propriedade, a sua liberdade implicaria numa onda de violência pelas ruas das cidades e no campo. É importante pontuar que o movimento abolicionista serviu como instrumento de disseminação das ideias inglesas e estudianenses para contribuir no processo de eliminação da escravidão. Figura 04.

Figura 04: Capa da Revista Ilustrada de 1880



Fonte: <http://mestresdahistoria.blogspot.com>. Acesso em 29/07/2019, às 20:38.

Segundo Sampaio (2018) mesmo depois das tentativas de proibições do tráfico de escravos, e consequentemente da abolição da escravidão, os escravos continuaram trabalhando nas propriedades de seus senhores em condições semelhantes à escravidão por falta de alternativas e a não aceitação no trabalho. No caso brasileiro, ampliou a dependência econômica por meio de trabalho escravo e do tráfico transatlântico. A Lei de Terras de 1850 representou mudanças nas relações de produção, sendo condição necessária para a implantação do trabalho livre porque o capital acumulou riquezas que sustentou sua expansão e ampliação do desenvolvimento das forças produtivas.

Quanto aos escravos, a Lei [de Terras de 1850] alegava também a necessidade de substituição dos braços escravos, tratava-se de resolver o novo fator de irracionalidade que atingira o sistema escravagista, encarecendo o custo do escravo e de sua exploração, consequência maior da abolição do tráfico africano. Porém, os objetivos capitalistas dos proprietários só seriam alcançados se o acesso do solo aos ex-escravos e aos trabalhadores nativos fosse dificultado. Assim, conforme a Lei de Terras, os trabalhadores tiveram que ser afastados da terra e dos meios de subsistência e da propriedade desses meios (GADELHA, 1989, p. 161).

Esse processo lento e gradual que levou ao fim da escravidão brasileira garantiu para oligarquia dominante e escravista a manutenção da propriedade da terra, altamente desigual e concentradora. A manutenção dessa estrutura protetora dos interesses dominantes pode ser percebida na crise do trabalho escravo e no processo de abolição da escravidão.

A Lei de Terras aparecia agora como urgente e necessária, não mais dando prioridade à questão das terras e, sim, à necessidade da substituição dos braços escravos, consequência imediata da suspensão do tráfico, em uma sociedade que não pensava no escravo como trabalhador e, sim, como mero instrumento de trabalho. Procurava-se, assim, contrabalançar os efeitos da abolição, incentivando a colonização através da possibilidade que teriam os colonos imigrantes, da aquisição de lotes de terras devolutas (GADELHA, 1989, p. 160).

É a intervenção do capital na propriedade da terra, sustentada pela Lei de Terras de 1850 vai garantir o direito de propriedade e “os anseios da classe rural da época, refletiam a preocupação de modernização das estruturas vigentes e, sobretudo, buscavam garantir aos proprietários os instrumentos jurídicos necessários, que lhes resguardasse o direito de propriedade e monopólio do solo” (GADELHA, 1989, p. 157). No Segundo Reinado, a necessidade de uma legislação de terras para o Brasil na leitura de Taglietti (2005) no contexto de mudança no sistema de produção se encaminhando para o fim da escravidão e substituição

da força de trabalho colaborou para iniciar um processo de exclusão da terra. Atendendo as necessidades do capitalismo, a lei promoveu o ordenamento jurídico moderno, expropriando camponeses, negros, índios, caboclos e imigrantes porque a única forma de acesso era através da compra.

A lei de 1850 procurava ajustar todos os costumes referentes à posse, mas o que, de fato, ela pretendia era regularizar a propriedade privada da terra. Aos poucos, a lei pretendia definir o quadro agrário brasileiro, apesar de sua complexidade, o que acabou por gerar novos conflitos. A trajetória da terra no Brasil teve como marca muitos privilégios e costumes que estavam enraizados no Estado, nos “proprietários”, no modelo econômico e social até então predominante (TAGLIETTI, 2005, p. 7).

Com a crise do trabalho escravo, para Martins (1981), a renda capitalizada passa do escravo para a terra, pois quando o trabalho era explorado no escravo a terra era ‘livre’, quase destituída de valor, ao passo que, quando o trabalho passa a ser livre, a terra torna-se mercadoria, dotada de valor para quem podia pagar e comprar, ou seja, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1981, p. 32). Nesses termos, o capital do fazendeiro estava imobilizado na pessoa do escravo, sua mercadoria valiosa, como renda capitalizada e probabilidade de ganho futuro. O escravo sendo seu bem mais precioso “era o penhor de pagamento dos empréstimos” (MARTINS, 1981, p.26). Para Fernandes (2007) na passagem da sociedade escrava para livre, o negro e o mulato estiveram condenados à miséria social terrível e degradante. O escravo estava no processo de produção como renda capitalizada, o qual expressa as determinações das relações não capitalistas de produção por meio do sistema escravocrata. A renda territorial possibilitada com a crise do trabalho escravo porque esteve capitalizada na pessoa do escravo, garantiu a sujeição do trabalho ao capital e a expropriação territorial do trabalhador como instrumento de negócio. O capital antes pago aos traficantes passou a ser pago aos grileiros e as companhias imobiliárias diante da fertilidade das novas terras adquiridas e do resultado do trabalho.

Se uma das questões centrais da lei era a preocupação em substituir a mão-de-obra escrava, havia um expediente muito significativo para a segunda metade do século XIX, que era a expansão da economia cafeeira, ou seja, a expansão de lavoura requeria terra e a garantia do fornecimento de mão-de-obra. Embora os cafeicultores esperassem que imigrantes substituíssem a mão-de-obra escrava desde 1840, foi a partir de 1870 que, efetivamente, sentiu-se essa importância, com contingente expressivo de imigrantes dirigindo-se às fazendas de café. A tendência acentuou-se a partir da década de 1880, quando

definitivamente a abolição estava sendo defendida (TAGLIETTI, 2005, p. 8-9).

O crescimento da expansão cafeeira demandou força de trabalho, novas terras a serem apropriadas, mais produção e altos investimentos. A Lei de Terras de 1850 reestrutura a transição da força de trabalho escrava para a força de trabalho livre, valoriza o valor da terra e possibilita o aumento da renda pelo proprietário. “Desde o término da escravatura, em 1888, instaurou-se na consciência das classes dominantes no Brasil uma preocupação persistente, aberta ou dissimulada, com a europeização e o branqueamento da sociedade brasileira” (IANNI, 1988, p. 112).

Depois da abolição, ocorrida em 1888, em várias partes do país o negro tornou-se um desempregado, e mesmo lumpenizou-se devido às condições adversas que precisou enfrentar, na competição com o branco, o imigrante, o italiano, o alemão e outras categorias do ambiente racial brasileiro. Nessa época ele é talvez o principal elemento do exército de trabalhadores reserva. Depois, pouco a pouco, vai sendo absorvido nas ocupações assalariadas que se multiplicam e diferenciam, com a urbanização e industrialização. Assim, pouco a pouco, ele se transforma em negro operário, na indústria ou na agricultura (IANNI, 1988, p. 98-99).

Leite (2008) observa que a Lei de Terras de 1850 instituída no contexto de saturação da escravidão, contribuiu para a invisibilidade dos africanos e seus descendentes no novo processo de ordenamento territorial brasileiro, e que de forma sutil, promoveu sua expropriação territorial dos denominados ‘libertos’. A lei enquanto uma ordem universal legal propiciou através dos mecanismos jurídicos a legitimação do direito de propriedade como o registro de terras devolutas do Estado, terras deixadas aos escravos foram declaradas como cláusulas adulteradas, os cercamentos e invasões. Nesse contexto de regime escravista, o Brasil participava na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como um país de economia periférica, uma vez que, pode-se “reconhecer que o escravismo se constituía em óbice à industrialização na medida em que o custo de reprodução do escravo era um custo interno da produção; a industrialização significará, desde então, a tentativa de “expulsar” o custo de reprodução do escravo do custo de produção” (OLIVEIRA, 2011, p. 66. Grifo do autor). Sobre as condições do negro depois da abolição:

o resultado foi que, três quartos de século após a Abolição, ainda são poucos numerosos os segmentos da “população de cor” que conseguiram se integrar, efetivamente, na sociedade competitiva e nas classes sociais que a compõem. As evidências a respeito são conclusivas e indicam que ainda temos um bom caminho a andar para que a “população de cor” sob hipótese de crescimento econômico contínuo e de persistência da livre competição inter-racial, alcance resultados equivalentes aos dos *brancos pobres* que se beneficiaram do

desenvolvimento do país sob o regime de trabalho livre” (FERNANDES, 2007, p. 47. Grifo do autor)

A invisibilidade é uma violação dos direitos humanos dos grupos rurais negros pela ordem jurídica hegemônica, pois são criminalizados porque lutam para permanecerem em suas terras. É a instauração de um tipo de justiça que não inclui todos, desde a Lei de Terras de 1850, instituída como um documento de dominação que por um lado negou o direito à posse da terra a uma parte pouco significativa e, por outro, favoreceu o poder aos ‘senhores donos das terras’.

Conforme Nascimento (2016) os africanos livres eram considerados lixos que não serviam para dar produtividade. A lei Áurea representou um assassinato em massa dos africanos, retirando da responsabilidade dos senhores, o Estado e a Igreja. O negro sofreu com a discriminação por ser ex-escravo, desempregado e trabalhador não qualificado que deveria ocupar as qualificações rejeitadas pelos brancos, limitando-se cada vez mais as condições de circulação social. A historiografia brasileira não omitiu as mais diversas formas de exploração forçada, subjugação e castigos no campo e na cidade. Mesmo com a ‘libertação’ em 1888, o Estado brasileiro custou reconhecer os negros como gente formadora da nação. Isso é notável nos silenciamentos e na ausência de políticas que visassem a inclusão social, como permitindo o acesso à propriedade. Ao contrário, foram reforçadas a marginalidade e criminalidade em todos os âmbitos que se possam abranger.

3.4 - Quilombos: territórios contra-hegemônicos e de resistências

Silva e Silva (2014) afirmam que os quilombos são espaços de resistências em construção e reconstrução da identidade étnica. O termo quilombo de acordo com Gomes (2018) recebeu diversos nomes. Na Venezuela ficou conhecido como Cumbes, na Colômbia Palenques, na Jamaica, Caribe inglês e sul dos Estados Unidos foram chamados de marrons e no Brasil inicialmente foi chamado de mocambos, posteriormente quilombos.

A palavra “quilombo” significa em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta. Essa palavra foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no país. Essa palavra teve também um significado especial para os libertos, em sua trajetória, conquista e liberdade, alcançando amplas dimensões e conteúdos. O fato mais emblemático é o do Quilombo dos Palmares, movimento rebelde que se opôs à administração colonial por quase dois séculos (LEITE, 2008, p.965).

O quilombo representou a luta contra a dominação colonial, revelando-se o potencial de revoltas contra a ordem dominante. Em 1575 foi o registro da existência do primeiro quilombo baiano. O Conselho Ultramarino, uma legislação colonial de 1740 definiu quilombo habitação com mais de cinco negros fugitivos, sem conter ranchos levantados e pilões. O grande número de quilombos existentes é resultado do comércio do tráfico de escravos. As trocas econômicas eram recorrentes nos quilombos e com a população livre, sobretudo com a venda da produção de farinha de mandioca, forneciam lenha para produção de cerâmica. A farinha de mandioca é um símbolo da organização socioeconômica das comunidades porque além de cultivarem para consumo próprio, vendiam seu excedente. O conceito de quilombo também trazido por Almeida (2002) foi produzido para atender as demandas do rei de Portugal no Conselho Ultramarino de 1740, considerando os negros fugidos das fazendas dos seus senhores, uma quantidade mínima de cinco escravos fugidos, localização geográfica afastada e de difícil acesso, as habitações e autoconsumo. Sobre o autoconsumo ele aborda que nos quilombos, as unidades produtivas abasteciam os comerciantes, que em períodos de crise de abastecimento compravam dos escravos, os alimentos. Mas, para a definição jurista considerar uma unidade de produção de alimentos nos quilombos, significava uma afronta à grande propriedade dos senhores. “Daí sermos muitas vezes obrigados também a romper com o dualismo geográfico atribuído ao quilombo, que faz com que ele seja entendido como oposição à plantation e como o que está fora dos limites físicos da grande propriedade territorial” (ALMEIDA, 2002, p. 54).

A diversidade espacial e temporal foi caracterizada por Gomes (2018) sobre os quilombos brasileiros diante das tentativas de homogeneização das particularidades e singularidades. Geralmente, os quilombos eram protegidos pela geografia local como entre rios, matas e relevo íngreme. Os escravos fugidos normalmente pertenciam a um único dono e se refugiavam formando o quilombo, intimamente ligado à cultura ancestral e uso comum das terras que caracterizou o crescimento das comunidades negras rurais. As fugas individuais e as comunidades de fugitivos analisadas por Gomes (2018) se constituíam formas de resistências na sociedade escravista. Os anúncios de fugas eram vastos tendo em vista a dificuldade de encontrar os cativos, sobretudo nos mocambos ou quilombos.

O quilombo também expressou a fuga coletiva, rara e individual ao sistema opressor, constituído por territorialidades próprias, as resistências dentro da lógica de reprodução do sistema capitalista. Esse argumento da fuga foi tomado como realidade de estudo da sociedade baiana e fluminense por Reis e Silva (1989), elencando de modo expressivo como o ato de negociar, a exemplo da “brecha camponesa”, enquanto resistência e luta para o escravo ter um

pedaço de terra, mesmo na propriedade do senhor. Os autores caracterizam de singular astúcia em buscar brechas no sistema escravista penoso. Essa arte em negociar não se apresenta como elemento maior e definidor das relações sociais entre senhor e escravo. Majoritariamente, as necessidades do sistema escravocrata em consonância ao interesse da acumulação de capital determinavam as estratégias necessárias a serem tomadas pelos donos dos engenhos, na melhor das hipóteses como forma de ‘não dificultar’ a exploração da força de trabalho e da produção nas fazendas. As fugas são entendidas como uma violação e ataque do escravo ao direito de propriedade do senhor, podendo ser reivindicatórias, pois visavam melhorias no cativeiro ou de rompimento com o sistema escravocrata na relação senhor-escravo, as revoltas são elementos definidores para formação dos quilombos.

Mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista foi a criação de uma margem de economia própria para o escravo dentro do sistema escravista, a chamada “brecha camponesa”. Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão (REIS; SILVA, 1989, p. 28).

Para os autores, as relações comerciais dos produtos cultivados sob a brecha camponesa eram feitas pelo senhor, já que essa negociação estava firmada na estratégia de manutenção do controle da força de trabalho escrava. A fuga certamente foi um elemento indispensável para formação dos quilombos, bem como ocasionou prejuízo econômico como a queda nos lucros do sistema escravista. “O escravo deixava de trabalhar enquanto estava fugido, deixando, portanto, de gerar lucro para o seu senhor; não havia garantia de que ele fosse apreendido; e, por último, o senhor devia pagar recompensas a um capitão-do-mato” (AMARAL, 2012, p. 91).

A revolta coletiva conforme Reis (2018) significou a contestação mais radical contra a escravidão e possibilitou a formação de quilombos como espaço de resistências. O século XIX foi o período auge da escravidão em que o Brasil recebeu mais escravos, e consequentemente, o número de revoltas aumentou mesmo com a proibição do tráfico, em 1831. Até 1850 estima-se que entraram 800 mil africanos ilegalmente. Reis defende que esse aumento da população escrava reforçou a identidade coletiva e a possibilidade de revoltas. Nos últimos anos do sistema escravista, os escravos crioulos participaram maciçamente das revoltas. Os yorubás conhecidos como escravos nagôs e os haussás tiveram importante participação nas revoltas escravas baianas entre 1807 e 1820, concentradas nesta última década, pois tinham experiências de guerras no

seu país de origem. Costumava-se nessas revoltas queimar os canaviais, casa grande, senzalas, assassinar de feitores e senhores.

Em 1835 cerca de 600 escravos e libertos lutaram na Revolta dos Malês³⁵, ocorrida no espaço urbano de Salvador. A revolta foi liderada pelos mulçumanos nagôs e sustentada com a crença mística da religiosidade de raiz africana. A Conspiração dos Alfaiates em 1798 também contou com a participação de escravos, mesmo sendo a maioria homens livres que lutou contra a discriminação racial e o fim do tráfico de escravos, absorvidos pela experiência de libertação no Haiti. Os movimentos de independência e o abolicionismo por meio de propagandas e leis também repercutiram nas revoltas escravas. Na província de Sergipe, no final do século XIX, entre 1873-1875 os registros de matrículas contabilizavam um total de 32.974 escravos de acordo com o quadro 01. Do Vale do Cotinguiba, o município de Capela apresenta o maior número de matrículas 3.272 seguido por Laranjeiras.

Quadro 01: Matrículas e classificação de escravos em 1873-1875

Regiões/Municípios	Matriculados (1)	Classificados (2)	(1)/(2)
Cotinguiba	15.206	5.068	0,33
Aracaju	1.536	0	0,00
Santo Amaro	698	0	0,00
Maruim	1.436	77	0,05
Laranjeiras	3.067	1.617	0,53
Rosário	1.962	110	0,06
Capela	3.272	2.678	0,82
Japarutuba	1.381	586	0,42
Divina Pastora	1.854	0	0,00
Mata Sul	7.106	2.014	0,28
São Cristóvão	849	0	0,00
Itaporanga	937	0	0,00
Estância	2.668	982	0,37
Espírito Santo	712	0	0,00
Itabaianinha	1.940	1.032	0,53
Agreste-Sertão do S. Francisco	3.261	906	0,28
Propriá	1.249	58	0,05
Vila Nova	1.193	691	0,58
Porto da Folha (*)	819	157	0,19
Agreste-Sertão de Itabaiana	4.083	0	0,00
Itabaiana	3.308	0	0,00
N.S. das Dores	775	0	0,00
Agreste-Sertão Sul	3.318	2.566	0,77
Lagarto	2.635	1.108	0,42
Riachão		693	
Campos		280	
Simão Dias	683	485	0,71
TOTAL	32.974	10.554	0,32

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019

Fonte: PASSOS-SUBRINHO³⁶

³⁵ Caracteriza-se como um levante de grande relevância de escravos – origem islâmica - de maioria muçulmana na cidade de Salvador, capital da Bahia, que aconteceu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835.

³⁶ Fonte: PASSOS-SUBRINHO, Josué M. dos. **Propriedade escrava e declínio do escravismo na Província de Sergipe**. Documento sem ano de publicação, disponível em <http://www.abphe.org.br>. Acesso em 12 de julho de 2019, às 21:50.

Os escravos vindos da África desembarcavam na Bahia, sendo distribuídos aos outros locais da Província de Sergipe Del Rey, na Vila de Estância (atual Estância) e São Cristóvão. Os quilombos no Vale do Cotinguiba se constituíam locais perigosos que afrontavam à Província. Na mesma época da ocupação territorial sergipana, no século XVII, é que data a existência dos primeiros territórios quilombolas. Para Nunes (1989) com o ataque ao quilombo de Palmares, muitos negros fugiram para às margens do Rio Real, na região do Baixo São Francisco e nas matas das Serras Negra e Itabaiana, em contexto de luta pela conquista de território, sobretudo a instabilidade da colonização na Província.

Seriam nessas matas, alocadas não muito distantes das instalações dos engenhos, onde seriam erigidos os principais acampamentos de escravos fugidos de Sergipe Del do século XIX. Tratava-se de quilombos compostos por poucos ranchos rústicos, montados com materiais encontrados nas próprias matas, de estruturas menos complexas e onde estavam reunidos algumas poucas dezenas de negros, parcela considerável deles evadidos de senhores que residiam naquela mesma região. Esses quilombos seriam a maior problemática então encarada pelas autoridades policiais do Vale do Cotinguiba, sobretudo diante da necessidade de manter a ordem privada e pública dentro de um contexto social substancialmente conturbado. Contamos com a presença de escravos negôs acusados de ataques contra os senhores branco. As revoltas escravas na Bahia se apresentavam como incômodas ao contexto de rebelião dos escravos em Sergipe Del Rei em 1835, ano da Revolta dos Malês (OLIVEIRA, 2015, p. 84).

Oliveira (2015) destaca as matas do vale do Cotinguiba, no século XIX, como região adotada pelos negros fugidos de Sergipe Del Rey “composta pelas vilas de Capela, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, Rosário do Catete, Divina Pastora, Japarutuba, Siriri, Riachuelo e as cidades de Laranjeiras e Maruim, assim como pela capital Aracaju, a qual foi elevada a essa categoria somente no ano de 1855” (OLIVEIRA, 2015, p. 29). Uma área de destaque econômica da Província por meio do cultivo da cana-de-açúcar, a região do Cotinguiba abrigou as comunidades quilombolas.

Em Capela, no curso de uma marcha contra um quilombo disposto nas matas do engenho Coqueiro, os soldados puderam encontrar “quatro ranchos de palha”, contendo em cada um deles algumas poucas camas. Em outro ataque, mas ainda na Vila de Capela, os soldados se depararam com “cinco ranchos novos” (OLIVEIRA, 2015, p. 87)

Em 1838, Oliveira (2015) aponta que Sergipe registrava um total de 344 engenhos de cana-de-açúcar, sendo o Vale do Cotinguiba responsável por 245 engenhos e o município de Capela 70 engenhos, a maior quantidade da região. Já em 1856 Capela contava com 130 engenhos do total de 373, na região do Cotinguiba, representando, portanto, o maior número.

Vale ressaltar a atuação da mídia dominante, a qual insistia em noticiar a figura do escravo fugido como uma ameaça à Província, como forma de construção de uma imagem negativa de criminoso e assassino, a exemplo do Noticiador Sergipense, em 1836, Correio Sergipense, em 1842 e do Jornal do Aracaju em 1872. Correntemente, apoiados na defesa dos senhores de engenho, os quais estavam no controle do aparelho jurídico e militar na Província, vinculavam notícias difamatórias sobre os negros fugidos.

No final do século XIX, aborda Leite (2008) com as mudanças decorrentes dos projetos de industrialização brasileira, o quilombo irradiou-se para outras parcelas da população, indo da voz dos abolicionistas para os movimentos sociais, tornando-se uma parte do projeto político de uma sociedade mais democrática e justa. As práticas de expropriação e controle das terras não foram alteradas com a abolição do trabalho escravo, permanecendo a marginalização social e política ancoradas pela ideologia da mestiçagem.

O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afro-descendentes. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção (LEITE, 2000, p. 33).

Para Leite (2000) quilombo é por excelência o território conquistado através da luta, e nos dias atuais, tornou-se um direito a ser reconhecido todos os dias na pauta política nacional, cujo objetivo é espacializar as demarcações de terras no Brasil. Por ser uma contribuição para formação sociocultural brasileira, as questões conceituais sobre o conceito quilombo necessitam regressar ao passado colonial, em que predominou uma estrutura escravocrata e que agrupou os negros fugidos e oprimidos pelo sistema depreciador. Citando Lopes, Siqueira e Nascimento (1987), a autora elenca dois enfoques dados ao entendimento do quilombo: o primeiro sob o ideal liberal e romantizado resultante dos ideais da Revolução Francesa e o segundo, o viés marxista-leninista compreendendo como luta armada em busca de mudança social. Esses enfoques foram pontuados devido à fragilidade dos historiadores em apreender os

quilombos inseridos numa dimensão política de um processo de formação social heterogêneo e restringindo a uma leitura de diversas manifestações de resistências.

O quilombo emerge para enfrentar lacunas e feridas sociais. O grande número de comunidades negras, os interesses pelas terras tradicionais chocam com os dos grandes proprietários de terras. De acordo com O'Dwyer (2010) nos quilombos são reproduzidas práticas cotidianas de resistências para manutenção de seu modo de vida e consolidação do território étnico social vivido com trajetória comum. As condições e determinações sociais e históricas desse contexto escravista são condição necessária para a renúncia ao trabalho por parte do escravo, diante da exploração violenta. Nesse processo, os quilombos vão se constituindo refúgios de vida, sociabilidades construídas sob novas resistências na sociedade.

Os negros foram temidos pela Coroa Portuguesa na constituição de seus territórios quilombolas, sobretudo criminalizados e marginalizados no processo de construção da nação brasileira, assim como os indígenas e mulatos por serem atestados como seres inferiores.

4 - O DISCURSO CIENTÍFICO DE RAÇA NEGRA INFERIOR NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Figura 05: A redenção de Cã (1895)



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Transferência em 1937.
BROCOS, Modesto. Nº de Registro 323. Óleo sobre tela, 199 cmx166 cm.

Modesto Brocos em seu famoso quadro *A redenção de Cã* (1895) como demonstrado na figura 05 defendeu essa ideia do branqueamento na formação nacional, em que por meio do cruzamento das raças, o negro evolui para atingir o branco. A escolha pelo nome da obra remonta o castigo de Caim na passagem bíblica no livro Gêneses. Amaldiçoado pelo pai Noé, Caim foi condenado à escravidão.

Em seu quadro, Brocos tenta demonstrar que a senhora negra foi condenada a condição inferior de negra. Em primeiro plano, destacam-se quatro pessoas, entre elas uma escrava em

pé com as mãos erguidas aos céus em gesto de agradecimento por ter tido uma filha mulata, esta filha supostamente, foi fruto da mestiçagem. A filha foi retratada sentada com o filho de pele branca igual ao pai. Em segundo plano, os personagens estão em frente uma casa simples e humilde. Nota-se na composição do quadro uma preocupação com a construção da identidade nacional de um país, que em tão pouco tempo saiu da escravidão, possuía uma população negra e mestiça considerável. A pintura de Brocos contribui para naturalizar a inferioridade do negro. A chegada dos europeus brancos ao Brasil representou a solução para o progresso da República que pretendia o desaparecimento desses seres inferiores.

O conceito de raça apropriado pelos evolucionistas foi a fundamentação científica perfeita para sustentação das suas ideias do evolucionismo social. A justificativa para a evolução social da humanidade perpassava estágios de desenvolvimento sucessivos obrigatórios e unilinear em que os povos considerados “primitivos” eram uma etapa do homem que alcançou a civilidade, sendo da selvageria para a civilização. A alteridade entendida enquanto reconhecimento das diferenças do outro, sem julgamento de valor, não foi muito bem compreendida diante da diversidade humana.

Discorrendo sobre o tema da raça, Prado Jr. (1994) destaca a mestiçagem como signo formador da nação brasileira, em que o cruzamento do português com as outras raças – negra e indígena. Uma dominadora e duas dominadas sob o padrão e cultura da primeira. O branco “tem um grande papel na orientação dos cruzamentos, reforçando a posição preponderante e o prestígio de procriador do branco” (PRADO JR., 1994, p. 111), essa nova raça pura.

Os viajantes naturalistas que percorreram as terras brasileiras, ao se depararem com organizações sociais diferentes, não puderam esconder os costumes distantes do que se viviam na Europa. Eles acreditavam estar diante de raças inferiores e atrasadas que ainda necessitavam passar pelos estágios de desenvolvimento para atingir a civilidade. Com os relatos descritivos dos viajantes naturalistas, retratando o bom selvagem de natureza pura, forjou-se para o mundo, através do romantismo, uma construção de nacionalismo brasileiro, em que nessa proposta de nação marcada pelas disputas de poder, não caberia os seres bárbaros, cuja solução foi sua marginalização e discriminação. A identidade nacional é gestada nas vaidades da modernidade. A invenção nacional necessita cultuar uma história dos vencedores, ilustres, heróis, símbolos virtuosos e cultura de um povo letrado. A construção da nação estava acima de qualquer vaidade, sendo ela uma necessidade de consenso unitário.

No entendimento de Fiorin (2009) a literatura teve grande participação no projeto da identidade nacional, em que autores românticos como José de Alencar, em sua obra o Guarani

busca expressar singularidades como a tropicalidade da natureza, a cultura baseada na mistura, o índio que aceita pacificamente a cultura cristã e a portuguesa que acolhe os valores da natureza. Trata-se da união dos valores na qual predomina os valores de fora, os europeus.

O discurso científico defendia através do “branqueamento” que negros e mestiços eram naturalmente inferiores aos brancos. Intelectuais como João Batista Lacerda (1846-1915) considerava que o branqueamento era o caminho e a solução para mestiçagem brasileira. O melhoramento era o afastamento do negro, considerado rude, sem cultura, incivilizado, e a aproximação com o branco, modelo da sociedade brasileira; a piora era a aproximação com o negro. O mulato é a saída vislumbrada ao branqueamento progressivo em que a sociedade deveria alcançar não a igualdade das raças, mas a superioridade branca (FIORIN, 2009, p. 122).

A singeleza da branca vence os marginalizados, misturados negros na oposição do superior e inferior, pois a mistura nega o negro para tornar-se branco sendo a exclusão uma condição para formação identidade. Isso provoca o ocultamento da violência e do preconceito nas relações cotidianas. Podemos elucidar a reverência pela mulata que representava a raça brasileira tolerância e harmonia social, a negação do negro por serem escravos, ao passo que ocultava a violência e o preconceito social nas relações cotidianas.

A nação moderna demandava a exclusão do escravo em sua face. A Inglaterra já havia vivenciado sua revolução industrial e orientava o fim do tráfico. Na análise de Fiorin (2009) uma construção de nação orientada pelas elites letradas que visavam seus interesses privados, os quais não estavam em consonância com os interesses coletivos do povo pobre brasileiro, validava a consolidação de unidade firmada pelo desenvolvimento harmonioso entre as classes, da soberania e de sua defesa. Esses foram argumentos encontrados para justificar a carência nacionalista sustentada pelo romantismo que naturalizou as relações sociais entre os povos. A Independência proclamada por um português indicava o caminho da nacionalidade vindo a ocorrer no contexto de formação do Estado Imperial brasileiro e as relações coloniais subordinavam o Brasil às ideias europeias.

Para Coan (2011) não havia no Brasil um setor incumbido das tarefas administrativas e políticas face o desenvolvimento econômico da mineração em Minas Gerais, pois a elite aristocrática estava preocupada em formar bacharéis para resolver seus interesses. A formação do Estado nacional imperial está ancorada em bases escravocratas. Aos escravos e índios estava reservada a formação religiosa dos jesuítas, a fim de orientar a negação das suas crenças. A nação e a ideia de povo estão nascendo nesse contexto da independência; contudo, o escravo não é tratado como gente, pois é considerado “peça”, “coisa”, “propriedade”. De forma

semelhante, os índios e demais pobres não são interlocutores da história - o Brasil continua escravocrata e monárquico (COAN, 2011, p. 42).

A elite segundo Coan (2011) necessitava de escolas para substituir progressivamente o trabalho escravo e implantar as indústrias. Esse foi assunto de discussão em Assembleia Constituinte de 1823. A base do projeto de nação brasileira é europeia, monarquista, escravocrata elitista e católica forjada pelo discurso da harmonia. A identidade nacional foi construída de fora para dentro, a civilização europeia foi imposta para todos, necessitando abolir a escravidão e a monarquia centralizadora que atrasava o desenvolvimento. Índios, negros e mulatos marginalizados do processo produtivo porque a principal referência da modernidade era o trabalho assalariado do imigrante.

A importância da criação dos museus, especialmente o Museu Nacional - também conhecido como Museu Real - de história natural, em 1818, é trazida por Santos (2000) para revelar a ênfase que foi dada ao potencial da natureza tropical exuberante e diversa, propagando para Europa esse conhecimento na tentativa de buscar uma união o mundo e a nação. “Inúmeras foram as missões científicas europeias que vieram ao Brasil coletar e classificar exemplares da flora e fauna locais” (SANTOS, 2000, p. 286).

No livro de tombos da seção de antropologia biológica do Museu Nacional registrava os crânios de animais, dos indígenas brasileiros, dos negros, mestiços entre outros. Para Santos (2000) esta classificação orienta que indígenas, negros e mestiços não faziam parte da categoria dos humanos porque as teorias evolutivas separavam e hierarquizavam esqueletos de diferentes raças e culturas nos museus. Celebrar a mestiçagem significava uma construção de identidade nacional que se embranquece eliminando os vestígios negros, negando esse passado para construção de um futuro de igualdade.

A modernidade esteve preocupada em pensar a história, sobretudo no século XIX, no contexto da questão nacional. O conhecimento iluminista ocupará um espaço privilegiado da historiografia brasileira feita de forma sistematizada pela elite ilustrada aos moldes europeus. Esse projeto ideológico e político nacional é comprovado em 1838, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Certamente não seria fácil para o Estado Nacional forjar uma nova história gloriosa, negando uma realidade social sustentada pelo trabalho escravo e fisionomias indígenas e negras. A definição da identidade nacional pressupõe a definição do outro inserido no processo de homogeneização encabeçado pelo IHGB. Nega-se a diversidade - negra, indígena e mulata - porque a origem da história nacional é pensada pelos brancos letrados.

Guimarães (1988) destaca a relação entre Estado centralizado, Monarquia e Nação cuja preocupação permeava civilidade, a ordem, o progresso e a unidade territorial do quadro histórico e geográfico face as repúblicas latino-americanas que ameaçavam essa nação. A proposta de estudo (1847) do naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius³⁷ foi premiada pelo IHGB, ficando ele incumbido de forjar o projeto historiográfico da mistura das três raças, o qual lançou as bases sobre o mito da democracia racial da nação brasileira. Nesse sentido, os estudos de von Martius realçam a atuação individual de cada grupo em que os indígenas seriam contados por meio dos mitos, os bandeirantes e das ordens religiosas com o papel de civilizar os bárbaros da nação, atribuindo a superioridade branca e o negro como elemento de impedimento desse processo civilizador. Sua ideia consistia em construir uma homogeneidade, união interpretativa sobre o passado, presente e o futuro da nação.

4.1 - Uso biológico do conceito de raça

O Darwinismo social através da “seleção natural” e da “lei do mais forte” justificaram o exercício da dominação, bem como a expansão de sociedades imperialistas europeias sobre outras sociedades, a fim de levar a missão civilizatória para os povos classificados como bárbaros. O negro é considerado um estorvo social, é discriminado nas relações sociais sob diversas maneiras como através do preconceito expressado cotidianamente, exclusão e distanciamento social, ocupação de postos de trabalho precários etc. A identidade negra é construída e concebida pelos brancos e cientistas sociais, fundamentados em teorias raciais provenientes da Europa e Estados Unidos, afirmadas em hierarquias biológicas entre os seres humanos, no contexto brasileiro, no século XIX e XX, em pleno debate da construção da identidade nacional.

As elites intelectuais absorveram os discursos racistas e definiram representações sociais desiguais. “As teorias raciais deram status científico às desigualdades entre os seres humanos e através da utilização do conceito de raça puderam classificar a humanidade, fazendo uso de sofisticadas formas de separar as “raças humanas”” (BARBOSA, 2016, p. 261).

Para Barbosa (2016) nas últimas décadas do século XIX e XX, as teorias raciais científicas foram alimentadas por Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues estiveram empenhadas em construir a identidade do projeto de nação brasileira. A obra de

³⁷ Desembarcou no porto do Rio de Janeiro em 1817 para iniciar sua missão de estudar a natureza brasileira que durou até 1820. Sua classificação da flora culminou para os estudos dos biomas.

Charles Darwin “A Origem das Espécies”, em 1859, com o evolucionismo acalorou o debate racial, ultrapassando os limites biológicos para o campo político, social e cultural, ou seja, o Darwinismo social.

A escola evolucionista social segundo Schwarcz (2018) emerge para atender as concepções naturalistas da evolução natural e social da humanidade em que os elementos biológicos eram aplicados aos elementos culturais. A civilização constituía-se na fase superior da evolução humana e a barbárie seu estágio inferior. Desta forma, a Europa estava no estágio superior e o Brasil no estágio inferior.

A diferença das raças passa a ser uma linha de estudo dos darwinistas como forma de selecionar e diferenciar as raças humanas. O ideal político da eugenia que se preocupava com a reprodução das populações, defendia que as raças inferiores deveriam ser submissas ou eliminadas pelas raças superiores. Nessa leitura, o conceito de raça define hierarquias entre os povos. As sociedades ‘superiores’ determinaram as raças consideradas inferiores através da eugenia, a qual determinava características físicas e mentais de inteligência como sendo hereditárias a serem selecionadas e melhorar a descendência. Por isso, a mistura das raças era vista como sendo negativa para reprodução das espécies, uma vez que, uma raça poderia se contaminar, caso um indivíduo mantivesse relações físicas com outra raça.

Resulta desse processo a criação de escolas que corroboraram para disseminar essas ideias como o determinismo climático e geográfico de Thomas Buckle (1821-1862) que condicionava as ações humanas, culturais e sociais de uma nação, sendo determinadas pelo meio. Outra escola apresentada por Barbosa (2016) foi a teoria das raças que via a miscigenação como sendo negativa para a permanência da genética de uma raça, pois poderia se contaminar e deixar de ser um ‘tipo puro’.

Esse cenário revela o racismo científico construído para promover a hierarquização da raça branca considerada superior e que deveria governar as raças inferiores (negros). “Essas teorias “científicas” racistas serviam aos interesses das principais potências econômicas europeias, aumentando seu domínio sobre outras partes do mundo. Seus pensadores começaram as explicações para grandes êxitos econômicos, expondo motivos “científicos” para o sucesso da Europa” (BARBOSA, 2016, p. 264).

Dentre as principais linhas filosóficas, que repercutiram entre os homens letrados do nosso país a partir dos meados do século XIX, pode-se dar destaque ao positivismo, darwinismo, evolucionismo. Essas teorias movimentavam o pensamento político nacional, sustentadas pela divulgação do conhecimento científico. Conceitos e conclusões formuladas por

intelectuais europeus alcançavam grande repercussão, fornecendo justificativas “hierarquizantes” baseadas no critério científico. Assim se explicavam as diferenças sociais das nações inferiores frente às nações europeias. A raça passou a ser uma noção discutida em obras que previam um futuro nebuloso para o Brasil. A responsabilidade pela condição nacional devia-se ao cruzamento sexual de várias raças (BARBOSA, 2016, p. 265).

A construção do projeto consensualmente homogeneizador e étnico de nação ‘branca’ pelos intelectuais da elite foi orientada conforme o padrão europeu de dominação. A eugenia garantiu o sucesso do processo de branqueamento brasileiro porque foi a razão científica pela qual crânios e tipos físicos negros foram classificados e determinados como inferiores.

O Estado Nacional produziu expedientes de controle cultural e social diferentes para cada um desses recortes [aos negros a ideia de raça e, aos índios a ideia de etnia], gerando formas distintas de lidar com a alteridade representada por indivíduos não-brancos, “incivilizados”, “inferiores” mental e culturalmente que, no entanto, precisavam ser assimilados ou absorvidos pela nação brasileira (ARRUTI, 2006, p. 55).

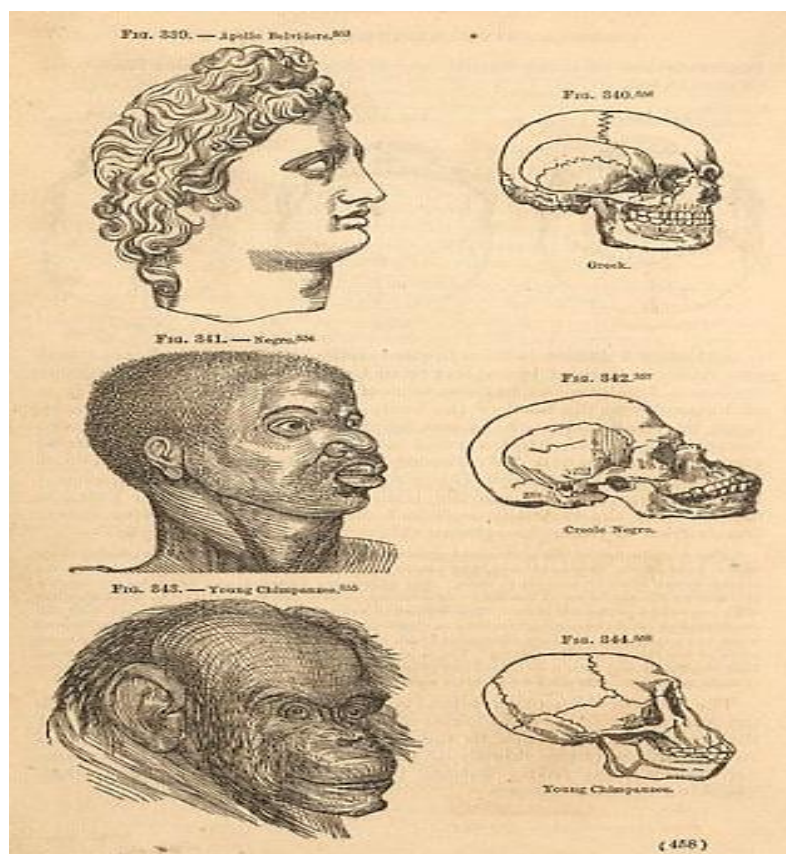
A mestiçagem racial (negra, branca e indígena) se constituía num problema maior a ser resolvido, em absorver o negro sem correr o risco de contaminação de forma que não altere a imagem branca europeizada. As condições climáticas deterministas do clima tropical já eram um elemento determinante para exclusão da sociedade moderna, a inferiorização e incivilidade do povo que habitava nas terras brasileiras.

Gobineau e Louis Agassiz (1807-1873) foram alguns desses homens que descreveram o Brasil como uma improvável nação. Para eles, o país havia produzido elementos incapazes para acompanhar o desenvolvimento da humanidade. Assim, a miscigenação étnica seria um fator contrário à evolução e a mistura racial provocaria a permanência de características inferiores nos híbridos, porque os elementos mais fracos permaneceriam nos descendentes. Teríamos, pois, a potencialização dos defeitos, criando gerações de degenerados e com a real possibilidade de desaparecermos como povo e nação no período de um século (BARBOSA, 2016, p. 266).

Esse foi o sucesso da sociedade moderna capitalista em conformar ‘homogeneidades’ e eliminar as diferenças para construção de uma visão racializada do mundo. A América foi o laboratório miscigenado dos viajantes, fotógrafos, cientistas e pintores para efetivação das teorias raciais. Conforme Schwarcz (2018), com a chegada crescente dos africanos, sobretudo no século XIX, essa realidade é apresentada como quase sem solução para o problema da definição da raça da população, ao passo que ganhava centralidade na discussão nacional.

Mesmo em plena efervescência das ideias abolicionistas, os cientistas sociais como Silvio Romero e Nina Rodrigues afirmavam as diferenças entre os homens em nome da ciência. Silvio Romero considerava o mestiço como um degenerado e que o problema da identidade da nação poderia ser resolvido com a introdução (através da migração) de brancos em várias partes do país. Para Nina Rodrigues, os mestiços herdavam as degenerações como loucura, criminalidade e doenças. Nina Rodrigues era mestiço e abominava a miscigenação porque se constituía num empecilho para o sucesso do país, por isso necessitava de branqueamento da população. A condição incutida do ser negro nos conduzia para a naturalização de raça inferior, incivilizado porque sua construção nacional estava orientada para o que vinha de fora, aos padrões estéticos e sociais europeus.

Figura 06: Fenótipos raciais



Fonte: Almapreta.com. Acesso em 12//04/2019 às 22:54.

De acordo com a figura 06, os lábios grossos, o crânio, tom de pele e nariz do negro indicavam uma tendência natural ao crime. Os negros eram os culpados pelos problemas de saúde e doenças que se alastravam na sociedade, tal acusação tornou-se uma justificativa perfeita para Renato Kehl, o pai da eugenia brasileira, instaurar uma higiene social, no sentido de aumentar a população branca, eliminar os deficientes e anormais.

4.2 - Democracia racial, falsa harmonia social

A democracia racial foi a busca da negação da condição escrava espoliada e as condições dos negros e mulatos são precárias.

Ainda hoje não conseguimos construir uma sociedade democrática nem mesmo para os ‘brancos’ das elites tradicionais e das classes médias em florescimento. É uma confusão, sob muitos aspectos farisaica pretender que o negro e o mulato contem com igualdade de oportunidades diante do branco, em termos de renda, de prestígio social e de poder” (FERNANDES, 2007, p. 59-60).

A democracia racial na compreensão de Fernandes (2007) é um mito social porque revela os interesses e valores morais dos brancos. Consiste numa tentativa de provar que não existe o preconceito, negando-o cotidianamente, todavia, sem nada fazer para mudar a realidade de segregação e discriminação. A discriminação e a segregação resultaram da construção histórica de nossa sociedade escravista. Portanto, trata-se de uma negação incisiva de todo e qualquer problema racial. A escravidão não contrariou as leis e necessidades dos portugueses, negou as condições humanas ao escravo e ao indígena, pois eram considerados coisas, propriedade de outros.

A liberdade foi a palavra mais usual para caracterizar a nova sociedade civilizada porque tinha abolido a escravidão e instituído a República, garantindo cidadania e ‘inclusão social’ para todos. O discurso de democracia racial estabelecia uma relação de harmonia entre brancos, negros, indígenas e mulatos, usufruindo das mesmas condições e oportunidades sociais, igualitárias. Para Nascimento (2016), Gilberto Freyre, fundador da ideologia chamada lusotropicalismo, defendia que os povos selvagens e bárbaros não eram capazes de construir civilizações, apenas os europeus ergueriam o glorioso paraíso racial. Construindo eufemismos raciais como morenidade, a mística racista trabalhada por Freyre propunha o extermínio dos negros tanto físico como espiritualmente para embranquecer a pele e corpo negro.

Há um fundo de verdade na colocação de Freyre trazida por Nascimento (2016) porque os povos nativos das terras denominadas pelos europeus de Brasil não ergueriam civilizações que atendessem às necessidades e padrões do colonialismo porque eles não viviam conforme os modelos culturais externos, eles tinham suas organizações sociais e modos de vida que os caracterizavam.

O aprofundamento dos níveis de exclusão já havia iniciado desde a “imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (NASCIMENTO, 2016, p. 57). O conceito de raça é produção histórica e social que sustentou os discursos de nacionalidade e identidade dos povos.

Na interpretação de Schwarcz (2019) a ladainha das três raças (brancos, índios e negros) foi sustentada por teorias de negação da identidade negra, cujo objetivo era a construção de uma falsa história patriótica para a formação da nação e/ou do mito nacional, fundada na naturalização funcional da desigualdade, porém sustentada sob o ideal da democracia racial apresentada por Artur Ramos e popularizada mundo a fora por Freyre. O Brasil se constituía num país em que reinava a mais perfeita harmonia, diferentemente do cenário mundial em guerra, Apartheid e Nazismo. A Unesco financiou o estudo de Freyre na tentativa de provar a ausência de discriminação racial e étnica orientada pela falsa narrativa do mito da democracia racial no dizer de Florestan Fernandes.

A questão do quilombola que estamos considerando revela o caráter bárbaro do processo de acumulação primitiva do capital, o qual se utilizou da colonização para negar a diversidade étnica, inferiorizar as raças e submetê-las ao discurso supremo e homogeneizador da civilização europeia. A identidade negra ao passo que foi negada, silenciada e oprimida, também foi construída para alimentar uma ordem econômica e social vigente, a capitalista. Não houve uma tentativa de organização social para enxergar o negro como ser humano. Símbolo da democracia racial, o mulato tornou-se capitão do mato atribuindo-lhe a tarefa de exterminar com os negros.

Mesmo na condição de caçador do bárbaro, não foi poupado do desprezo, preconceito e da discriminação reservada a sua classe também inferior. Segundo Nascimento (2016) com o crescimento da população mulata estimulada com a exploração sexual da mulher negra, o negro aos poucos iria desaparecendo até chegar ao branqueamento da população porque prevaleceria a superioridade do branco. Assim como as leis de imigração legitimaram o branqueamento da população para salvação de todos da nação. A negação de que o Brasil é um país negro. “Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora” (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

O controle social e cultural da classe dominante trazida por Nascimento (2016) contribuiu para efetivação de uma segregação no sistema educativo, um sistema de comunicação em massa e cultura literária de negação e silenciamento negro. Usados para fins

de interesse dos senhores, a difamação e a proibição de socialização do negro eram recorrentes no cotidiano da desigual e jovem nação porque o que existia era uma sociedade empenhada em operar contra os interesses dos homens de cor. Apontando a relação entre raça e cultura, Ianni (1988) elenca que a contribuição cultural das populações africanas para América Latina e Caribe perpassa por algumas influências:

- Onde foram introduzidos escravos houve transformações nas organizações sociais, sejam nas relações sociais, música, folclore, culinária etc. Esses elementos culturais se constituem em formas de sobrevivência e reprodução da cultura e do povo.

- A cultura passa a ser reelaborada com a introdução da escravatura, sustentada pelo trabalho escravo. Os elementos africanos passam a ser pouco preservados, pois sofreram um processo de reelaboração nas relações sociais de dominação.

- A cultura africana e escrava seriam superadas conforme o desenvolvimento das relações capitalistas, no século XX, podendo ser reconhecidos elementos dessas culturas nas manifestações religiosas, musicais, culinária etc.

Porém, o que acaba predominando são os interesses impostos pela cultura capitalista porque “as relações e estruturas capitalistas têm a faculdade de criar e recriar tanto o que é novo como o que é velho” (IANNI, 1988, p. 76).

Mamigoniam (2018) também destaca a contribuição africana para a cultura afro-brasileira como mudanças nas relações de sociabilidade e pertencimento através de manifestações populares como reisados e maracatus, as formas de rituais religiosos como o candomblé baiano e xangô pernambucano. Na culinária os azeites de dendê, além da música e dança. Bastante diversificadas, as culturas africanas apresentam variações conforme abordagem levantada por Nascimento (2016) quando considerados os mitos como a conveniência do homem branco em ser bondoso nas suas ações e não ter sido tão rígida quanto em outros lugares que praticaram a erradicação da cultura negra com mais brutalidade e desumanização. A influência humanizadora da igreja católica, tendo em vista que a sobrevivência da cultura africana seria resultado da benevolência de seus senhores e por isso a não existência do preconceito e da discriminação. No entanto, os escravos receberam os tratamentos mais cruéis como deformações físicas devido ao excesso de trabalho pesado, aleijões das torturas e castigos.

Tamanha violência, diversas formas de protesto foram praticadas contra a condição de escravo: suicídio, crime, fugas, insurreições até nas vésperas da abolição e revolta. Exemplo maior foi a consolidação da República de Palmares, um tipo de sociedade contra hegemônico.

Nem todos os africanos condutores dessas culturas e seus descendentes estavam em condições de manter vivas e desenvolver suas respectivas contribuições à cultura do novo país, na medida em que eles próprios se achavam sob terríveis condições. Vítimas permanentes da violência, suas instituições culturais se desintegraram no estado de choque a que foram submetidas. As línguas africanas – expressão fundamental da visão de mundo de suas respectivas culturas – foram destruídas, com raras exceções para fins rituais (NASCIMENTO, 2016, p. 125).

A permanência do candomblé enquanto expressão da religião africana, por exemplo, revela a resistência contra a dominação imposta de perseguição da ordem policial de negação do caráter racista e desarmonioso de uma cultura manipulada pela falsa benevolência. Nas relações do processo da escravatura, a condição de escravo imposta, transforma o africano em negro enquanto um subalterno, singular diferenciado do branco e de quaisquer outras raças. No sistema escravista, o trabalho escravo foi a principal forma de trabalho produtivo e contribuiu para a aculturação porque marcou o modo de ser do negro. O africano é recriado e reproduzido continuamente nas relações sociais vigentes, política e econômica.

A cultura africana e a cultura da escravidão “perdem-se” na cultura do capitalismo. Isto é, na sociedade organizada em termos do trabalho assalariado, das exigências da produção do lucro e da supremacia do capital monopolista, os valores e padrões culturais “herdados” da África e da escravatura perdem os significados originais e ganham outros. O que predomina, à medida que avança o século XX, é a organização capitalista das relações de produção (IANNI, 1988, p. 87).

O negro é uma categoria social criada e recriada nas relações sociais de produção, em que o branco está contido na religião negra, o escravo se refugia e resiste à cultura escravista, como uma outra raça. O negro é alienado enquanto raça construída para ser singular diferente e inferior, membro de uma classe social subalternizada, numa sociedade que toma os valores dominantes como sendo de todos. Por isso, ser negro é uma ideologia racial construída e pertencente ao branco.

Um elemento importante a ser considerado é a façanha na construção ideológica imposta ao africano e seus descendentes de alienação da própria identidade diante de toda pressão e coação social. A aculturação está relacionada com a trajetória de um indivíduo e/ou grupo que

num processo social e histórico passa por modificação e interferências culturais em que sofre uma adaptação forçada ou não de uma outra cultura. A aculturação negra pode ser entendida como a imposição da cultura branca e a negação dos valores e crenças africanas, como forma de manutenção e sustentação de uma ordem social e econômica, como a escravocrata, e cotidianamente sua criminalização.

Nascimento (2016) apresenta os efeitos desse processo de aculturação apresentando negros que através da formação de uma consciência ideológica de negação da sua própria identidade, na tentativa de adequação ao discurso europeu e admiração da beleza estética branca, como foi o caso dos poetas Domingos Caldas Barbosa e Manoel Inácio da Silva Alvarenga que se distanciaram das suas raízes africanas. Assim como escritores como Monteiro Lobato e Machado de Assis, este último negro que assimilou a cultura branca retratando personagens de classe média,

se obrigava a se exprimir num português acadêmico do melhor estilo; o reconhecimento e a ascensão social que perseguiu, impuseram a Machado um ônus cujo peso ele talvez nem sentisse... Não manteve apenas fidelidade aos padrões e estilos metropolitanos; a rendição de Machado foi tão extrema a ponto de transformá-lo num verdadeiro mestre que aperfeiçoou, enriqueceu e expandiu a língua portuguesa utilizada na criação artística tanto no Brasil quanto em Portugal (NASCIMENTO, 2016, p. 157).

Como de costume, a literatura e os domínios populares como o folclore da época, costumavam reduzir o africano ao nada, despossuído de toda e qualquer cultura. No entanto, Nascimento (2016) também traz artistas negros que se recusaram a negar sua identidade e resistiram como Luís Gama ex-escravo, poeta e advogado que lutou na defesa da sua raça. Diante desse cenário de aculturação branca, foi criado o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944 com a principal finalidade de valorizar a cultura africana marginalizada e folclorizada. Trouxe para seu elenco pessoas negras marginalizadas dando-lhe a oportunidade de uma formação teatral negra baseada na experiência afro-brasileira, das histórias dos heróis africanos. Resultado desse trabalho foi a Convenção Nacional do Negro³⁸ (1945-1946) e o primeiro Congresso do Negro Brasileiro (1950) como forma de disseminação dos estudos e trabalhos, além de denunciar as diversas formas de racismos sutis em nossa sociedade. Outros espaços de resistências foram sendo conquistados nesse período da primeira metade do século XX como o

³⁸Assim como o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras buscaram tratar dos problemas e questões dos negros, disseminação da cultura, organização política e direitos sociais.

Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, a Casa da Cultura Afro-Brasileira e a Frente Negra Brasileira.

4.3 Questões de raça nas obras Negrinha (1920) e Histórias de Tia Nastácia (1937) de Monteiro Lobato

Fascinado pela Modernidade, Monteiro Lobato nos apresenta uma vasta literatura científica infantil, na qual permeiam diversas questões de raça, envolvidas na compreensão de uma sociedade civilizatória em processo de construção. Sua literatura possui um caráter nacionalista, patriota e romancista, influenciadas pelas ideias racistas de sua época. No livro de conto ficcional infantil Negrinha, em 1920, conforme figura 07, ele escreve uma narrativa de apelo emocional.

Figura 07: Capa do livro Negrinha (1920) – 1ª edição



Fonte: unicerp.edu.br

Negrinha, era uma criança de sete anos, órfã, nascida na senzala e que vivia pelos cantos da cozinha na casa grande, assim como sua mãe, Cesária. A criança era chamada pela sinhá Dona Anácia de ‘pata choca’, ‘diabo’, ‘coisa ruim’, ‘lixo’, ‘peste bubônica’, entre outras denominações consideradas ‘mimosas’ segundo o autor. Apanhava todos os dias de Dona Anácia, castigada sem motivos, como quando colocou em água quente, um ovo para cozinhar. Assim que o alimento cozinhou, Dona Anácia colocou na boca dela com o objetivo de queimar esse órgão de enunciação.

Certo dezembro vieram passar as férias com Santa Inácia duas sobrinhas suas, pequenotas, lindas meninas louras, ricas, nascidas e criadas em ninho de plumas. Do seu canto na sala do trono, Negrinha viu-as irromperem pela casa como dois anjos do céu — alegres, pulando e rindo com a vivacidade de cachorrinhos novos. Negrinha olhou imediatamente para a senhora, certa de vê-la armada para desferir contra os anjos invasores o raio dum castigo tremendo. Mas abriu a boca: a sinhá ria-se também... Quê? Pois não era crime brincar? Estaria tudo mudado — e findo o seu inferno — e aberto o céu? No enlevo da doce ilusão, Negrinha levantou-se e veio para a festa infantil, fascinada pela alegria dos anjos. Mas a dura lição da desigualdade humana lhe chicoteou a alma. Beliscão no umbigo, e nos ouvidos, o som cruel de todos os dias: “Já para o seu lugar, pestinha! Não se enxerga”? Com lágrimas dolorosas, menos de dor física que de angústia moral -sofrimento novo que se vinha acrescer aos já conhecidos - a triste criança encorujou-se no cantinho de sempre (LOBATO, p. 27, 2008).

Monteiro Lobato descreve Negrinha como uma criança arrogante que se deslumbrava com a brancura das sobrinhas de Santa Inácia, bem como os brinquedos trazidos por elas. Para o autor, Negrinha sentiu sua humanidade quando brincou pela primeira vez com a boneca das sobrinhas de Inácia. Quando as garotas levaram a boneca, Monteiro narra que a personagem Negrinha entrou numa tristeza profunda que a levou à morte. A criança escrava foi enterrada numa vala comum, denominada de ‘uma carnezinha de terceira’, ‘miserável’ que nem pesava ‘trinta quilos’, sendo em sua maioria, uma ossada.

Essa narrativa apelativa ao emocional revela de forma intencional, a inferiorização e a discriminação de uma criança negra, filha de escrava, a qual foi ‘salva’ da morte, através do gesto benevolente e complacente da sinhá. Essa ação de caridade, assim como o modo cruel pelo qual Dona Anácia tratava a menina é naturalizada por Monteiro Lobato. Está ocultado o real interesse da sinhá em criar de forma desumana a criança, sob castigos físicos e exploração enquanto criada nos afazeres domésticos, indicando que seu lugar era a cozinha.

Na obra de Lobato (2002) *Histórias de Tia Nastácia* está clara a posição do autor sobre a condição inferior do negro na sociedade brasileira conforme figura 08.

Figura 08: Capa do livro Histórias de Tia Nastácia - 1937



Fonte: veranunesleiloes.com.br

Os questionamentos das personagens - Emília, Narizinho, Pedrinho e Dona Benta -sobre as histórias folclóricas contadas por Tia Anastácia eram respondidos por Dona Benta com poder de síntese, clareza e compreensão culta e esclarecida do significado científico. As histórias do povo, o saber popular contado através da tradição oral, expressam a linguagem de um povo pobre, marginalizado do acesso à cultura letrada, moderna.

Seus ouvintes expressavam semblantes de reprovação, negação ao término de cada história. Emília, Pedrinho o darwinista, Narizinho e Dona Benta se referiam às narrativas folclóricas que retratavam a realidade vivenciada pela escrava como sendo idiotas, pitorescas, ingênuas, toscas, bárbaras e bobas, perante o conhecimento científico e sistematizado narrado por Dona Benta, a exemplo da narrativa de Peter Pan, Alice no País das Maravilhas e Andersen.

A personagem Dona Benta fazia reverência ao diferenciar claramente a tradição escrita, sistematizada, coerente da tradição oral, subjugando essa última, por ser praticada pelo povo pobre, sem imaginação, negro, ignorante e sem cultura, arte, finura, pois não sabia escrever e não tinha apuro artístico.

A personagem Emília chamava Tia Anastácia de negra velha, cozinheira, beicuda, tola, dona de casa, subjugando e inferiorizando-a, claramente demonstrando que a cozinha era seu espaço de prisão e isolamento feito para uma escrava, negra. Na obra são citados José de Alencar, Tobias Barreto e Darwin, como homens letrados que enxergavam a realidade social com um olhar europeu.

No caso de Silvio Romero, é apresentado como homem renomado do conhecimento científico, um culto folclorista incumbido de colher os contos populares do povo negro, pobre do Rio de Janeiro e Sergipe. Romero era incumbido de fazer uma sistematização, ou seja, interpretava conforme sua cultura superior e letrada, os conhecimentos seculares e ancestrais do povo. Esse olhar reflete por um lado, a lembrança de um passado negado, posto como atrasado, ruim e reproduzido pelo povo da roça, por outro lado, a modernidade que apresentava um presente e futuro novo, melhor possibilitados pelo progresso da ciência na construção da história da nação brasileira.

Essas obras de Monteiro Lobato são publicadas em um contexto social republicano que apresentava o fim do trabalho negro escravo e a implementação da força de trabalho livre, bem como dos ex-escravos, o desenvolvimento do processo de industrialização e início da urbanização. A não aceitação da 'libertação' do negro está evidenciada em suas obras, revelando a segregação racial e o preconceito enraizados na cultura civilizatória da jovem nação. As narrativas Negrinha e Histórias de Tia Nastácia possuem um caráter racista e discriminador em seu conteúdo porque elucida como o negro estava representado em sua condição de inferioridade na sociedade de classes, além da mentalidade escravocrata persistente no início do século XX.

5 - LUTA PELO TERRITÓRIO QUILOMBOLA TERRA DURA E COQUEIRAL

Ancestralidade

*Este é o sopro dos antepassados.
Nossos mortos não partiram.
Estão na densa sombra.
Os mortos não estão sobre a terra.
Estão na árvore que se agita,
Na madeira que geme,
Estão na água que flui,
Na água que dorme,
Estão na cabana, na multidão;
Os mortos não morreram.
Nossos mortos não partiram:
Estão no ventre da mulher
No vagido do bebê
E no tronco que queima.
Os mortos não estão sobre a terra:
Estão no fogo que se apaga,
Nas plantas que choram,
Na rocha que geme,
Estão na casa.
Nossos mortos não morreram.*

Poema de Birago Diop³⁹, poeta senegalês.

Birago Diop em seu poema *Ancestralidade* revela uma valorização da tradição oral presente na rica literatura africana e a luta pelo reconhecimento dos saberes africanos constantemente negados pela cultura cristã ocidental. A oralidade é a forma de preservar a sabedoria dos antepassados como expressado no trecho do poema “Nossos mortos não morreram” na busca coletiva pelo resgate da história e da cultura, bem como das relações sociais estabelecidas entre as pessoas que nos antecederam, sua herança e memória que são preservadas entre as gerações, já que o negro não morre diante do tempo cronológico, pois ele vive na tradição oral dos descendentes. Esse sentido social de reconhecimento de uma herança histórica pôde ser constatado nos depoimentos dos entrevistados quando perguntados sobre o processo de luta e conquista da identidade dos quilombolas da Terra Dura e Coqueiral.

³⁹ Disponível em: <http://maritaca.blogspot.com/2006/12/ancestralidade-birago-diop.html>. Acesso em: 23 nov. 2019.

5.1 - Legitimação dos territórios quilombolas

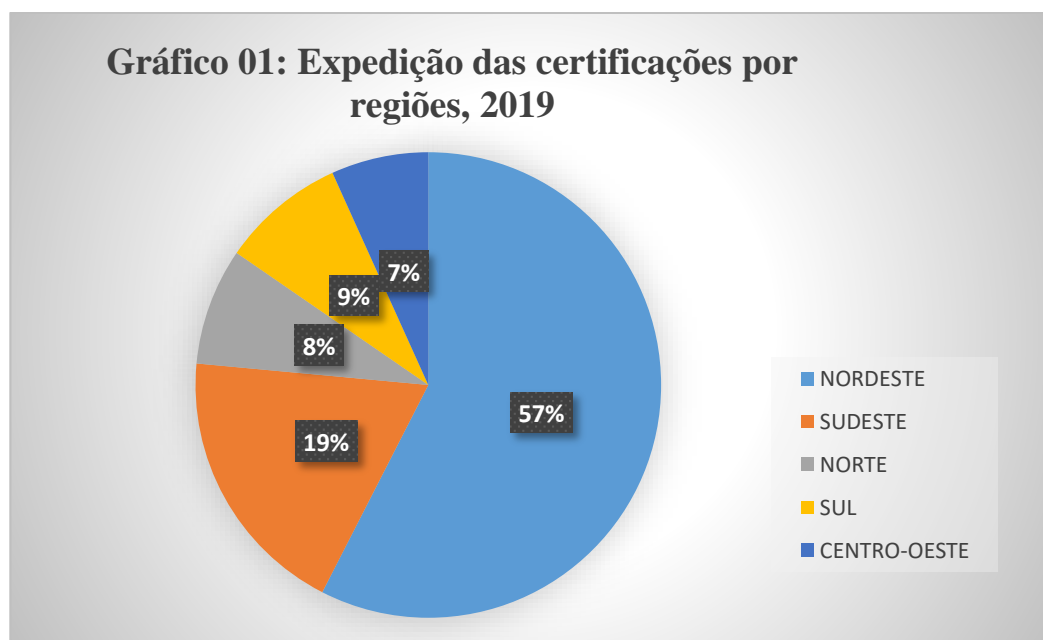
A legitimação dos territórios quilombolas está ancorada por base legal na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 215 e 216 que versam sobre a valorização e preservação da cultura africana e seu reconhecimento enquanto patrimônio material e imaterial da sociedade brasileira, além do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) que reconhece o direito de propriedade. Na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho através do decreto 5051/2004 ocupa-se em reconhecer o direito da autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais, o decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003, que trata da regularização fundiária de terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais, o decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 que visa instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007 que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, a portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007 que institui o Cadastro Geral de remanescentes das comunidades dos quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres e a Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009 a qual regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

O Estado criou instituições a fim de colocar em pauta as questões e demandas da luta dos negros. A Fundação Cultural Palmares (FCP) foi criada pela Lei nº 7.668⁴⁰ de 22 de agosto de 1988, vinculada ao Ministério da Cultura do governo Sarney. Foi efetivada na prática pelo Decreto nº 418/1992⁴¹. Atualmente a Fundação Cultural Palmares é responsável por emitir as certidões de reconhecimento dos territórios quilombolas às comunidades que reivindicam seus direitos territoriais. De acordo com o órgão responsável pela expedição das certificações, os dados apontam que até julho de 2019 foram reconhecidas 3.383 certificações, sendo emitidas um total de 2.741 certificações às comunidades quilombolas em todo o território brasileiro. Das

⁴⁰ Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências como promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Além disso, realizar a identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, proceder ao reconhecimento, à delimitação e à demarcação das terras por eles ocupadas e conferir-lhes a correspondente titulação e registro em cartório. Incluído pela (Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001).

⁴¹ Aprova o Estatuto da Fundação Cultural Palmares - FCP, e dá outras providências.

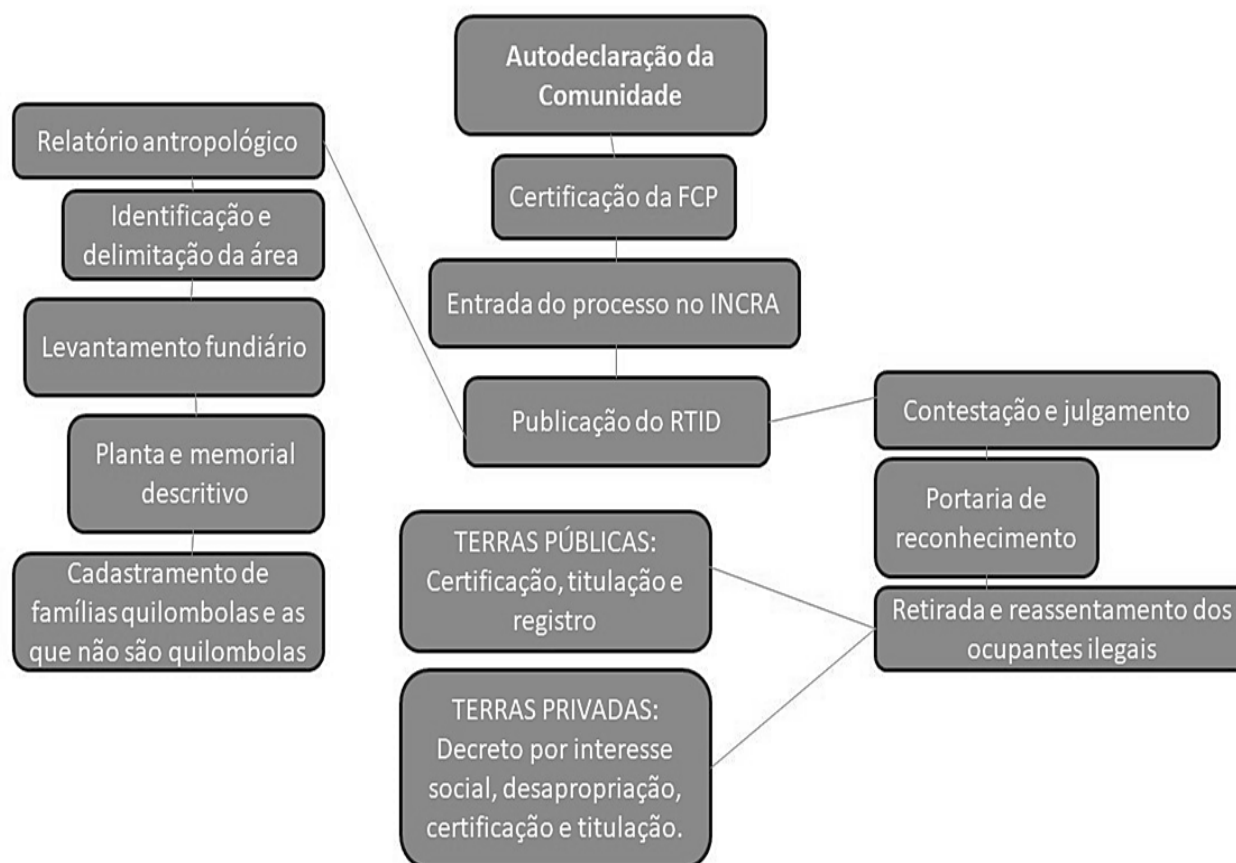
3.383 certidões reconhecidas, o Nordeste lidera correspondendo com 2.136, seguido da região Sudeste com 526, a região Norte com 366, a região Sul com 191 e a região Centro-Oeste com o menor número de 164 certificações conforme gráfico 01. A região Nordeste se destaca devido o processo de formação, ocupação e apropriação do território ancorado no modelo Agroexportador para atender o sentido da colonização.



Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.
 Fonte: Fundação Cultural Palmares - FCP, 2019.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado através da Lei nº 1.110⁴² de 09 de julho de 1970, vinculado ao Ministério da Agricultura, no governo Médici. Cabe ao INCRA o reconhecimento da titulação do território quilombola, perpassando pelas etapas que envolvem a Certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares; elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), a publicação do documento RTID em audiência pública para contestações sobre os limites do território; portaria de reconhecimento; decreto de desapropriação para imóveis privados e a titulação coletiva em nome da associação como demonstrado na figura 09.

⁴² Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências.

Figura 09: Organograma do processo de regularização fundiária

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo. 2019.

Essas etapas do processo de regularização fundiária estão descritas no organograma (Figura 09), sendo legitimadas pela centralidade do papel do Estado na implementação e formulação da política pública, como o Programa Brasil Quilombola, lançado em março de 2004 e a Agenda Social Quilombola, um desdobramento dessa política, conforme Decreto 6.261/2007⁴³. Entre os eixos de ação dessas políticas, resultada da luta do movimento negro, estão: a luta pelo acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local sustentável e o direito e cidadania.

A descentralização dessa política, nascida no contexto das ações afirmativas, promoveu uma articulação entre estados e municípios que na análise de Arruti (2009) os ministérios e setores do governo pulverizaram as ações, distribuindo as responsabilidades aos diversos

⁴³ O Decreto nº 6.261 de 20 de novembro de 2007 dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.

órgãos. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) “implica uma inovação no plano do direito fundiário, mas também, no plano do imaginário social, da historiografia, dos estudos antropológicos e sociológicos sobre populações camponesas e no plano das políticas locais, estaduais e federais que envolvem tais populações” (ARRUTI, 2006, p. 66). Esse reconhecimento jurídico envolve uma criação social porque a categoria histórica do conceito de quilombo foi metaforizada para assumir uma função política. Atribuiu o direito pelo acesso à terra e instituiu uma categoria política a fim de promover as políticas sociais nas comunidades que historicamente estiveram marginalizadas do acesso.

A regularização dos territórios negros representa um incômodo aos que historicamente mantêm o controle sob a terra. O Estado legitima através da Constituição Federal de 1888, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Artigo nº 68 o reconhecimento do título definitivo da propriedade coletiva, bem como no Decreto nº 4887/2003⁴⁴ em que também reconhece a identidade quilombola através do critério da autodeclaração, preconizada pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As Instruções Normativas de 56/2009 e 57/2009 publicadas em janeiro pelo INCRA regulamentam os procedimentos: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Para dar entrada na abertura do processo no INCRA é necessário um requerimento feito pela parte interessada (comunidade), apresentando informações sobre a localização da área. Depois de certificada pela FCP serão iniciadas as reuniões junto à comunidade e o grupo técnico interdisciplinar para o estudo e definição da terra. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) será elaborado contendo estudos técnicos, científicos, relatórios antropológicos, etnográficos cuja finalidade é apresentar características gerais do espaço, econômica, ambiental e sociocultural.

O relatório antropológico segundo a Instrução Normativa 57/2009 está estruturado em:

1. Introdução devendo destacar os conceitos e teorias relacionadas com a ancestralidade negra, resistências, critérios de autoatribuição, relações territoriais históricas e os procedimentos metodológicos de realização do estudo;

⁴⁴ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2. Dados gerais da comunidade em estudo como localização, denominação, características físicas, econômicas, sociais da população e sua relação com o município;
3. Histórico da ocupação territorial tendo como referência a memória, depoimentos, bens materiais e imateriais históricos e manifestações culturais das práticas coletivas;
4. Organização social de pertencimento com o lugar, construção da identidade, representação genealógica e política do grupo;
5. Ambiente e produção da relação com a natureza, informações da fauna e flora, atividades produtivas e infraestrutura;
6. Conclusão devendo constar a proposta de delimitação do território, levantamento fundiário mapeado com planta e memorial descritivo.

O RTID da comunidade Terra Dura e Coqueiral, intitulado de Relatório Antropológico e de contextualização histórica e ambiental do território da comunidade Terra Dura e Coqueiral, município de Capela/SE, realizado em 2013 pela empresa de Projetos Agroindustriais Ltda⁴⁵ (PROAGI), foi dado início a partir de uma reunião, realizada no dia 15 de março de 2012, em que a comunidade quilombola aprovou início os estudos no território. A equipe técnica foi composta pela antropóloga Mariana Balen Fernandes e o engenheiro ambiental Rafael Franco, bem como os colaboradores o historiador Glauberter Santos Teles e o antropólogo Breno Trindade. O RTID⁴⁶ foi estruturado em *introdução* apresentando o relatório e a metodologia empregada com levantamento de dados documentais, pesquisa de campo, dados etnográficos e ambientais orientados pela equipe multidisciplinar. São trabalhados os conceitos grupos étnicos em O'Dwyer⁴⁷ (2002), reconhecimento e direito em Leite⁴⁸ (1999), memória social em

⁴⁵ Trata-se de um contrato nº 38.003/2011 entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/SR-23) e a empresa. A Proagi atua no segmento dos projetos agroindustriais, instalação de pomares, viveiros de mudas, mercados de frutas, sucos tropicais como sócia da empresa Frutase, a qual atua em Neópolis. Além dos serviços de assessoria ao agronegócio, essa empresa atua dando assistência técnica em parceria com a Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (PRONESE).

⁴⁶ Ver imagem da Ata de aprovação em Anexo A.

⁴⁷ O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

⁴⁸ LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos: cidadania ou folclorização? In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, nº13, 1999.

Halbwachs⁴⁹ (2006) e quilombo, território e territorialidade em Almeida⁵⁰ (2006) e Haesbaert⁵¹ (2008). Nos quatro capítulos são elencadas discussões sobre o trabalho dos africanos nos engenhos de cana-de-açúcar, partindo do contexto sergipano, análise socioeconômica de Capela/SE e da comunidade quilombola de forma bem resumida, abordando as principais características de população, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), faixa etária, nível de escolarização, renda entre outras. Além dessas características, vale ressaltar a discussão da produção da identidade étnica baseada na narrativa da memória social dos quilombolas ligada às fazendas de cana-de-açúcar da região e a exploração dos ancestrais, os quadros genealógicos familiares que expressam relações de compadrios, solidariedade e parentesco.

Nas considerações finais e no parecer descritivo retoma a necessidade de regularização do território. Concluído o RTID, o documento é encaminhado a fim de ser publicado junto aos órgãos e entidades interessadas, os quais serão consultados para que sejam apresentadas as manifestações no prazo de (30) trinta dias sobre quaisquer informações. Posteriormente, será iniciada a fase das contestações no prazo de noventa dias aos interessados para dar prosseguimento com a análise da situação fundiária das áreas pleiteadas a fim de demarcar e emitir os títulos de propriedade. Convém ressaltar que essas etapas não acontecem de forma linear, sem conflitos e tensões. Cada comunidade contém uma particularidade e história que é inerente à trajetória de luta e mobilização social. Essas etapas costumam levar muito tempo, desde a entrada de abertura do processo, até o reconhecimento da titulação. Desta forma, materializar uma conquista pelo reconhecimento do território no espaço torna-se um desafio diário de marcado por muita luta. A Carta de Ponta de Canas⁵² (2001) orienta que os relatórios de identificação étnica devem considerar os grupos étnicos diferenciados por sua origem comum presumida, cuja identidade territorial está relacionada com referências de ordem física, como as narrativas que remetem aos espaços ocupados pelos ancestrais na realização do trabalho. Orienta-se também a realização de levantamento etnográfico, com referências históricas e documentais, pois não se trata de atestar um contexto socialmente e historicamente

⁴⁹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

⁵⁰ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto**: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

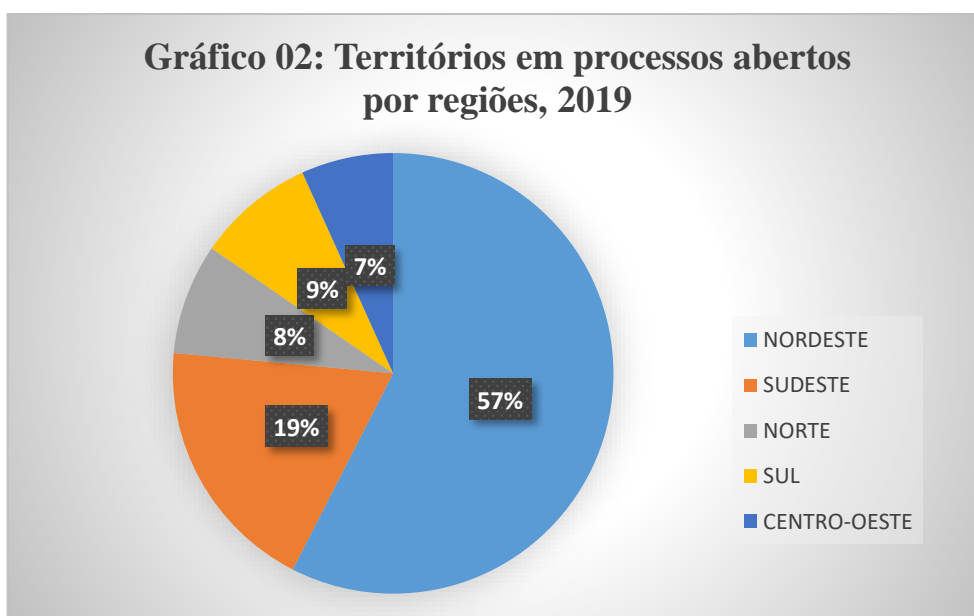
⁵¹ HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In.: **A emergência da multiterritorialidade**: A resignificação da relação do humano com o espaço. Álvaro Heidrich [et al] (org.). Canoas/RS:E. ULBRA; Porto Alegre:Ed. UFRGS, 2008.

⁵² Trata-se de uma oficina realizada entre 15 e 18 de novembro de 2000, em Ponta de Canas, Florianópolis, cuja finalidade foi discutir sobre os laudos antropológicos, no âmbito da Ação Brasileira de Antropologia e do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Aprofundaram os temas sobre dos laudos de identificação étnica, territórios tradicionais e impactos socioambientais.

vivenciado pelos quilombolas. A comunidade Terra Dura e Coqueiral desde 08 de fevereiro de 2011, ano do seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, vem lutando para obter a titulação da terra.

O Comitê de Decisão Regional **aprovou o RTID da comunidade Terra Dura e Coqueiral em 12/09/2017**, conforme Ata anexa, ou seja, há quase 2 anos. Como é de conhecimento público e notório pelas **limitações de recurso orçamentário e do atual governo é bastante improvável que o imóvel em questão seja adquirido para destinação a comunidade**, devendo ser seguido o rito estabelecido pelo Decreto 4887/2003 e INCRA Nº 57/2009 (INCRA/SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM SERGIPE <servico.quilombolas@aju.incra.gov.br>. E-mail em 14/05/2019 às 16:04:35. Grifo nosso).

Os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária revelam a existência de um total de 1.747 territórios em processos abertos por região em 2019 no território brasileiro. Do total de processos abertos, o Nordeste lidera correspondendo com 1.005, seguido da região Sudeste com 331, a região Sul com 151, a região Norte com 141 e a região Centro-Oeste com o menor número de 118 processos, conforme gráfico 02.



Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2019.

De 2005 a 2018, o INCRA mapeou uma área total de 2.333.529,2068 ha com 33.333 famílias para o Brasil, sendo reconhecidos 624.922,1597 ha com 14.032 famílias, desta área

somente, 586.336,9389 ha com 10.408 famílias, foi decretada conforme as tabelas 11 e 12 que comparam a área dos estabelecimentos agropecuários com os territórios decretados. Portanto, foram um total de 278 RTID, 86 decretos, 156 portarias e 124 títulos expedidos.

Tabela 11: Brasil: área dos estabelecimentos agropecuários e dos quilombos, 2019.

Área em hectares (ha)

Brasil	851.082.062,300
Estabelecimentos Agropecuários	351.289.816,000
Área Quilombola decretada	586.336,938

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: INCRA, 2019.

Tabela 12: Sergipe: área dos estabelecimentos agropecuários e dos quilombos, 2019

Área em hectares
(ha)

Sergipe	2.192.690,800
Estabelecimentos Agropecuários	1.460.860,000
Área Quilombola decretada	12.505,870

Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Fonte: INCRA, 2019.

Podemos observar nas tabelas 11 e 12 a concentração da terra representada pela área dos estabelecimentos agropecuários. A área quilombola decretada sugere quando comparada à área dos estabelecimentos agropecuários, uma desconcentração mínima de territórios tradicionais. No entanto, essa desconcentração incomoda os latifundiários, ‘donos’ da terra, tendo em vista que, esses territórios poderiam ser apropriados pelo capital. De acordo com os dados apontados pela Fundação Cultural Palmares, Sergipe registra o número total de 37 comunidades que deram entrada em seus processos de certificação, sendo apenas 32 comunidades certificadas, conforme figura 10 das comunidades certificadas em Sergipe.

Figura 10: Comunidades Quilombolas certificadas em Sergipe, 2019



Das 32 comunidades certificadas, apenas quatro comunidades foram tituladas de acordo com o quadro 02, correspondendo uma área total demarcada de 12.505,87 ha, são elas: Lagoa dos Campinhos com 89 famílias, Serra da Guia 197 famílias, Mocambo com 113 famílias e Pirangi com 43 famílias.

Quadro 02: Comunidades certificadas em Sergipe, 2019

CRQs⁵³	Município	Processo na FCP⁵⁴	Data de Abertura	Titulação Decretada
Mocambo	Porto da Folha	01420.000039/1997-09	24/02/1997	Titulada
Lagoa dos Campinhos	Amparo de São Francisco, Telha	01420.000333/2003-10	11/09/2003	Titulada
Luzienses	Santa Luzia do Itanhy	01420.001359/2005-39	21/06/2005	
Caraíbas	Amparo de São Francisco, Aquidabã, Canhoba, Cedro de São João, Telha	01420.001866/2005-72	07/07/2005	
Serra da Guia	Poço Redondo	01420.001322/2005-19	17/06/2005	Titulada
Desterro	Indiaroba	01420.001228/2005-51	08/06/2005	
Povoado Forte	Cumbe	01420.002841/2005-96	17/11/2005	
Mussuca	Laranjeiras	01420.003078/2005-11	12/12/2005	
Pontal da Barra	Barra dos Coqueiros	01420.000433/2006-81	07/03/2006	
Patioba	Japarutuba	01420.002791/2005-47	11/11/2005	
Ladeiras	Japoatã	01420.002953/2005-47	29/11/2005	

⁵³ Comunidades Remanescentes de Quilombos.

⁵⁴ Fundação Cultural Palmares.

Catuabo	Frei Paulo	01420.001207/2006-17	29/05/2006	
Brejão dos Negros	Brejo Grande	01420.000839/2006-63	24/04/2006	
Pirangi	Capela	01420.000557/2006-66	20/03/2006	Titulada
Maloca	Aracaju	01420.003371/2006-69	20/12/2006	
Santo Antônio Canafistula	Propriá	01420.005576/2010-65	12/06/2010	
Terra Dura e Coqueiral	Capela	01420.000553/2011-45	22/11/2010	
Curuanha	Estância	01420.000554/2011-90	26/07/2010	
Quebra Chifre	Riachuelo	01420.001165/2007-03	11/05/2007	
Alagamar	Pirambu	01420.007669/2011-13	09/06/2011	
Canta Galo	Capela	01420.007670/2011-30	05/05/2011	
Aningas	Pirambu	01420.000042/2012-12	03/01/2012	
Lagoa do Junco	Poço Verde	01420.000812/2006-71	18/04/2006	
Porto D'Areia	Estância	01420.003699/2012-23	30/03/2012	
Mocambo	Aquidabã	01420.003894/2013-34	16/04/2013	
Rua dos Negros	Canindé de São Francisco	01420.004746/2013-37	06/05/2013	

Povoado Forras	Rachão do Dantas	01420.007121/2014-16	13/06/2014	
Sítio Alto	Simão Dias	01420.006394/2014-35	28/05/2014	
Campo do Crioulo, Crioulo, Madalena, Pindoba, Saco do Tigre	Lagarto	01420.011413/2014-45	09/09/2014	
Castanhal	Siriri	01420.004430/2013-45	29/04/2013	
Lagoa Grande	Siriri	01420.101011/2017-84	11/12/2017	

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), 2018.
Elaboração: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

O total da área demarcada e o número das comunidades tituladas demonstram que várias comunidades certificadas aguardam pelo reconhecimento da propriedade coletiva, definitiva da terra e muita luta pela frente a ser conquistada pelas comunidades quilombolas sergipanas.

5.2 - Território, apropriação, poder e conflito

O espaço geográfico pode ser considerado como território usado porque é fruto de um processo histórico com intervenções sociais totalizadoras que se complementam, paulatinamente entrando em conflito. Pensar o território significa construir um olhar processual das relações sociais estabelecidas no espaço.

Conforme Santos et al (2000), o ‘território recurso’ configura os atores hegemônicos que exercem o poder e o controle do território mercantilizado, visando atender uma demanda material do capital, e, o ‘território abrigo’ pertencente aos atores hegemônizados e excluídos da posse, visa estratégias de reprodução e sobrevivência na terra.

A luta cotidiana pelo território, pela terra, bem como o reconhecimento da identidade histórica quilombola se encaminha uma construção coletiva, no que concerne à construção de uma proposta de sociedade contra-hegemônica, dando voz aos que foram no tempo e no espaço silenciados pelas forças de dominação.

A territorialidade está relacionada com as formas de uso da terra. A produção de territórios quilombolas reconhece o ser, valorizando a identidade territorial dos sujeitos históricos. No território, os valores simbólicos transmitem segurança afetiva, no sentido de ser abrigo e reconhecimento das narrativas negras negadas e silenciadas historicamente.

As disputas de poder no território, sobretudo, como esse poder é exercido nas relações sociais são definidoras das tensões sociais. A territorialidade é indispensável para compreensão do território porque possibilita o exercício do poder. Desta forma, as complexas relações sociais estabelecidas tornam o território relacional, bem como contraditório e dinâmico. Raffestin (1993) aduz que, os processos dominantes são trunfos de poder, nos quais os homens exercem sobre as coisas o poder, controle e a dominação.

Os processos são conflituosos e contraditórios nas relações de poder, pois demonstram seus reflexos no processo de demarcação do território quilombola. Trata-se de uma relação de dominação territorial e o exercício do poder cuja finalidade consiste em não efetivar a política de demarcação territorial. O poder sobre o território é expressado pela dominação, da posse e controle, bem como a apropriação funcional e significativa. O território é socialmente construído por processos contínuos e descontínuos estando marcado pelas relações conflituosas. Para Arendt (2007) não há como exercer o poder isoladamente, sendo materializado de forma coletiva, em grupo.

Raffestin (1993), afirma que o espaço antecede o território e nele as relações sociais são materializadas pelo ser humano. Assim, o território resulta das relações e representações de apropriação, poder e conflito.

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios" (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Subordinada aos interesses do processo de reprodução da acumulação capitalista, Anjos (2009) elenca que a matriz africana é o elemento cultural expressivo na formação do povo brasileiro e se constitui enquanto referências simbólicas no território, identidade, pertencimento territorial de origem comum, conquista da autoafirmação de luta e os conflitos históricos opressores. “A identidade social não é um estado fixo, imutável, ou algo que pode ser imputado desde fora e de modo unilateral, mas, acontece desde uma dinâmica relacional que envolve todo o conjunto de forças em movimento na sociedade” (LEITE, 2010, p. 20).

A identidade social trazida por Leite (2010) reconhece a autodeterminação dos povos legitimada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A autodeterminação perpassa pela construção interna aos grupos de noções de práticas de pertencimento que estão relacionadas com dinâmicas e forças sociais em mudanças. Na compreensão de Arruti (2006), a legislação promoveu uma mobilização pelo reconhecimento de direitos territoriais, organização política e recuperação de memórias e laços históricos de comunidades negras. Trata-se de uma comprovação da identidade e territorialidade negra.

As comunidades quilombolas reivindicam a regularização dos territórios sociais, tradicionalmente ocupados, em que suas origens estão relacionadas com o processo da escravidão. Essa principal demanda por terra pode ser legitimada pelo reconhecimento do Estado através de legislação. Inseridos numa ‘política afirmativa’ governamental, as comunidades são incluídas em políticas públicas como o Programa Bolsa Família⁵⁵ enquanto condição para recebimento dos projetos e créditos.

A política de regularização fundiária quilombola representou a partir do governo Lula, em 2003, um grande avanço na demarcação e regularização dos territórios. Mesmo que, a política pública represente uma funcionalidade para lógica de reprodução capitalista, é necessário desconcentrar nossa estrutura fundiária concentradora. Saindo de um cenário de regime militar, e entrando no contexto político e social de redemocratização do país, emerge no entendimento de Leite (2010) o reconhecimento do direito quilombola de grupos invisíveis na sociedade brasileira.

⁵⁵ É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Atende mais de 13,9 milhões de pessoas e busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde

A afirmação política dos grupos negros urbanos e rurais foi notável na luta pela regularização fundiária do direito territorial dos descendentes de escravos africanos, através do artigo 69 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988.

A maior parte das lideranças dos agrupamentos negros tomou conhecimento do direito constitucional no final anos 80, quando aprofundaram um conjunto de proposições assentadas em suas próprias experiências e pontos comuns apresentados nas diversas reuniões que se seguiram em todo o país. Essas proposições ancoraram-se, sobretudo, nos relatos compartilhados sobre o teor dos conflitos territoriais existentes no país há mais de um século (LEITE, 2010, p. 21).

O reconhecimento dos territórios quilombolas denominados por Leite (2010) como jurídico-formais implicam na exposição de conflitos seculares e confrontam a lógica universal imposta. O principal opositor do reconhecimento legal dos territórios quilombolas era o Partido da Frente Liberal (PFL) que através de uma ação de Inconstitucionalidade (ADIN), em 2004, tentou anular o decreto 4.887.

O decreto era inovador porque reconhecia um direito antes negado a um grupo expor suas necessidades, além de permitir que a identidade social seja autoatribuída pelos próprios sujeitos, visto que não cabe ao poder público defini-las, apenas conceder o título do território, possibilita a regularização dos territórios tradicionais de povos antes invisibilizados na ordem jurídica. Segundo entrevista com a presidente da comunidade quilombola “estamos aguardando o governo liberar o dinheiro para pagar eles. Mas, o que o pessoal do INCRA nos disse é que não tem recurso para pagar. Enquanto isso, continuamos lutando para agilizar” (PESQUISA DE CAMPO, 2019)⁵⁶.

Em tempos de governos neoliberais que visam criminalizar os movimentos, grupos sociais de luta e o corte das verbas destinadas às políticas sociais, a justificativa do INCRA é que os quilombolas estão aguardando o pagamento aos proprietários da Fazenda Coqueiral pelo Estado para acontecer a desapropriação do imóvel.

As comunidades quilombolas constituem-se grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem comum ou

⁵⁶ Entrevista com Patrícia dos Santos, liderança e presidente da associação comunitária.

ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros (ARRUTI, 2006, p. 39).

A demarcação dos territórios quilombolas expressa a resistência negra de luta contra uma estrutura fundiária concentradora e institui conforme Silva (2010) uma nova modalidade que possibilita novas formas de acesso à terra através do discurso da identidade. A memória e o discurso étnico também são determinantes no processo de reconhecimento da identidade.

“A identidade reside na construção de uma consciência sobre si e sobre os outros do grupo” (SANTOS, 2014, p. 24), envolvendo uma construção social histórica marcada pelas relações de força e de poder das classes no território. Em 07 de fevereiro de 2019 houve uma reunião na associação comunitária com os funcionários do INCRA, cujo objetivo foi aprovar um Termo de Reconhecimento de Posse que funciona como instrumento da titulação da terra para que cada família cadastrada pudesse receber um crédito de R\$ 5.200,00 reais. A ata foi lida por Lindiane Amorim de Souza, funcionária do INCRA. Depois, foi escrita uma ata de aprovação do termo e inserido no processo.

O termo reconhece a posse da área consolidada pelos quilombolas, ou seja, não é o território total, mas sim a área de moradia, uso da terra e produção comunitária porque a fazenda ainda não foi desapropriada. Por esse motivo a área das fazendas não entra nesse termo. É importante destacar que o termo não se confunde com a escritura. Esse crédito concedido por família cadastrada foi resultado das Políticas do Programa Nacional de Reforma Agrária, inserido na linha de Crédito Instalação⁵⁷ que se constitui na primeira etapa garantido pelo INCRA. O crédito é destinado para permitir e garantir o desenvolvimento das atividades produtivas. Dentro dessa linha de Crédito Instalação, a comunidade quilombola foi contemplada com o Apoio Inicial.

Para ter acesso ao crédito, as famílias devem estar com a atualização dos dados cadastrais junto ao Incra, no Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico) e assinatura do Contrato de Concessão de Uso (CCU) que transfere o imóvel rural ao assentado em caráter provisório. Esse Apoio inicial consiste em possibilitar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos.

⁵⁷ Essa política está definida através do decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018 que regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do programa Nacional de Reforma Agrária.

A partir de janeiro de 2019, no governo de Jair Bolsonaro, foi bloqueado o crédito impossibilitando as demais famílias receberem. A bancada ruralista, formada pelos representantes dos interesses do agronegócio enxerga a demarcação das terras tradicionais como ‘pedras nos sapatos’, ‘atrasos’ para o desenvolvimento e progresso econômico do Brasil.

A realidade de retrocesso é evidente no governo atual que entre outras medidas, em 01 de janeiro de 2019 logo após a posse, editou a Medida Provisória 870/2019⁵⁸ com finalidade de transferir a demarcação das terras dos indígenas e dos territórios tradicionais quilombolas aos ruralistas, tendo em vista que representava uma ameaça direta e perseguição aos líderes dos movimentos sociais de luta. A proposta contida na Medida Provisória, que foi revogada, consistia em transferir a demarcação das terras quilombolas e indígenas de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao Ministério da Agricultura⁵⁹, Pecuária e Abastecimento o dever de realizar os estudos de identificação, delimitação, demarcação e registro de áreas. A comunidade tradicional reflete um território étnico, político, econômico e cultural, socialmente e historicamente construído, segundo as relações de força e poder existente.

As intensas mobilizações de luta e a lentidão dos processos de titulação das terras para Leite (2010) configuram um estado de incerteza, sobremodo submetido à cultura cartorial, criada pelos donatários e para atender a seus interesses. A titulação das terras das comunidades quilombolas tornou-se um instrumento de desconcentração da propriedade fundiária, contrapondo-se à dominação oligárquica.

5.3 - Terra Dura e Coqueiral: o reconhecimento legal do quilombo

A existência do território do Quilombo Terra Dura e Coqueiral remonta ao século XIX, quando os ex-escravos que trabalhavam na fazenda Coqueiral, passaram a ocupar as terras que beiravam a fazenda. Dona Raimunda dos Santos, fundadora da Associação Comunitária dos

⁵⁸ Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios quanto à estrutura, objetivos, funções e competência da administração pública federal.

⁵⁹ A ministra Tereza Cristina do DEM/MS, ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) comanda a pasta, assim como o poder sobre a demarcação das terras tradicionais. A Frente Parlamentar da Agropecuária é resultado da Frente Parlamentar da Agricultura criada em 1995, de caráter associativo entre os membros. Defende a permanência dos direitos de propriedade, a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio, a modernização da legislação trabalhista, fundiária e tributária, além da regulamentação da questão de terras indígenas e áreas quilombolas, a fim de garantir a segurança jurídica necessária à competitividade mundial do setor e consolidar o posicionamento da cadeia produtiva do agronegócio quanto aos assuntos em tramitação no Congresso Nacional.

Remanescentes de Quilombo Terra Dura e Coqueiral - CNPJ 15.000604/0001-05, com 108 pessoas autorreconhecidas como quilombolas, permaneceu na liderança como presidente da associação até 05 de janeiro de 2015. Atualmente, a associação conta com aproximadamente 200 famílias autodeclaradas, sob a liderança de Patrícia dos Santos. As reuniões dos quilombolas na associação comunitária acontecem uma vez por mês, geralmente na segunda semana, especificamente aos sábados. Nas reuniões são levantadas pautas de luta pela terra, as dificuldades que os quilombolas associados estão enfrentando, como as de ordem financeira das famílias, o desemprego, as políticas de assistência social.

Figura 11: Dona Raimunda apresentando a história da sua luta, 2019.



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Em entrevista, Dona Raimunda disse: “Meu pai fazia os valados porque naquele tempo não tinha o arame para dizer o limite e dividir a terra”. Na época que ocorreu o movimento de libertação dos escravos, os antecedentes dos quilombolas receberam dos senhores as terras que

hoje pertencem ao quilombo (PESQUISA DE CAMPO, 2018)⁶⁰. Nascida em uma família composta por quinze irmãos, destes, onze são homens, cujos braços fortes trabalharam na fazenda Coqueiral, Dona Raimunda iniciou as lutas junto à comunidade para obterem o reconhecimento do território quilombola. A história do território remonta aos seus ancestrais⁶¹ que trabalharam duro na terra para o senhor da fazenda Coqueiral⁶². Ver figura 12.

Figura 12: Dona Raimunda e a Pesquisadora, 2019.



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Essas terras eram conhecidas por serem ‘ruins’, ‘duras’ não prosperam para o plantio decorrente da pouca disponibilidade de acesso à água. O termo: *pedra mole, pedra dura, tanto bate até que fura*, denomina as características fisiográficas do território da Terra Dura e

⁶⁰ Entrevista realizada com Dona Raimunda.

⁶¹ Escravo Francisco Rosa dos Santos, seu pai e a escrava Maria José dos Santos, sua mãe.

⁶² A proprietária é Marieta Barreto Prado e outros.

Coqueiral (PESQUISA DE CAMPO, 2019)⁶³. A partir de então, as famílias passaram a resistir naquelas terras, plantando nas roças como estratégia de reprodução de vida e sobrevivência. Desde 2002, Dona Raimunda resolveu estudar e pesquisar sobre suas origens e ancestrais para saber sobre a história dos quilombos e como poderia buscar informações sobre os direitos de reconhecimento de posse da terra. Lembrava Dona Raimunda que sua falecida escrava mãe dizia:

Somos raízes de escravos! Essa foi a frase nunca esquecida por ela e se tornou uma motivação da quilombola em ir em busca da sua história e lutar pelos direitos. Minha mãe foi criada como mocamba da finada Joana. Seu Joãozinho que casou com dona Rozinha era dono do Coqueiro. Minha mãe viu um tia minha morrer cega por conta do trabalho na fornalha do engenho⁶⁴.

Relata a quilombola: “saí batendo cabeça”, enfatizando as dificuldades no caminho percorrido até chegar ao INCRA sobre o processo de reconhecimento da sua identidade quilombola. No início das reuniões comunitárias, na associação, Dona Raimunda destacou a dificuldade em organizar as pessoas da comunidade para ouvi-la e ter conhecimento sobre os direitos, a história de seu povo (PESQUISA DE CAMPO, 2018)⁶⁵. O desafio de envolver a comunidade na luta pela terra com pouco tempo, foi sendo superado, tendo em vista o interesse em saber sobre os direitos que são constantemente negados.

Discorrer sobre pertencimento significa reconhecer a relação íntima do ser humano com a terra e o lugar. A identidade quilombola é firmada no território através da realização do trabalho na terra nas relações de reprodução social da vida. O sentimento de pertencimento constrói a identidade nas relações cotidianas. Na análise de Martins (2014) é no cotidiano que estão as relações sociais enraizadas, as desigualdades não superadas da sociedade que vive o vislumbre da riqueza e acumulação do poder. Na sociedade moderna os indivíduos são considerados iguais perante a lei, porém nas relações econômicas e sociais são considerados desiguais. Se por um lado, na construção social moderna, a igualdade não pode acontecer entre os indivíduos, por outro lado mascara as relações como raça, gênero e idade. A maioria dos quilombolas nasceu na comunidade, outros vieram para trabalhar na fazenda.

A identidade ainda para Martins (2014) foi construída na historicidade do cotidiano das relações sociais e ações entre grupos dominadores e dominados. Para Martins (1998) a vida

⁶³ Lembrança de Dona Raimunda relatada com convicção sobre a fala que foi no passado, proferida por seu pai.

⁶⁴ Depoimento de Dona Raimunda.

⁶⁵ Conversa informal com Dona Raimunda dos Santos em sua casa, realizada em 04 de setembro de 2018, pela manhã.

cotidiana está sendo um refúgio de negação da História e na descrença do homem em seu futuro. Ao mesmo tempo em que acredita que é o homem cotidiano o responsável pela busca dessa esperança.

O cotidiano foi reduzido ao efêmero, de ações imediatizadas de uma falsa temporalidade que visa apenas sobreviver nesta sociedade moderna. A Sociologia da vida cotidiana se preocupa nessa compreensão, em buscar o tempo histórico, a historicidade das ações e do pensamento em que a alienação e a anomalia definem o tempo histórico fugaz, tomado como ‘normal’ da modernidade “tornou-se uma necessidade social, existencial e mesmo política de urgência” (MARTINS, 2014, p. 10).

A Sociologia do cotidiano nos permite uma investigação do visível e aparente das relações sociais cotidianas e o foco e a temporalidade são chaves fundamentais na análise sociológica, sobretudo em tempos de aprofundamento da pobreza e perda da esperança que reduz nossa vida social ao agora.

A mesma sociedade que cria, reproduz e multiplica diferenças cria os meios de maquiagem e mascaramento dessas diferenças, o que põe a sua manifestação e o seu exercício como direito numa tensão permanente, tendente a anular a força identitária que a diferença contém. Além do que, a vida cotidiana na sociedade contemporânea está marcada por identidades transitórias que as inscrevem no plano do que se pode definir como moda, identidades diferentes das identidades históricas porque determinadas por uma obsolescência social de curto prazo e uma eficácia superficial e passageira (MARTINS, 2014, p. 169).

As desigualdades conforme Martins (2014) se configuram como problema estrutural social. A busca de novas identidades tem negado a historicidade dos processos sociais e, considerando, o fato de que os “novos” não são novos e sim novos modos de ser e de expressar social e historicamente. Os sujeitos vivem nas aparências e não o historicamente possível de que são protagonistas, com isso abrem margem para construção das identidades transitórias. Nota-se na historiografia quilombola brasileira, a luta pelo reconhecimento das terras e as narrativas dos antepassados. Os territórios quilombolas representam a concretização das conquistas dos afrodescendentes brasileiros, que resultaram das resistências ao regime opressor escravagista, de um caminho histórico próprio de relações territoriais singulares e da ancestralidade negra. As relações territoriais próprias que caracterizam a historiografia quilombola determinaram um cotidiano de luta e resistência. O lugar apresentado por Santos

(2006) não pode ser compreendido apenas pelas suas limitações de pertencimento, pois é nele que se estabelecem relações verticais e horizontais com o mundo. As relações verticais podem ser entendidas pelas redes de comunicação que permitem o indivíduo está diretamente informado e conectado com o mundo. Nessas redes circulam em celeridade as mercadorias, aumentando o consumo em massa orientado pelas ações condicionadas das empresas. Já, as relações horizontais podem ser entendidas pela comunicação solidária de laços sociais entre as pessoas em reciprocidade. É no local que intensifica a individualidade e a particularidade do ser que vivencia os problemas e tensões em seu cotidiano apreendido. Nesse cotidiano de (re) existência são dados novos significados e novas proximidades como a dinamização do comércio mundial difundidas com a informação e comunicação.

Carlos (1996) destaca a reafirmação do cotidiano para a reprodução da nossa vida, no qual a desigualdade está posta diferenciando os espaços em que o tempo ‘encurtou’ as relações econômicas reduzindo as distâncias para circulação da mercadoria, promovida pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia aplicado ao processo produtivo. Para a autora o cotidiano é revelado no lugar que adquire expressão mundial por meio da mundialização, modificando seu conteúdo sem anular as particularidades. É nele que o movimento da história é apreendido pela memória social porque o mundo moderno é construído no lugar determinando sua totalidade, ou seja, é o prático-sensível. “O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar” (CARLOS, 1996, p.20). Essa tríade demonstra que o lugar é onde a história concreta acontece, pois é o corpo do sujeito que se apropria do espaço e sente os processos sociais de exclusão, expropriação. É nesse lugar que a história ganha sentido, pois é vivido e experienciado em constante produção e conflitos. Os quilombolas produzem seus territórios sob diversas formas de uso, apropriação do ambiente e utilização compartilhada do solo para se reproduzirem.

Heller (1970) também estuda o cotidiano. Para ela, ninguém está alheio do cotidiano porque é nele que expressamos nossa vida, individualidade, ações, valores, os sentidos etc. A cotidianidade é a realidade social apresentada, nela adquirimos habilidades e assimilamos as relações sociais para viver diante da manipulação social que nos é posta. A sociabilidade em grupo permite que o homem aprenda os elementos do cotidiano porque a vida cotidiana é o centro da história. Os interesses universais e particulares são revelados no cotidiano porque ele é heterogêneo e diverso. O cotidiano vivido no regime escravocrata pelos escravos mostrou-se uma realidade social silenciada, violenta e destruída. Para atender a lógica universal econômica, eles foram submetidos às variadas estratégias violentas de controle e opressão como o tráfico

transatlântico, castigos, trabalho forçado e degradante. A identidade histórica, isto é, aquela que reconhece o processo histórico da luta se constitui em um horizonte de esperança. Os quilombolas da Terra Dura e Coqueiral argumentam sobre o direito e legitimidade da luta pelo direito à terra ancestral que os antecedentes negros trabalharam duro sob situações de intenso sofrimento, falta do que comer e exploração não somente física, como também do esgotamento da alma na lida do trabalho cotidiano nas senzalas das fazendas.

A identidade quilombola histórica dos moradores da Terra Dura e Coqueiral evidencia essas relações construídas no regime escravagista brasileiro, como disse Dona Raimunda: “Seu Agripino veio da senzala do Coqueiro. Ele construiu sua casinha e começou a plantar nessas terras. Mas, os homens veio e foram tomando suas terras” (PESQUISA DE CAMPO, 2019)⁶⁶. Demonstra-se em sua fala como a usurpação da terra ocorria, por meio do avanço dos senhores de engenho de cana-de-açúcar na região, sendo legitimado. Figuras 13 e 14: Ruínas da senzala.

Figura 13: Ruínas da senzala na Fazenda Coqueiral, 2013



Fonte: RTID, 2013. Fotografia de Breno Trindade.

⁶⁶ Entrevista com Dona Raimunda.

Figura 14: Ruínas da senzala na Fazenda Coqueiral, 2019.



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Disse o entrevistado 01: “Cheguei com apenas 14 anos de idade nessas terras para trabalhar na Fazenda Coqueiro como trabalhador rural, aquele do campo” (PESQUISA DE CAMPO, 2019)⁶⁷. O ser quilombola no entendimento dos quilombolas entrevistados da Terra Dura e Coqueiral expressa a luta histórica de seus antepassados que tiveram de enfrentar diante da exploração na fazenda, do trabalho intenso na terra plantada de cana-de-açúcar.

Isto é, a territorialidade quilombola está marcada por uma identidade histórica, diretamente relacionada com a condição escrava na constituição do território tradicional, dos sofrimentos e castigos nas senzalas, de não terem acesso à terra, bem como sob os mandonismos do senhor, dono da propriedade da terra. Para o entrevistado 02 “A lida na roça é sofrida, o trabalho é duro e muita das vezes fico esgotado pelo cansaço. Mas... Eu me sinto realizado em poder ter um pedaço de terra para plantar e trabalhar e garantir o sustento da minha família” (PESQUISA DE CAMPO, 2019)⁶⁸. A identidade quilombola representa a relação íntima com a terra, a possibilidade que o camponês adquire para produzir o seu próprio sustento familiar, sobretudo vender o excedente para reprodução e sobrevivência. Os quilombolas cultivam nas

⁶⁷ Entrevista realizada com quilombola.

⁶⁸ Entrevista com quilombola.

terras macaxeira, milho, verduras, batata doce para venderem seu excedente da produção nas feiras de Capela e Japaratuba. Além disso, criam animais como vaca, carneiro, galinha e porco. Figuras 15 e 16: Plantações em roça quilombola.

Figura 15: Quilombola plantando em sua roça, 2019



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Figura 16: Plantações de Milho e Macaxeira, 2019



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Para o entrevistado 03 “O negro sofreu na senzala e fugiu dos engenhos e formaram a terra-quilombo que moramos hoje” (PESQUISA DE CAMPO, 2019)⁶⁹. Quando indagados como e porque eles se identificam como quilombolas evidenciou-se a relação à cultura e raízes das tradições dos avós e antepassados em que os escravos sofreram trabalhando muito para atender os interesses dos senhores, da valorização da cor da pele diante da construção do preconceito e da discriminação racial, do trabalho da roça com o plantio da macaxeira e milho na terra. Disse o entrevistado 04: “Minha avó era uma linda neguinha, de raiz escrava. Somos quilombolas unidos que buscamos por melhorias e assistência em nossa para comunidade” (PESQUISA DE CAMPO, 2019). A identificação em ser quilombola também foi relacionada com a importância da associação comunitária na luta pela permanência de suas identidades e reconhecimento do direito territorial.⁷⁰ A construção da identidade perpassa pela valorização e participação dos quilombolas no reconhecimento espacial do lugar, os nomes e usos. O quilombola que nos guiou no campo mostrou os lugares da memória da territorialidade quilombola: a Fazenda Coqueiro também chamada pelos quilombolas de Casarão. No casarão moravam os donos da fazenda como podemos observar na figura 17. Por sua localização no alto tinham uma vista do que acontecia em volta do território, especialmente da vigilância da senzala.

Figura 17: Fazenda Coqueiral (Casarão), 2019



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

⁶⁹ Entrevista com Dona Raimunda.

⁷⁰ Entrevista com quilombola em sua casa.

A nascente Olhos D'água como podemos observar na figura 18 era o lugar onde no passado os escravos coletavam as águas para o consumo próprio e outras diversas atividades. Atualmente, a água está barrenta e não apresenta condições de consumo, apenas para irrigação das plantações.

Figura 18: Nascente Olhos D'Água, 2019



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

A publicação no D.U.O da portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007 da Fundação Cultural Palmares legitima o reconhecimento do Cadastro Geral das Comunidades Quilombolas sobre a declaração de autodefinição de identidade étnica dos povos, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 4.887/03 em que consideram os remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, conforme os critérios de autoatribuição, com trajetória histórica e relações territoriais singulares e específicas, com presunção de ancestralidade negra de resistência às opressões sofridas e negação de sua identidade.

Figura 19: Entrega da certidão de autodefinição da FCP



Fonte: SANTOS, Raimunda dos, 2012.

O momento de entrega da certidão para a quilombola “foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida e da comunidade. Todos ali presentes estavam felizes por nossa luta que não foi fácil em ter esse reconhecimento”⁷¹. A figura 19 destaca o momento em que Dona Raimunda recebeu a certidão de reconhecimento pela autodefinição de identidade étnica dos quilombolas, do território da Terra Dura e Coqueiral em Capela/SE, concedido pela Fundação Cultural Palmares em 08 de fevereiro de 2011, publicado no D.U.O no dia 10 do mesmo mês e ano, sob portaria nº 28. Estavam presentes nesse momento também representantes do INCRA e toda a comunidade quilombola. Para obtenção de reconhecimento do território quilombola foram cadastradas na associação comunitária 121 famílias, em 21 de outubro de 2013, que moram na comunidade quilombola Terra Dura e Coqueiral. Em 08 de fevereiro de 2011, o Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares, concedeu à Comunidade Quilombola Terra Dura/Coqueiral a certidão de autodefinição, através de portaria nº 28 de novembro de 2007, publicada no D.O.U em 10 de fevereiro de 2011. Em 25 de fevereiro de 2011 a comunidade abriu processo na Superintendência Regional de Sergipe SR-23 e junto ao INCRA com finalidade de identificação, delimitação, reconhecimento e titulação. Figura 20.

⁷¹ Depoimento de Dona Raimunda, liderança da comunidade.

Figura 20: Certidão de Autodefinição




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

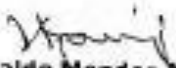
Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.000553/2011-45 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE TERRA DURA E COQUEIRAL**, localizada no município de CAPELA/SE, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.456, fl. 072, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a exprei, Brasília/DF, **08 de fevereiro de 2011.**

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes Araújo
(Zulu Araújo)
PRESIDENTE

SBS QD 02 LOTE 11 - Ed. Ulysses - Brasília/DF - CEP: 70070-045 - Brasília - DF - Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-tax: (0605) 3424 0143
 E-mail: atendimento@fcp.gov.br / Site: www.palmars.gov.br

A existência do regime é uma situação precária (Wally Salomão)

Em 3 de outubro de 2011, os quilombolas, através da Associação Comunitária, contendo 108 assinaturas, solicitaram, sob o argumento da condição de miséria das famílias, na Superintendência Regional-23 o início dos estudos técnicos para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território (RTID) que ocorreu em 15 de março de 2012 constado em Ata Preliminar de Aprovação. Segundo Arruti (2006) os antropólogos produzem os laudos de reconhecimento étnico-territorial desde 1992, e de reconhecimento territorial a partir de 2003.

As reivindicações das comunidades quilombolas sobre seus territórios tradicionalmente ocupados representam processos transformadores complexos, que perpassam a questão das identidades e também de novos mecanismos políticos e canais de negociação entre as comunidades organizadas e o poder público. A regularização de territórios quilombolas, executada pelo INCRA, remete-nos a um processo de reforma agrária acionado desde uma linguagem da diversidade étnica, ou seja, à tentativa de democratizar o acesso à terra usando um caminho diferente daquele usualmente trilhado pelos movimentos sociais rurais no Brasil (ARGUEDAS, 2014, p. 1-2).

Discorrendo sobre a autoatribuição da identidade e a regularização dos seus territórios, Arguedas (2014) reforça que os quilombolas são os sujeitos habilitados diante da sua história para se autorreconhecerem. Foi instituída uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-3239) em 2004 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente conhecido por Democratas (DEM), contra o Decreto 4.887/2003. Interpor a regularização fundiária de quilombos, na visão do autor evidencia uma disputa política, jurídica e territorial. É necessário acrescentar nessa análise o caráter dos interesses econômicos das classes, diante dos itens de questionamentos da ADI sobre como é estabelecido o processo de desapropriação de terras reivindicadas pelas comunidades, a autoatribuição e a definição dos territórios com base em informações fornecidas pelas próprias comunidades interessadas. As territorialidades espacializadas no território são marcadas pelas disputas territoriais de luta e conquista da terra, através do direito territorial concedido pelo Estado.

Foi possível constatar na comunidade que os quilombolas da Terra Dura e Coqueiral ocupam postos de trabalhos que perpassam pelo registro formal com carteira assinada, bem como informal de atividades sem registro legal trabalhista. O trabalho de carteira assinada está relacionado com a Usina Taquari, localizada em Capela, na vila Miranda. Elas juntas a cana em

móios⁷² grandes porque, se for pequeno, a máquina não pega. É o resto que a máquina não consegue pegar. Além da bituca, elas trabalham no campo plantando e adubando a cana também (PESQUISA DE CAMPO, 2019)⁷³.

Os homens trabalham como trabalhadores rurais, sobretudo no corte da cana, conhecidos como ‘boia fria’ e as mulheres trabalham como bituqueiras, coletando o resto da cana que cai da máquina. Os quilombolas que trabalham na usina Taquari estão submetidos às condições degradantes de trabalho, em que o salário que recebem dá apenas para sobreviverem. Também verificamos que mulheres quilombolas trabalhavam como doméstica em Aracaju.

No entanto, a maioria dos quilombolas cultiva e trabalha em suas terras chamadas de roças de família, com instrumentos como enxada, limpando e abrindo as covas para o plantio. Sua produção é vendida na feira de Japaratuba, município vizinho, bem como é comercializada na própria comunidade, sendo condição da reprodução da vida. O trabalho na terra das famílias quilombolas se contrapõe à lógica do plantio realizada na Fazenda Ladeira, onde foi possível observar a mecanização, uso de tratores no plantio da cana-de-açúcar, cultivada historicamente pelos proprietários.

Em relação à infraestrutura da comunidade quilombola existe calçamento de paralelepípedo nas ruas centrais, sendo as demais de estrada de chão, com solos expostos. Não existe saneamento básico e tratamento do esgoto, ficando a céu aberto. Há abastecimento de água e energia elétrica, serviços básicos de saúde por meio da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), as casas são de alvenaria decorrente do Programa Minha Casa Minha Vida que possibilitou o acesso à moradia aos quilombolas que não tinham onde morar conforme figuras 21 e 22.

⁷² São as grandes quantidades de cana-de-açúcar organizadas em fileiras.

⁷³ Entrevista com uma feitora.

Figura 21: Estrada com calçamento de paralelepípedo no centro da comunidade



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2018.

Figura 22: Rua sem calçamento



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2018.

As atividades de lazer organizadas pelas lideranças comunitárias do território estão relacionadas com as práticas culturais festivas do São João Batista, festa do mastro que remete à busca de uma árvore na mata que no período da noite é queimada, batalhões, cavalgadas e

leilões. Além dessas práticas, acontece no mês de novembro, da consciência negra, o Festival Cultural de Arte e Cultura, que completou (6) seis anos de realização como elencado nas figuras 23 e 24.

Figura 23: Apresentação do grupo percussão



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

Figura 24: Grupo folclórico da comunidade quilombola Patioba



Fonte: SANTOS, Viviane Melo, 2019.

No festival são realizadas apresentações culturais dos grupos étnicos da comunidade e de comunidades vizinhas como do quilombo Patioba. Observa-se uma relação de solidariedade nas manifestações culturais e reciprocidade quanto ao envolvimento das comunidades.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Fernandes (2007) no processo de formação social brasileira as condições de vida dos negros permeadas na marginalidade foram denunciadas. A condição social de ser negro e mulato estava condicionada pela desigualdade racial. O discurso da miscigenação sustentou hegemonia da raça branca dominante que fortalecia suas técnicas de dominação racial para garantir a reprodução da ordem social escravocrata.

É o negro de alma branca temente ao seu senhor e a ordem social vigente o imobilizava de exercer a sociabilidade em determinados ambientes. Não existe igualdade social entre as raças, tendo em vista a universalização do trabalho livre e a competição com a força de trabalho do imigrante.

A modernização não se processa de forma igualmente homogênea em todas as esferas da vida social. A implantação da ordem social competitiva teve consequências profundas, principalmente para o desenvolvimento econômico e a orientação do capitalismo numa direção típica do mundo moderno. Todavia, a ordem social competitiva não se impôs por igual em todo o Brasil. De um lado, seu desenvolvimento rápido coincidiu com a expansão do café e com o surto urbano-industrial do Sul. Ela beneficiou os círculos da “raça dominante” que ocupavam posições estratégicas na estrutura de poder econômico e político e, numa extensão um pouco menor, de início, os imigrantes europeus. De outro lado, ela alimentou o comportamento inovador das elites no poder e dos grupos ascendentes de modo confinado (FERNANDES, 2007, p. 48).

As contradições vividas pelos negros e mulatos de acordo com Fernandes (2007) não foram pautas de preocupações em nível de integração na sociedade de classes e nas relações raciais. No contexto de 1940 destaca-se o eixo Rio-São Paulo repercutindo na absorção desigual e no atraso das outras áreas do país e a desigualdade na distribuição da renda. Da lentidão que se processou da inserção desigual do negro e mulato nas fábricas em São Paulo como tentativa de resolver a questão racial para o desenvolvimento socioeconômico, preservou-se a concentração da renda, desprestígio social e do poder dos brancos.

“Raça e classe nunca se combinaram da mesma maneira, depois da desagregação da ordem social escravocrata e do modo de produção escravista” (FERNANDES, 1998, p. 15). A ideia de que o negro se igualaria ao branco ocultando a discriminação de raça reforça a marginalização do negro e do mulato na sociedade de classes.

A demarcação e titulação das terras tradicionais quilombolas no Brasil ocorreu de modo estrategicamente tardio. O número de áreas decretadas e o número de famílias beneficiadas são

baixos. A historiografia do nosso país revela que nunca houve um interesse do Estado em desconcentrar a terra, pois a tradição secular consiste em perseverar nos privilégios para os donos da terra, negando à maioria do seu acesso.

Para manter os privilégios da classe dominante, legitimou-se um regime de exploração, a subjugação do outro, bem como a espoliação da condição do ser humano em detrimento da usura pelo lucro. Mitos foram postos como verdades absolutas e discursos foram forjados num ideal nacional consensual e homogêneo, justificados pela ciência e aclamados na construção da jovem nação brasileira. Observa-se que o regime de organização e distribuição da terra em nosso país, desde à lógica de doação pela coroa portuguesa no sistema de sesmarias e a Lei de Terras de 1850, conserva a propriedade privada desigual, concentradora e excludente, aumentando por um lado, o tamanho da área para uma minoria detentora do poder político e econômico e, por outro lado, diminuindo a quantidade de terras para a maioria despossuída dos privilégios e dos meios de produção.

O sistema escravista enquanto relação de produção social lucrativa ao período Colonial brasileiro, sustentou-se na exploração brutal dos africanos, capturados em seu país de origem e trazidos mediante uso da violência para trabalharem nas grandes lavouras agrícolas. A escravidão que durou trezentos anos de opressão, barbárie e injustiça deixou de ser central e lucrativa quando a lógica de acumulação capitalista impôs o trabalho assalariado como meio de exploração do outro destituído da propriedade e dos instrumentos de trabalho. Com a Proclamação da República forjou-se uma unidade consensual de nação patriota de população pacífica, negando toda e qualquer diversidade étnica existente.

Marginalizados desse processo, indígenas e negros tiveram sua fisionomia e cultura negadas na produção do conhecimento dominante, bem como justificados pela ciência como seres sujos, inferiores e bárbaros, típicos das características naturais apresentadas pela nobre civilização moderna que almejava alcançar o progresso. A marginalização, o racismo, a violência étnica e a inferiorização do outro estão engendradas nas raízes da historiografia brasileira, sendo base para interpretações cotidianas de situações de exclusão social sofrida pelos negros.

Contudo, avanços foram conquistados para consolidar o debate acerca das questões que permeiam a condição dos quilombolas na sociedade brasileira. Podemos elencar como resultado dessas conquistas a atuação do Estado no reconhecimento das identidades étnicas como os quilombolas do território Terra Dura e Coqueiral. Nesse processo de reconhecimento, estudos foram sendo levantados sobre as demandas da comunidade tradicional quilombola.

Entre as principais demandas, se destacou a necessidade de regularização do território historicamente ocupado pelos ancestrais. As narrativas levantadas pelos quilombolas versavam sobre as práticas de reprodução do modo de vida na terra, a exploração do trabalho não pago aos ancestrais na lavoura da cana-de-açúcar, os castigos que levavam na senzala da Fazenda Coqueiro, o reconhecimento da identidade étnica e histórica dos quilombolas e as resistências de lutas travadas cotidianamente pela reprodução e sobrevivência do território.

Considerar as narrativas proferidas por esses sujeitos como centrais no processo de reconhecimento do território tradicional valoriza o conhecimento da tradição oral da comunidade em que a pessoa que fala sobre sua história denuncia questões sociais da qual faz parte, possibilitando o direito de acesso à terra historicamente negada, consequentemente o reconhecimento territorial.

A ancestralidade atua como um direito à terra, sendo uma reparação histórica aos negros que foram espoliados da sua condição humana. A legislação que nas raízes da história brasileira negou aos negros o acesso à terra, hoje, esse mesmo Estado reconhece, embora ainda muito precariamente, o direito de reconhecimento fundiário. O reconhecimento do território tradicional quilombola enfrenta uma burocracia em seu processo de luta pela demarcação da terra, a qual impede o avanço das demarcações porque a questão quilombola incomoda.

A territorialidade quilombola foi a primeira forma de contraposição à sociedade portuguesa. A inferiorização do negro na sociedade brasileira se constitui numa herança do escravismo. Os negros resistem as pressões impostas pelos latifundiários. A territorialidade quilombola é uma forma de existência, recriação e reinvenção narrada cotidianamente. Trata-se de uma luta constante pela conquista e manutenção do território material e simbólico nas relações territoriais conflituosas.

A ideia de raça no contexto da colonização foi substancial para classificar socialmente as raças, sobremaneira inferiorizar o homem negro escravizado como invenção da modernidade. Legitimou a desigualdade dos povos, apontando o branco como única salvação da humanidade. O africano foi trazido para o Brasil como uma mercadoria. A desumanização do africano transformado em escravo negro, submisso aos ditames dos senhores brancos, foi sujeitado aos interesses da acumulação de capital que o transformou e reduziu em coisa.

A identidade segundo Bauman (2005) não surgiu de uma experiência humana, mas de uma ficção fruto da crise do pertencimento, tendo a realidade que se assemelhar ao plano das ideias, engendrada pelo Estado moderno que pretendeu incutir na consciência coletiva o pertencimento nacional de soberania territorial. O pertencimento e a identidade não são sólidos

tendo em vista as determinações sociais que lhe são impostas, podendo ser questionados. Daí a importância para o autor de o indivíduo se manter firme nesse mundo fluido, no caso da questão da identidade quilombola, está diretamente relacionada com a reprodução da vida na terra, pressupõe que os quilombolas permaneçam firmes no reconhecimento dos seus territórios tradicionais, face um cenário político e econômico de dismantelamento da identidade negra quilombola. A autodefinição, bem como a autoafirmação significam colocar sobre os interesses pessoais a solidariedade e os anseios da coletividade.

Podemos afirmar que a territorialidade quilombola é justificada pela correlação de forças política, econômica e cultural de um grupo social dominante sobre outro sujeito. A territorialidade quilombola expressa um valor particular porque reflete uma diversidade coletiva. A organização das comunidades quilombolas pelo reconhecimento ancestral dos seus territórios tradicionais vai além da conquista pela terra porque implica na continuidade, permanência e reprodução material e simbólica do seu modo de vida. O quilombo significa a materialização da resistência no espaço e no tempo, se contrapondo ao sistema escravocrata. A terra essencialmente necessária à reprodução do modo de vida quilombola é entendida por meio de valores simbólicos e materiais de uma herança ancestral coletiva, de uso e práticas culturais comuns.

Treccani (2005) aponta a necessidade de pensar políticas públicas de reparação tendo como argumento a exploração lucrativa pelos senhores da força de trabalho do escravo e do estigma de ser negro e das situações racistas. Foi enfrentada pelo movimento negro e conquistada a partir de 1988, no contexto de redemocratização do país, já que as normas constitucionais anteriores silenciaram essas demandas.

O artigo 68 do ADCT na Constituição Federal de 1988 foi decisivo para encadear os primeiros passos de visibilidade das comunidades espacialmente localizadas em todo o território. Os decretos a partir de 2003, no governo Lula, foram substancialmente importantes para regularizar as etapas seguintes de efetivação da política territorial. O maior desafio consiste na invisibilidade econômica, política e social das comunidades negras como foi demonstrada a situação dos quilombolas da Terra Dura e Coqueiral, desempregados e sem a assistência devida do Estado para valorização do território.

Temos em nossa sociedade dominante uma aversão à legitimidade das lutas das classes oprimidas no processo histórico marcado pelo genocídio de povos nativos, discriminação, preconceito e racismo. Com a abolição, a elite ilustrada e o Estado tentaram de diversas formas apagar as questões desiguais que segregaram raças. A integração harmônica dos negros, brancos

e indígenas foi vendida num imaginário coletivo nacional como suposta democracia racial. As ações pleiteadas pelo movimento negro visam desconstruir com a ideia romantizada desse passado nacional harmonioso e igualitário. Sobre as ações de luta do movimento negro podemos destacar o reconhecimento do racismo na sociedade de classes pelo Estado brasileiro, apontando sua responsabilidade, ações afirmativas de integração do negro e o direito territorial de demarcação das terras negras.

A maioria da população do campo é negra e marginalizada do acesso à terra, vivendo sob condições de miserabilidade social. Existe uma tentativa hegemônica de silenciar a articulação entre questão agrária e questão racial porque evidencia a luta da classe trabalhadora sem-terra e do movimento negro. Exemplo disso é a nomeação no governo de Jair Messias Bolsonaro de ministros para coordenarem as atividades no Instituto de Colonização e Reforma Agrária e a Fundação Cultural Palmares, sendo por um lado, uma ação estratégica de defesa dos interesses do capital, e por outro lado, a negação dos direitos da classe trabalhadora, oprimida, impedindo a demarcação dos territórios quilombolas e o reconhecimento da certificação que atesta a identidade negra.

O negro é considerado um problema para o país e contraria os interesses de donos de terra, bem como do agronegócio. Vivem numa segregação racial e social em que a discriminação e o preconceito são considerados neutros, porém visíveis nas ações cotidianas. O racismo contra as comunidades negras no Brasil foi denunciado pela Conaq (2018) ao demonstrar que é elemento estruturante das relações de poder, sendo a diáspora negra e a escravidão atos de violência e desumanização. Os quilombos são espaços de resistência e enfrentamento ao sistema escravocrata. As leis que antecederam a abolição em 1888, como a Lei Eusébio de Queiroz, visaram impedir os negros do acesso à terra.

As comunidades quilombolas desde a escravidão vivem em estado de tensão. O território é disputado pela propriedade da terra. Coleta de dados sobre a violência contra os quilombos no Brasil da Conaq (2018) revelou que em 2017 foram registrados um total de 18 assassinatos, um aumento de 350% comparado com o ano de 2016. Além dos assassinatos foram registradas torturas, ameaças, prisões ilegais etc. Essa situação de violência que colabora para violação dos direitos humanos étnicos contribui para invisibilidade da violência e a legitimação do racismo.

A lentidão do reconhecimento da política pública de demarcação das terras tradicionais quilombolas também é responsável pelo crescimento da violência porque a insegurança jurídica legitima ações bárbaras que sucumbem corpos nos territórios tradicionais. Esta realidade

configura um desmantelamento proposital da política pública territorial para a demarcação dos territórios. Ações de violação não faltam para tentar acabar com a política de reconhecimento territorial quilombola. Diante da configuração da estrutura fundiária existente, defender as lutas pela sobrevivência, resistência e o reconhecimento do território negro historicamente negado, se constitui numa opção social, comprometida com uma geografia que busca dar visibilidade e que não compactua com os silenciamentos e as faltas de reparações pelos trezentos anos de opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**: Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1947.

ALMEIDA, Maria da Glória. **Nordeste Açucareiro (1840-1875)**: desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN, 1993.

_____. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana M. (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, 1991.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Catarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora EGV, p. 43-82, 2002.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão**: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África brasileira: geografia e territorialidade. **Revista Palmares**. Brasília, ano 5, n. 5, p. 56-68, 2009. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=6320>. Acesso em: 18 out. 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

ARGUEDAS, Alberto Gutiérrez. Território e Identidade Quilombola: uma reflexão sobre a emergência de novos sujeitos sociais e políticos no Brasil. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: AGB, 2014, 1-14.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: Antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

_____. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In M. Paula, & R. Heringer (Orgs.), **Caminhos convergentes**: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Henrich Boll, p. 75-110, 2009.

BAKER, A. R. H. **Geography and History**: Bridging the Divide. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BARBOSA, Maria R. de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016.

BOMFIM, Wellington de Jesus. **A “luta pela terra” no processo de regularização fundiária de território quilombola**: o caso da comunidade Brejão dos Negros (SE). 2017. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. **Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988**. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Brasília: FCP, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7668.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Brasília: INCRA, 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1110.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 98 de 26 de novembro de 2007**. Institui o Cadastro Geral de remanescentes das comunidades dos quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres. Brasília: FCP, 2007. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

_____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/243-instrucao-normativa-n-57-20102009>. Acesso em 09 nov. 2019.

_____. Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Instrução Normativa nº 56, de 07 de outubro de 2009**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/238-instrucao-normativa-n-56-07102009>. Acesso em 09 nov. 2019.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista Economia**, Brasília, v.13, n.3, p.897–916, 2012.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista Histórica do Governo do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 2, 2005.

COAN, Marival. Formação e desenvolvimento da Nação e do pensamento científico e social no Brasil e o papel da educação. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 42, p. 39-53, 2011.

CONAQ. **Relatório Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil**. Brasília, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n.1, v. 27, 24, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

_____. Questão agrária hoje. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Parte I, p. 12-19.

DEMO, Pedro. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, nº 2, p. 349-373, 2003.

DINIZ, Diana Maria de F. Leal. (Cord) **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

DINIZ, Rosa Maria Souza. **Capela, um município açucareiro em Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2000.

ERTHAL, Rui. **Geografia Histórica: considerações**. Revista GEOgrafia, Rio de Janeiro, n 9, p. 29-39, 2003.

ESTEVEES, Marcel Petrocino. Elementos do direito de propriedade e uso do território por comunidades tradicionais no Brasil: subsídios do pluralismo jurídico e dos interstícios constitucionais. **Geocrítica**, Barcelona, 7-12, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. Tradução de Renato da Silveira.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

_____. O protesto negro. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v. 2, p. 15-17, 1988.

FERRANTE, Vera Lucia S. B. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: ideologia e realidade. **Perspectivas**, Araraquara, v. 1, p. 188-202, 1976.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe (Do Golpe de 15-11-1889 ao Golpe de 31-3-1964)**. v. 1. Aracaju, 1986.

FILHO, Duílio Battistone. A Escravidão dos Negros em Campinas. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Campinas**, Campinas, 2017. Disponível em: <https://ihggcampinas.org/2017/11/16/a-escravidao-dos-negros-em-campinas/>. Acesso em: 13 de junho de 2019, às 19:23.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. **Revista Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.115-126, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino F. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão Capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista História**, São Paulo, p. 153-162, jan/jul. 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas no Brasil: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Ed. revisada e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GORENDER, Jacob. Liberalismo e escravidão. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 209-222, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

HILL, Marcos. **“Mulatas” e negras pintadas por brancas: Questões de etnia e gênero presentes na pintura modernista brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2017.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IBGE, 2017.

JUNIOR, Marcos M.; BARBOSA, Humberto J. N.; SÁ, Tiago H. de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 77, set. /dez. 2017.

KILOMBA, Grada. "The Mask". In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus.

LAJOLO, Marisa. **A figura do negro em Monteiro Lobato**. 1998. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/lobatonegros.pdf>. Acesso em: 13/11/2019.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**, v. 4, n 2, p. 333-354, 2000.

_____. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, set/dez, p. 965-977, 2008.

_____. Humanidades Insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner de A. **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**, p. 17-40, 2010.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Anastácia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

_____. **Negrinha**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

MARQUES NETO, Raul. **Monopolização do Território pelo capital agroenergético em Capela-SE, subordinação e resistência da classe camponesa**. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), São Cristóvão.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Uma sociologia da vida cotidiana** – ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. Editora Contexto: São Paulo, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENESES, Jaci M. F. de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 83-104, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antônio C. R. de. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105-113, 2001.

_____. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec, 2002.

_____. Geografia, interdisciplinaridade e Metodologia. GEOUSP – **Espaço e Tempo** (Online) – Revista da Faculdade de São Paulo USP, São Paulo: v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MORAES, Naymme T. A. **A paisagem como um discurso em Tarsila do Amaral, a construção de um diálogo entre o espaço social e pictórico na década de vinte do século XX no Brasil: do Pau Brasil a Antropofagia**. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOTT, Luiz Roberto de B. **Sergipe del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundese, 1986.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Micliane Santos. **Agronegócio da cana-de-açúcar em Capela-SE: uma análise dos impactos socioambientais desta atividade no município**. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de Campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, Suely F.; NETO, Otávio C.; GOMES, Romeu e MARIA, Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial I**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

_____. O escravo negro e as culturas de subsistência na Capitania de Sergipe d'El Rey. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 33, p. 203, 2000.

O'DWER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **TOMO** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, n. 11, p. 43- 58, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o onitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Igor F. de. **“POR NÃO QUERER SERVIR AO SEU SENHOR”**: Os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX). 2015. 262 pág. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

OLIVEIRA, Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PESSÔA, Vera L. S. GEOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA: um olhar sobre o processo investigativo. **GEUERJ** – Revista do Instituto de geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro UERJ, Rio de Janeiro, nº 23, p. 4-18, 2012.

PIRES, Julio M.; COSTA, Iraci del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

PRADO JUNIOR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PROAGI. **Relatório Antropológico e de Contextualização Histórica e Ambiental do Território da Comunidade Quilombola Terra Dura/Coqueiral, município de Capela/SE**. Aracaju: PROAGI, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, João J.; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. A Geografia e método dialético. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n 1, p. 97-114, 2012.

SANTOS, Denilsa de Oliveira: **História da Rainha dos Tabuleiros: Capela (Século XVIII, XIV e início do XX)**. Aracaju: J. Andrade, 2011.

SARAMAGO, José. **Este mundo da injustiça globalizada**. Texto lido na cerimônia de encerramento do Fórum Social Mundial, 2002. Disponível em: www.ciberfil.hpg.ig.com.br.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do latifúndio e do agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “Senhor” ao “escravo”**. 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Jucélia B. dos. **Comunidades Quilombolas do Portal do Sertão da Bahia: direito, território e identidade**. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. M. et al. **O papel ativo da Geografia : um manifesto**. Florianópolis : XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 22 de fev. de 2020, às 22h48min.

SANTOS, Myriam S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, 2000.

SILVA, Ester Ferreira da. **Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais**. 2010. 159 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 191-200, 2014.

SILVA, Ligia Osório. **Fronteira e identidade nacional**. Este trabalho integra o projeto “A política de ocupação de terras públicas e a construção do Estado: um estudo comparado da “fronteira móvel” na Argentina, Brasil e Estados Unidos”. 2013. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_ligia_osorio_silva_frenteira-e-identidade-nacional.pdf. Acesso em: 13/11/2019.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1984.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. A origem do latifúndio no Brasil. In:_____. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fev. 2000. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2033.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2018, às 18:34 min.

TAGLIETTI, Dablio Batista. A natureza social e econômica da lei de terras de 1850. **Revista de Ciências Humanas**, Rio Grande do Sul, v 6, n 7, p.16, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TRINDADE, Solano. **Poemas Antológicos**. (Obras antológicas, 1908-1974). São Paulo: Nova Alexandria, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Laudos Antropológicos: Carta de Ponta de Canas**, 2001. Santa Catarina: Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas (NUER) da UFSC, p. 16, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 3, p. 118-127, 1996. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo262Art1.8.pdf. Acesso em: 18 de mar. 2018, às 15:34 mim.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO E USO DE IMAGEM, DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

Eu _____ CPF _____

RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade de uso da minha imagem e/ou depoimentos, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadoras **Viviane Melo Santos** e **Ana Rocha dos Santos** do projeto intitulado **Relações Territoriais no Quilombo Terra Dura e Coqueiral em Capela, Sergipe** a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Nº 8.069/1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei Nº 5.296/2004).

São Cristóvão (SE), _____ de _____ de 2019.

Assinatura

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DA PESQUISA – QUILOMBOLAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)
LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS (LATER)

RELAÇÕES TERRITORIAIS NO QUILOMBO TERRA DURA E COQUEIRAL EM CAPELA (SE)

Questionário direcionado aos quilombolas de Terra Dura Coqueiral em Capela (SE).

Data: ____/____/____ Horário: ____:____

1. Informações Iniciais

- Nome: _____
- Idade: _____
- Sexo: _____
- Composição Familiar: _____
- Grau de Escolaridade: _____
- Ocupação: _____
- Renda Mensal: _____
- Local onde exerce ocupação/Tempo: _____
- Meio de Transporte: _____

1- Há quanto tempo mora nesta localidade?

2- Porque escolheu esse lugar para morar?

- 3- Como adquiriu essa casa?
- 4- O que significa ser quilombola para você?
- 5- Como e porque se identifica como quilombola?
- 6- Como é morar próximo das fazendas de cana?
- 7- Há algum conflito com os donos da terra?
- 8- O que você acha da implementação do Projeto Carnalita?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)
LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS (LATER)

RELAÇÕES TERRITORIAIS NO QUILOMBO TERRA DURA E COQUEIRAL EM CAPELA (SE)

Roteiro de entrevista direcionado à presidente da Associação da comunidade quilombola Terra Dura Coqueiral em Capela (SE).

Data: ____/____/____ Horário: ____:____

1. Informações Iniciais

- Nome: _____
- Idade: _____
- Sexo: _____
- Composição Familiar: _____
- Grau de Escolaridade: _____
- Ocupação: _____
- Renda Mensal: _____
- CNPJ da Associação: _____

1- Há quanto tempo mora nesta localidade?

2- Porque escolheu esse lugar para morar?

- 3- Como adquiriu essa casa?
- 4- O que significa ser quilombola para você?
- 5- Como e porque se identifica como quilombola?
- 6- Como é morar próximo das fazendas de cana?
- 7- Há algum conflito com os donos da terra?
- 8- O que você acha da implementação do Projeto Carnalita?
- 9- Qual a importância da atuação da Associação Comunitária Terra Dura e Coqueiral para a reprodução dos quilombolas?
- 10- Como ocorre a comunicação entre os membros da Associação e as famílias quilombolas?
- 11- Qual o alcance das políticas públicas efetivadas nesta comunidade?
- 12- Qual a importância das políticas públicas para a luta do reconhecimento do território?

ANEXO

ANEXO A – ATA DE APROVAÇÃO DO RTID DA COMUNIDADE QUILOMBOLA TERRA DURA E COQUEIRAL

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE - SR-23/SE
GABINETE



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DECISÃO REGIONAL DO INCRA/SE

Às dez horas do dia doze do mês de setembro de dois mil e dezessete, reuniram-se no Gabinete da SR-23/SE, o Superintendente Regional Substituto do INCRA em Sergipe e Coordenador do Comitê de Decisão Regional (CDR), **Carlos Augusto de Almeida**; a Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, **Tânia Cabral Aciole Bomfim**; o Chefe Substituto da Divisão de Obtenção de Terras, **Cirano Albino da Silva Sobrinho**; o Chefe da Divisão de Desenvolvimento, **Hebert Rodrigues Pereira**, e a Coordenadora Regional do Programa Quilombola, **Sany Mota Fontes**, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos: **a)** Apreciação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo **Terra Dura/Coqueiral**, localizada no município de Capela/SE, elaborado pela Comissão Multidisciplinar do INCRA/SE instituída pelas Ordens de Serviço/INCRA/SR-23/GAB/SE/Nº 20, de 22/03/2012 e Nº 15, de 01/04/2013; e Convênio sob nº 38.000/2010, firmado entre a INCRA/SE e a Empresa Projetos Agroindustriais LTDA – PROAGI, esta última responsável pela execução do Relatório Antropológico; **b)** O que ocorrer. A reunião teve início com a leitura das principais peças técnicas que compõem o Relatório, acostadas nos autos do Processo Administrativo **INCRA/SR-23/SE Nº 54370.000.474/2011-33**, sendo elas: **I.** Relatório Antropológico caracterizando os aspectos históricos, econômicos e socioculturais do território quilombola identificando; **II.** Relatório Fundiário do Território da Comunidade, contendo os seguintes tópicos: **a)** Localização, acesso e confrontações; **b)** Uso atual do território; **c)** Ocupantes não quilombolas; **d)** Ocupantes quilombolas (área efetivamente ocupada); **e)** Sobreposição de áreas; **f)** Planta geral e memorial descritivo do território. **III.** Parecer técnico, que concluiu que os critérios técnicos para a elaboração do RTID estão conforme normativos e, **IV.** Parecer Jurídico, cuja conclusão foi “atestar a possibilidade de continuidade desse processo, com vistas a apreciação e acolhimento, pelo Comitê de Decisão Regional – CDR, da proposta da área do Território Quilombola “**Terra Dura/Coqueiral**”. Diante do exposto, o Comitê de Decisão Regional da Superintendência Regional do INCRA em Sergipe (CDR), decide **APROVAR** por unanimidade o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de